

CONHECIMENTOS BANCÁRIOS

Orçamento e Dívida Pública



Livro Eletrônico

Presidente: Gabriel Granjeiro

Vice-Presidente: Rodrigo Calado

Diretor Pedagógico: Erico Teixeira

Diretora de Produção Educacional: Vivian Higashi

Gerência de Produção de Conteúdo: Magno Coimbra

Coordenadora Pedagógica: Élica Lopes

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran Cursos Online. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

CÓDIGO:

230728308997



MANUEL PIÑON

Atualmente, exerce o cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e é Professor, voltado para a área de concursos públicos.

Foi aprovado nos seguintes concursos públicos:

- 1 – Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil – AFRFB 2009/2010;
- 2 – Analista de Finanças e Controle – AFC (hoje, Auditor Federal de Finanças e Controle) da Controladoria-Geral da União – CGU (hoje, Ministério da Transparência) em 2008; e
- 3 – Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional – AFTN (Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil) em 1998.

GRAN
CONCURSOS

SUMÁRIO

Apresentação	4
Orçamento e Dívida Pública.....	5
1. Endividamento Público	5
1.1. Conceitos Introdutórios.....	5
1.2. Déficit Público.....	6
1.3. O Financiamento do Déficit Público	13
1.4. Conceitos de Dívida Pública do Brasil.....	22
2. Orçamento Público.....	26
2.1. PPA – Plano Plurianual	31
2.2. LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	34
2.3. LOA – Lei Orçamentária Anual	37
Resumo	43
Mapas Mentais	53
Questões Comentadas em Aula	57
Exercícios	61
Gabarito	80
Gabarito Comentado.....	81
Referências	123

APRESENTAÇÃO

Olá, amigo(a) concurseiro(a)!

O nosso objetivo hoje nessa aula é avançar no estudo da **Dívida Pública e Orçamento Público**.

A seguir, a título meramente ilustrativo, veja a evolução da dívida pública bruta brasileira em percentual do PIB até março de 2022.



Boa aula!

Prof. Manuel Piñon

ORÇAMENTO E DÍVIDA PÚBLICA

1. ENDIVIDAMENTO PÚBLICO

1.1. CONCEITOS INTRODUTÓRIOS

Um dos **princípios orçamentários** mais significativos é o **Princípio do equilíbrio**, que visa dar transparência maior à obtenção de recursos, ou seja, o **orçamento sempre deve estar equilibrado, uma vez que se trata de uma demonstração contábil**.

Dispositivos constitucionais contidos no art. 166, § 3º, II, da Constituição Federal, tratam da necessidade de se indicarem os recursos disponíveis para o atendimento às emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos que a modifiquem, de forma a manter o equilíbrio entre receitas e despesas.

Apesar de equilibrado, o orçamento pode ser deficitário, o que significa que contém autorizações de despesas acima dos recursos previstos, estabelecendo modalidades de financiamento do déficit.

A Constituição Federal prevê a contratação de operações de crédito para a cobertura do excesso de gastos em relação à receita primária.

Contudo, não há sentido em orçamento superavitário, uma vez que significaria exigência, à sociedade, de contribuição financeira sem justificativa.

A **gestão fiscal**, visando o equilíbrio orçamentário, apoia-se no seguinte:

- Receita Pública: representa os ingressos de recursos que entrarão para os cofres públicos, servindo para financiar as atividades estatais;
- Despesa Pública: representa a aplicação desses recursos, ou seja, de que forma o Governo irá gastar os recursos arrecadados, obtidos junto à sociedade, quando estiver executando suas ações;

A Dívida Pública representa os compromissos assumidos pelo Governo no passado, perante a sociedade, e que deverão ser de alguma forma financiados pela obtenção de novos recursos no futuro.

É o Orçamento Público que vai permitir ao Governo controlar seus fluxos de receita e de despesa, com impactos sobre o montante da dívida pública.

O Setor Público corresponde à presença do Governo nas três esferas: a União, os estados e o Distrito Federal, e os municípios, bem como os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Já estamos “carecas de saber” que o Governo interfere na economia por meio da Tributação (T) e dos Gastos Públicos (G).

Fazendo-se um encontro de contas, ou seja, considerando o que o Governo cobra da sociedade por meio da **Tributação (T)** em comparação com o seu retorno por meio dos **Gastos Públicos (G)**, o Governo poderá apresentar, durante um determinado período, as seguintes situações:

1 – Se os Gastos Públicos forem superiores à Tributação (**G > T**), teremos o temido **déficit fiscal**.

2 – Por sua vez, se os Gastos Públicos forem em igual montante ao da Tributação (**G = T**), teremos o equilíbrio no orçamento público (é o famoso zero a zero).

3 – Mas, se os Gastos Públicos forem inferiores à Tributação (**G < T**), teremos tão desejado **superávit fiscal**.

1.2. DÉFICIT PÚBLICO

Pois bem, vistos os conceitos anteriores, que serão muito úteis na aula de hoje, vamos agora ao conceito do que vem a ser **Déficit Público**.

A título ilustrativo, confira a evolução do déficit público nominal nos últimos anos.

Rombo fiscal

Déficit nominal acumulado em 12 meses – em R\$ bi



Fonte: Banco Central

1.2.1. CONCEITO

Déficit Público é o nome que se dá para a situação em que o valor total das despesas públicas é maior que valor total das receitas públicas, gerando aumento da dívida pública.

DIRETO DO CONCURSO

001. (CESPE/FUNPRESP/ANALISTA/2016) Conforme números divulgados pelo Banco Central, nos últimos dois anos o resultado fiscal do setor público foi deficitário, o que resultou no aumento da dívida pública em termos de percentual do PIB. Julgue o item a seguir, com relação à dívida pública e à necessidade de financiamento do governo.
O déficit do governo pode ser medido pela variação da dívida pública.



Esse, inclusive, é o método oficial usado pelo BACEN para medir o resultado do Governo.
Certo.

Embora essa **conceituação do déficit público** como sendo a diferença entre as receitas e despesas de setor público seja de definição simples e de fácil compreensão, **ela também pode ser elaborada de modo mais aprofundado, por meio da inclusão de diversos componentes** do processo orçamentário, que são indispensáveis para a determinação das causas do déficit, permitindo, assim, uma avaliação mais apurada da política fiscal de um Governo.

Desse modo, “embutidos” na definição de déficit, temos certos fatores que aparentemente estavam “escondidos”:

- 1 – os métodos de financiamentos utilizados;
- 2 – a contribuição de déficits passados para o atual déficit;
- 3 – o impacto das dívidas interna e externa sobre o déficit;
- 4 – a necessidade de emissão de moeda;
- 5 – o efeito da inflação sobre as receitas e os gastos do governo;
- 6 – o efeito de variações nas taxas de juros;
- 7 – a cobrança de imposto inflacionário;
- 8 – a existência de erros e omissões nas contas governamentais.

Como podemos ver, o déficit público (também chamado de déficit governamental) engloba diversas características do processo orçamentário, cuja análise é fundamental para a determinação das causas do “rombo”.

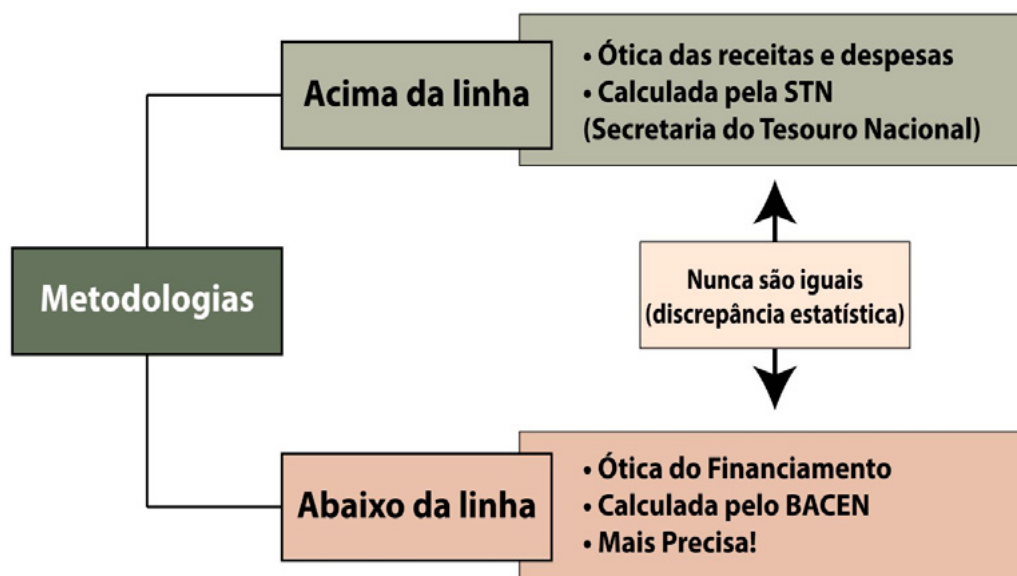
Alguns desses fatores são: a contribuição do déficit passado para o atual, o efeito da inflação sobre a receita e despesa do governo e o efeito da variação das taxas de juros.

DICA

O método chamado de “abaixo da linha” é aquele que calcula o resultado fiscal por meio da variação da dívida, sendo usado pelo BACEN.

O Tesouro Nacional usa o método “acima da linha” para calcular o resultado fiscal, computando individualmente as diferentes rubricas de receitas e despesas do setor público.

METODOLOGIAS DE APURAÇÃO DO DÉFICIT PÚBLICO



DIRETO DO CONCURSO

002. (CESPE/TCE-SC/AUDITOR/2016) Com relação aos conceitos de contabilidade fiscal, julgue o próximo item.

O Tesouro Nacional aplica a metodologia “abaixo da linha” para obter o resultado fiscal decorrente das diferentes rubricas de despesas e receitas dos órgãos do governo.



Guarde que o chamado método “abaixo da linha” é aquele calcula o resultado fiscal por meio da variação da dívida, usado pelo BACEN. Na verdade, o Tesouro Nacional usa o método “acima da linha” para calcular o resultado fiscal, aquele realizado por meio das diferentes rubricas de receitas e despesas do setor público.

Errado.

A partir dos fatores mencionados anteriormente, é possível chegar aos outros conceitos de déficit, derivados do público, a seguir expostos.

1.2.2. RESULTADO (SUPERÁVIT OU DÉFICIT) PRIMÁRIO

O Resultado (Superávit ou Déficit) Primário representa a origem e a fonte de realimentação do déficit público, e, conseqüentemente, da dívida pública, desconsiderando seus respectivos juros.

É o resultado das contas públicas que inclui o Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, além de constituir **o melhor método de avaliação do impacto da política fiscal.**

De modo simplificado, podemos dizer que o déficit primário (também chamado de déficit **fiscal**) ocorre quando os gastos do governo superam a arrecadação de tributos no período considerado.

É muito comum ouvirmos nos noticiários a respeito da meta de superávit primário do Governo. É verdade, o Governo tenta de todo modo gerar o tal superávit primário, ou seja, ter um valor maior de arrecadação de tributos do que seus gastos (exceto os juros), justamente para pagar os juros dos seus credores (aqueles que compraram seus títulos públicos tipo Tesouro Direto, por exemplo).

Podemos concluir, portanto, que uma situação de déficit primário é muito grave, é como se você tivesse uma dívida com um Banco X, mas gastasse todo o seu salário sem conseguir pagar nada ao Banco X. A consequência é o aumento da dívida, como uma bola de neve.

DIRETO DO CONCURSO



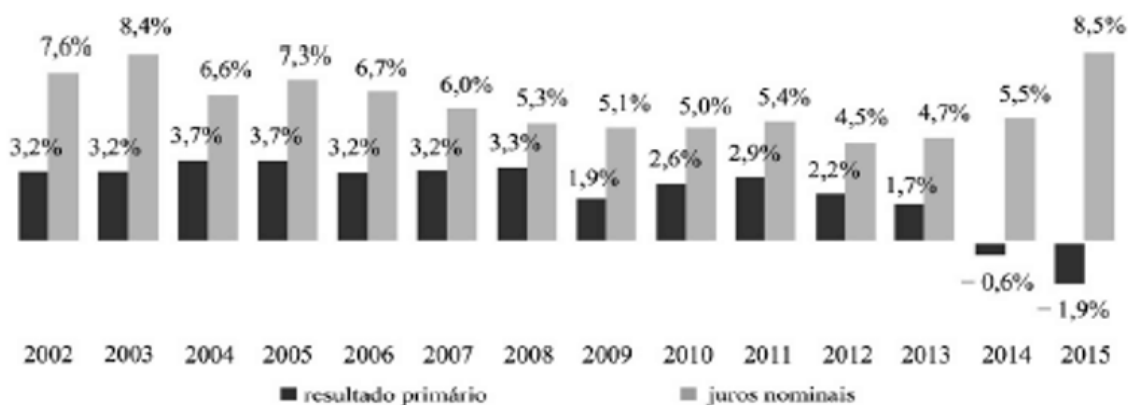
003. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) Leia:

Necessidade de financiamento do setor público (%PIB)



Fonte: BCB. Elaboração: STN (com adaptações).

Evolução recente do resultado primário e de juros nominais (%PIB)



Fonte: BCB. Elaboração: STN (com adaptações).

Os gráficos precedentes apresentam, como percentual do produto interno bruto (PIB), a evolução das necessidades de financiamento do setor público (NFSP), do resultado primário e da despesa com juros, conforme apuração do Banco Central do Brasil. A partir dessas informações e dos conceitos de contabilidade fiscal, julgue o item seguinte.

Os resultados primários, deficitários em 2014 e 2015, foram impactados pelo aumento da despesa com os juros incidentes sobre a dívida pública, que se elevaram por força de uma política monetária contracionista.



Guarde que o resultado primário EXCLUI do seu cálculo, os valores relativos às despesas e receitas financeiras, ou seja, não computa os valores incorridos a título de juros.

Desse modo, podemos ver que, na verdade, os resultados primários deficitários em 2014 e 2015 decorrem do fato de que o setor público acabou gastando mais do que arrecadou, mesmo sem contar com as despesas de juros que incidem sobre o saldo da dívida pública.

Errado.

004. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) Com base nos dados da questão anterior, julgue a assertiva abaixo:

A evolução das NFSP mostra como o efeito combinado dos juros nominais e do resultado primário foram relevantes para explicar o aumento da dívida líquida do setor público verificado em 2015.



Como o resultado primário EXCLUI do seu cálculo os valores relativos às despesas e receitas financeiras, não devem ser computados os valores incorridos a título de juros.

Note que, quando somamos os juros, temos um déficit ainda maior e, consequentemente, aumentamos ainda mais o saldo da dívida líquida pública.

Certo.

1.2.3. RESULTADO (SUPERÁVIT OU DÉFICIT) NOMINAL

Vamos ver agora outra “modalidade” de déficit: **o déficit nominal**.

O Resultado (Superávit ou Déficit) Nominal representa a diferença entre as receitas de despesas públicas, em especial a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida interna e externa. É também obtido por meio da soma dos incrementos da base monetária e do incremento da dívida interna e da dívida externa expressa em moeda nacional.

Quando falamos em déficit nominal ou total, inclui-se mais uma despesa nas contas: **o gasto do governo com as dívidas passadas**. O Estado pode ter emitido dinheiro ou pegado empréstimo para pagá-las. No último caso, vendeu títulos da dívida pública a brasileiros ou estrangeiros, para quem precisa pagar juros.

O PULO DO GATO

O déficit nominal é também chamado de Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP), já que corresponde à quantidade de empréstimos a que o setor público precisa recorrer.

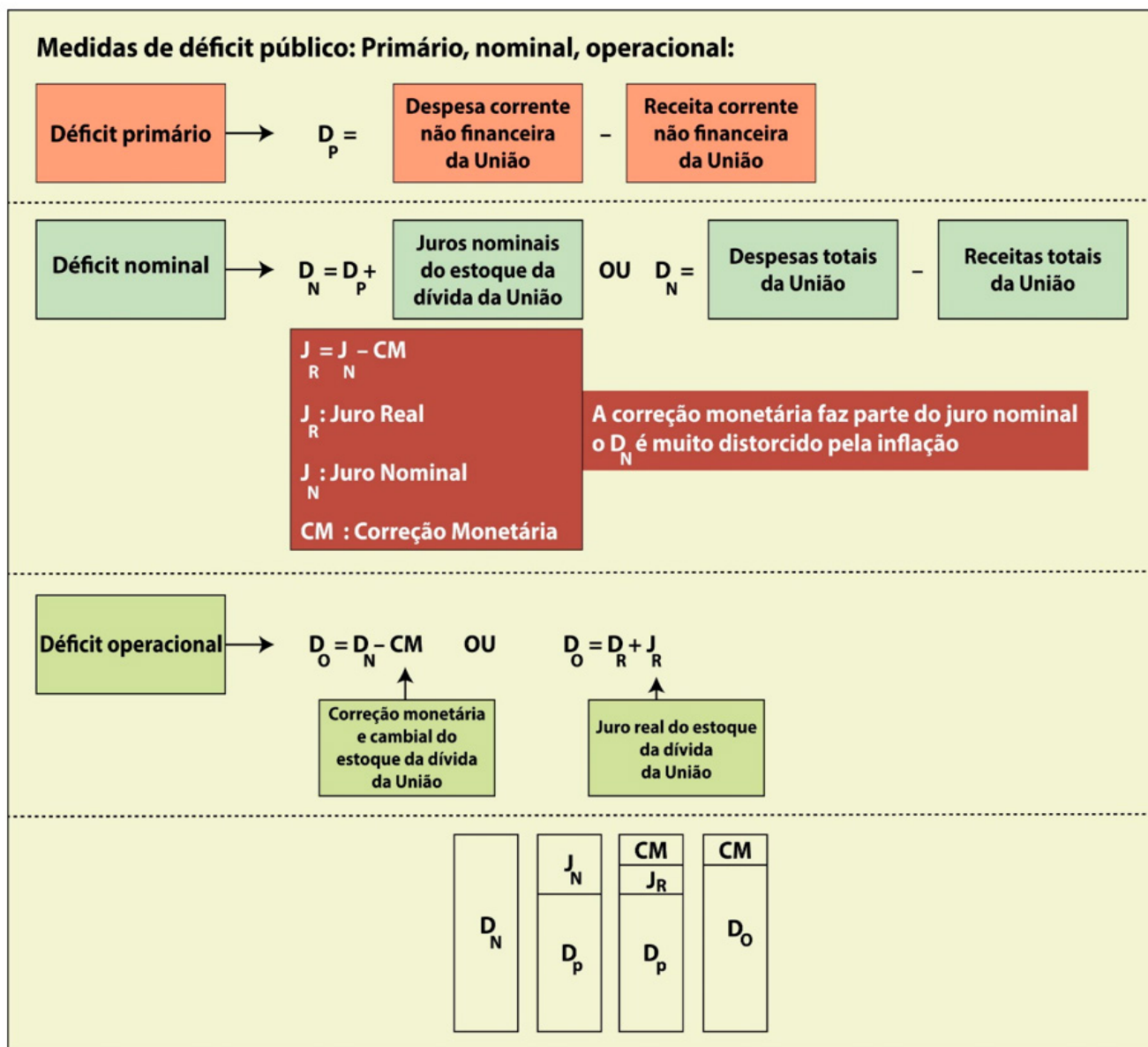
1.2.4. RESULTADO (SUPERÁVIT OU DÉFICIT) OPERACIONAL

O Resultado (Superávit ou Déficit) Operacional consiste no deflacionamento dos valores monetários das variáveis orçamentárias e financeiras, bem como pelo cálculo dos juros por meio da taxa de juros real esperada para um determinado período.

Em outras palavras, podemos dizer que **o déficit operacional**, do qual se ouve falar mais em tempos de inflação alta, inclui nos gastos o pagamento dos juros REAIS (descontada a inflação do período).

Isso porque, com o aumento de preços, a moeda nacional perde poder de compra. Em períodos de inflação elevada, pode ser que os juros pagos ao final do período sequer cubram essa perda. Nesse caso limite, o governo sairá ganhando da transação, já que vai devolver menos poder de compra do que pegou emprestado. Sendo assim, os juros não podem entrar com sinal negativo nas suas contas.

Por isso, o déficit operacional é, muitas vezes, considerado a medida mais adequada dos resultados do governo.



DIRETO DO CONCURSO

005. (CESPE/FUNPRES/ANALISTA/2016) Conforme números divulgados pelo Banco Central, nos últimos dois anos, o resultado fiscal do setor público foi deficitário, o que resultou no aumento da dívida pública em termos de percentual do PIB. Julgue o item a seguir, com relação à dívida pública e à necessidade de financiamento do governo.

O resultado operacional é o conceito fiscal mais amplo e representa a diferença, em determinado período, entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros).



A assertiva está errada, já que conceituou o resultado nominal.

Repare que o **resultado nominal é o mais amplo**, já que apresenta a diferença entre as receitas e despesas TOTAIS, sem deduzir as despesas financeiras e correção monetária.

Guarde que o **resultado operacional**, por seu turno, é aquele **que foca em eliminar o efeito inflacionário**, retirando assim a correção monetária sobre o serviço da dívida.

Errado.

1.3. O FINANCIAMENTO DO DÉFICIT PÚBLICO

Para financiar o déficit, seja para qualquer conceito utilizado, o governo recorre a duas fontes de recursos: a emissão de moeda e a venda de títulos da dívida pública (Crédito Público).

O importante é sabermos que tais procedimentos implicam em riscos e normalmente trazem consequências desastrosas para a economia.

Vamos vê-las.

1.3.1. EMISSÃO DE MOEDA

A emissão de moeda ocorre por meio de **criação de moeda pelo Banco Central** para financiar dívida do Tesouro Nacional.

Este procedimento traz a vantagem de não gerar déficits futuros e não ter que elevar a taxa de juros. Porém, traz a desvantagem de gerar pressão inflacionária, em face da colocação de moeda em quantidade superior à necessidade da economia.

A persistente emissão de moeda como forma de enfrentar o déficit público estimula o processo inflacionário a perseguir trajetória ascendente, com riscos de ocorrência de hiperinflação.

Essa receita que o governo passa a obter com a emissão de moeda para pagar suas contas é chamada de **receita de senhoriagem (vem de senhorio, ou melhor, de “signorage”)**.

DICA

Se um desses três termos (receita de senhoriagem, senhorio ou de “signorage”) aparecer em sua prova, não se assuste, é apenas o Governo usando a sua maquininha de fabricar dinheiro.

DIRETO DO CONCURSO

006. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) No que se refere ao financiamento do déficit público no Brasil a partir da década de 80 do século passado e de sua relação com a inflação e o crescimento econômico, julgue o próximo item.

As receitas de senhoriagem, entre meados da década de 80 e da de 90 do século passado, contribuíram para o financiamento do déficit público, permitindo, em determinados períodos, a redução da dívida líquida como proporção do PIB.



A receita de senhoriagem é aquela que o governo consegue com a emissão de moeda para pagar suas contas. Na época da hiperinflação, essa receita foi decisiva para o financiamento do déficit público.

Acho que, até aqui, não temos dúvida.

A dificuldade da questão foi exigir o conhecimento de que, em determinados períodos da década de 1980, tivemos redução da dívida líquida como proporção do PIB, também em decorrência do efeito provocado pela receita de senhoriagem, que é verdadeiro.

Certo.

Com a persistente emissão de moeda, a taxa de inflação, chega a superar dois dígitos mensais, provoca sérios danos na estrutura produtiva, dentre os quais a perda do valor da moeda nacional, e sua consequente substituição como meio de troca.

O exemplo clássico é a inflação da Alemanha no ano de 1923, quando, em janeiro, 1 dólar valia 18 mil marcos e, no final do ano, em novembro, a cotação passou a ser 1 dólar por 4,2 trilhões de marcos. Em consequência, as mercadorias passaram a ser trocadas por outras mercadorias, já que a moeda não valia mais nada.

Em menor escala, vivemos situação com alguma semelhança no Brasil até a implantação do Plano Real.

1.3.2. CRÉDITO PÚBLICO E EMISSÃO DE TÍTULOS DO TESOUREIRO NACIONAL

A colocação de **títulos da dívida pública** possibilita ao governo trocar título, ativo financeiro não monetário, por moeda que está em circulação para financiar seu déficit: é o **CRÉDITO PÚBLICO**.

Este procedimento traz, também, vantagem e desvantagem.

Como vantagem, a venda de títulos públicos evita a ocorrência de pressões inflacionárias uma vez que não necessita recorrer à emissão de moeda.

Mas traz também **desvantagem**, uma vez que a colocação de títulos públicos à disposição no mercado implica em oferecer taxas de juros atrativas, com impacto no total do endividamento e no custo do seu financiamento.

Aplicar recursos em Títulos do Tesouro Nacional é considerado um dos investimentos mais seguros possíveis, já que quem garante o pagamento dos títulos é o próprio Governo Federal, ou seja, o risco de inadimplência é quase zero. Atualmente, temos basicamente três tipos de títulos públicos negociados pelo Tesouro Nacional:

1) PREFIXADOS

Os títulos prefixados são aqueles que têm taxa de juros fixa, ou seja, você já conhece no momento do investimento. É o investimento ideal para quem quer saber exatamente o valor que receberá ao final da aplicação, no vencimento do título. Ou seja, você sabe quanto vai ganhar no momento do vencimento do título. Por não ser indexada, a chance de você ganhar mais dinheiro com ele é maior.

A **LTN – Letra do Tesouro Nacional** – é um título prefixado com fluxo de pagamento simples, ou seja, somente no vencimento ou no resgate. Em contraste, o título **NTN-F** é um título do tesouro prefixado com juros pagos semestralmente.

Como vantagens, temos a garantia de uma rentabilidade fixa e saber exatamente quanto vai resgatar no final, sendo ideal para metas de médio e longo prazo.

2) TESOIRO SELIC

Os títulos Tesouro Selic são títulos pós-fixados que possuem rentabilidade atrelada à Taxa Selic. A Taxa Selic é a taxa básica de juros da economia. É o investimento ideal para quem quer começar a investir no Tesouro Direto. **Os títulos Tesouro Selic eram chamados de Letra Financeira do Tesouro (LFT).**

Como vantagem, temos o menor risco em caso de venda antecipada, sendo ideal reserva de emergência e para objetivos de curto prazo.

3) TESOIRO IPCA

A rentabilidade desse título está atrelada à inflação, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou seja, esses títulos oferecem rendimento igual à variação da inflação mais uma taxa prefixada de juros.

A **NTN-B – Nota do Tesouro Nacional** – é um título pós-fixado.

Como vantagem, temos a garantia de uma rentabilidade sempre acima de inflação (do IPCA), ou seja, protege das variações da inflação, sendo ideal para investimentos de longo prazo.

A prática de forte financiamento do déficit público, a partir da colocação de títulos, pode gerar uma situação em que o montante de títulos atinge um valor tão expressivo, que exige cada vez mais taxas de juros elevadas para atrair o credor privado, gerando dúvidas sobre a capacidade do governo honrar os seus compromissos e impulsionam cada vez mais a elevação da taxa de juros, com impacto sobre o serviço da dívida pública (amortização e juros). **É aquela bola de neve que todo endividado conhece.**

O PULO DO GATO

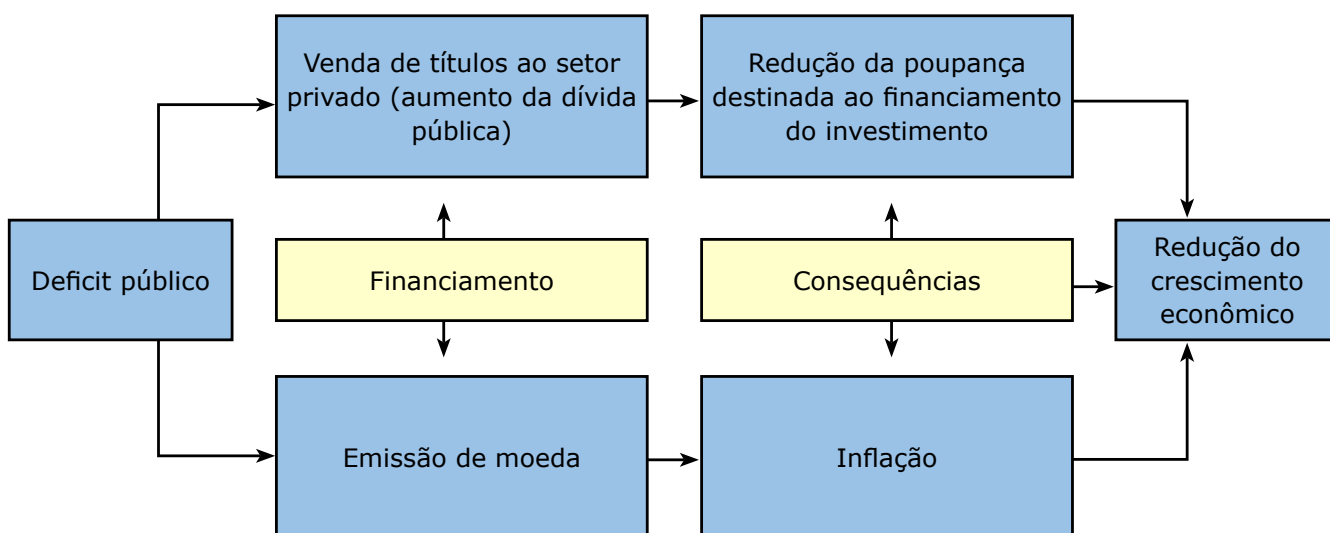


É um ciclo vicioso, pois a dívida cresce porque a taxa de juros sobe e essa taxa de juros sobe porque a dívida cresce.

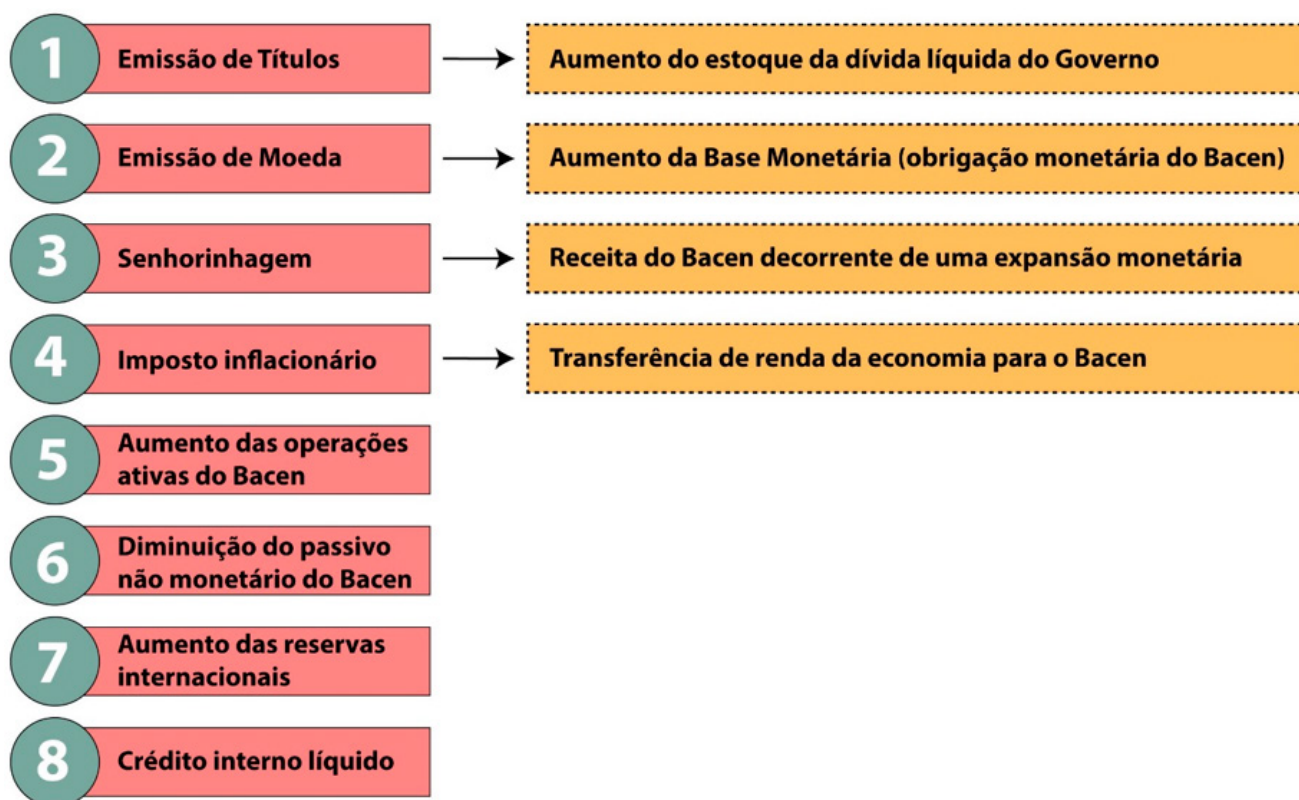
No Brasil, temos, como exemplo, o crescimento da dívida interna no final do ano 1989, sob governo José Sarney, cuja taxa de juros elevada era a única forma de manter os credores adquirindo títulos do governo, levando, posteriormente, o governo Collor de Mello, no início de 1990, a bloquear os ativos financeiros por 18 meses.

É importante destacar que o financiamento do déficit público traz como consequência econômica a redução da poupança destinada ao financiamento do investimento e, por conseguinte, a redução do crescimento econômico.

TRADUZINDO



Outro modo de visualizar as formas de financiamento do déficit público é demonstrada no diagrama a seguir:



1.3.2.1. LIMITES DO CRÉDITO PÚBLICO

É importante deixar registrado que o crédito público é regulado na CF/88, especialmente no que tange à competência para legislar, fiscalizar, limite global e condições de operações de crédito público.

Além da CF/88, alguns de seus aspectos são tratados em lei complementar, que traz definições precisas sobre vários aspectos envolvendo esse tipo de operação, e por Resolução do Senado Federal.

De modo bem simplório, podemos conceituar crédito público como sendo a operação de crédito em que o Estado toma emprestado ou empresta recursos, isto é, ocorre uma transferência de liquidez.

No artigo 21 da CF/88, é atribuída à União o papel de fiscalizadora das operações de crédito público, e o artigo 22 da CF/88 atribui à União a competência privativa para legislar sobre o assunto.

Na prática, a função de fiscalizar atribuída à União é exercida pelo Ministério da Fazenda, cuja competência é amparada pelo artigo 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que tal órgão verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação.

Nessa toada, os entes da Federação devem encaminhar seus pleitos fundamentados técnico e juridicamente, demonstrando o interesse social e econômico, a existência de autorização prévia em lei orçamentária, inclusão no orçamento dos recursos e observância dos limites e condições fixados pelo Senado.

A CF/88, em seu artigo 32, estabelece que compete privativamente ao Senado Federal:

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI – fixar por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

Resta claro que o Senado deve dar o aval para serem realizados os contratos de créditos envolvendo entidades externas, e deve fixar até que ponto o Poder Executivo pode comprometer o orçamento com o pagamento de dívidas e juros e as condições sob as quais serão realizadas essas operações de crédito.

Atendendo a essa demanda, nosso Senado Federal editou em 2007, a Resolução n. 48, que estabelece os limites globais para operações de crédito e concessão de garantia nessas operações.

O art. 6º dessa Resolução, refere-se ao limite estabelecido no art. 167, inciso III, da CF/88, de que as operações de créditos não devem exceder o montante das despesas de capital, com exceção dos créditos suplementares ou especiais.

Essa Resolução fixa como critério de verificação desse limite, o previsto no art. 32, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que nas despesas de capital não serão computados os empréstimos e financiamentos com o intuito de promover incentivo fiscal para fins de fixação do limite das operações de crédito.

A Lei de Responsabilidade Fiscal esclarece o que é dívida consolidada, de acordo com seu art. 29, inciso I:

Dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumida em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados ou da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Vale destacar que a dívida consolidada ou fundada tem prazo de amortização superior a doze meses, com exceção das autorizações de operações de crédito feitas no orçamento e os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que tiverem sido incluídos.

A LRF também conceitua operação de crédito no art. 29, inciso III:

Operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Assim, o legislador regulou amplamente às operações de créditos, incluindo toda a conceituação jurídica, visando dar o máximo de segurança, controle, transparência e limite nesse tipo de procedimento.

Nota-se claramente a preocupação do legislador em impor limites aos governantes no uso desse meio de obter recursos para o financiamento dos serviços e obras públicas. Fixaram-se critérios legais que devem ser obrigatoriamente atendidos para que esses recursos sejam considerados regulares.

Também restou claro que a norma jurídica cuidou de estabelecer definições técnicas sobre o assunto para não deixar na discricionariedade dos administradores sua conceituação. Com isso, deu-se segurança à operacionalização desse instituto.

1.3.3. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO – NFSP

Mas o que vem a ser isso?

1.3.3.1. CONCEITO

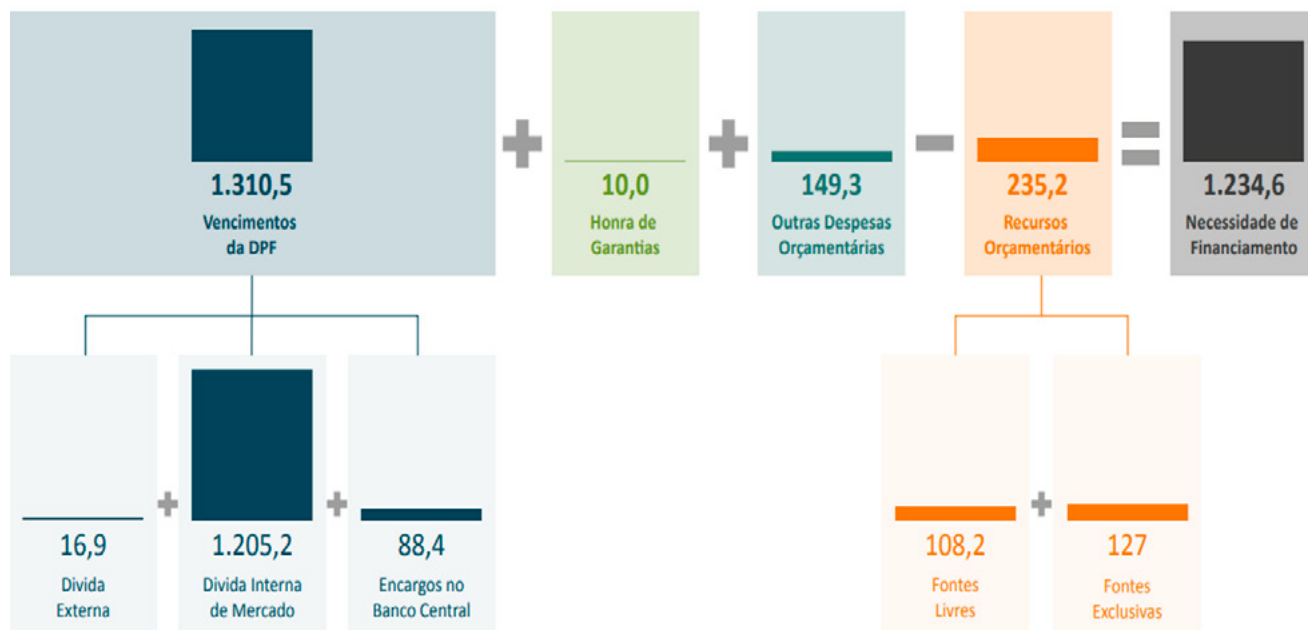
De modo bem simples, podemos dizer que **a NFSP representa a necessidade do setor público em se financiar por meio de dívida.**

O PULO DO GATO

A NFSP também é chamada de déficit nominal ou resultado nominal, e corresponde à variação nominal dos saldos da dívida interna líquida, mais os fluxos externos efetivos, convertidos para reais pela taxa média de câmbio de compra.

No infográfico seguinte, temos uma estimativa para a NFSP do Brasil para o ano de 2022.

Necessidade de financiamento em 2022



De acordo com a definição oficial apresentada pelo Banco Central, temos as conceituações a seguir expostas.

1.3.3.2. NFSP – CONCEITO NOMINAL

A NFSP em seu conceito nominal é calculada a partir da variação mensal da Dívida Fiscal Líquida (DFL).

1.3.3.3. NFSP – CONCEITO OPERACIONAL

A NFSP, em seu Conceito operacional, corresponde ao conceito nominal, excluída a atualização monetária incidente sobre a DLSP (para o cálculo da atualização monetária mensal, utiliza-se como deflator o IGP-DI centrado ao final do mês – média geométrica do IGP-DI do mês e do mês subsequente).

1.3.3.4. NFSP – CONCEITO PRIMÁRIO

A NFSP, em seu Conceito primário, equivale ao conceito nominal, excluídas as despesas de juros nominais incidentes sobre a DLSP, calculadas pelo critério de competência, e incluídas as receitas de juros relativas às reservas internacionais (utiliza-se a taxa média de câmbio de compra para converter os valores expressos em dólares para reais).

Apenas a título ilustrativo, veja a evolução da NSFP entre 2010 e 2019:



1.3.3.5. NFSP – CONCEITO JUROS REAIS

A NFSP – Juros Reais representa a diferença entre os encargos financeiros totais (juros nominais) e a parcela de atualização monetária no mês.

DIRETO DO CONCURSO



007. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) No que se refere ao financiamento do déficit público no Brasil a partir da década de 80 do século passado e de sua relação com a inflação e o crescimento econômico, julgue o próximo item.

No Brasil, a inflação elevada da década de 80 do século passado ampliou as necessidades operacionais de financiamento do setor público, uma vez que as receitas tributárias eram estabelecidas em termos nominais e as despesas possuíam sofisticada estrutura de indexação.

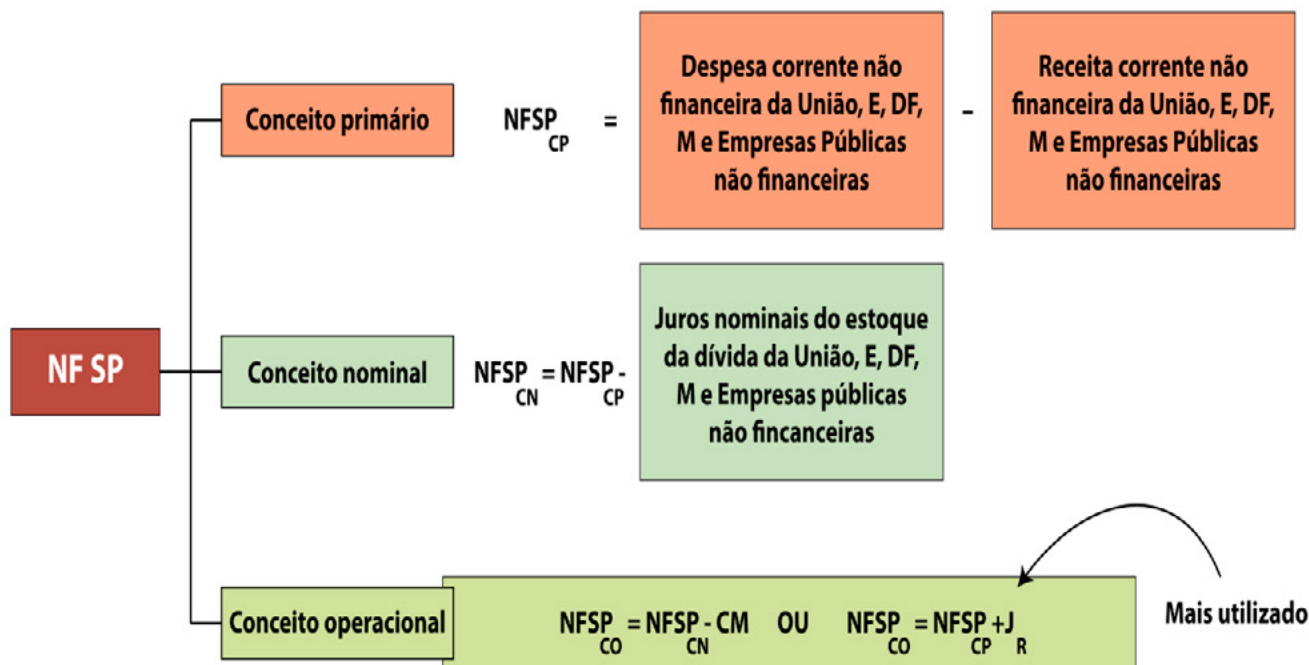


Na verdade, ocorria justamente o inverso do que diz a assertiva.

O governo usava indexadores (como a UFIR – Unidade Fiscal de Referência) para fazer com que as receitas tributárias fossem atualizadas pela inflação, e, por outro lado, as despesas “possuíam certa rigidez nominal” de modo que certos atrasos de pagamento geravam ganhos reais para o Governo em virtude da não correção dessas despesas em muitas situações.

Errado.

Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP)



1.4. CONCEITOS DE DÍVIDA PÚBLICA DO BRASIL

Amigo(a), vamos ver agora uma síntese dos conceitos relevantes sobre dívida pública no Brasil **a partir das definições adotadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Secretaria do Tesouro Nacional – STN.**

Dívida Pública Bruta: Dívida do setor público não financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro (público e privado), o setor privado não financeiro e o resto do mundo.

Dívida Pública Líquida: Dívida Pública Bruta menos a soma dos créditos do setor público não financeiro e do Banco Central. Deve-se mencionar ainda que, diferentemente de outros países, o conceito de dívida líquida utilizado no Brasil considera os ativos e passivos financeiros do Banco Central, incluindo, dessa forma, a base monetária.

Dívida Pública Mobiliária do Governo Federal (DPMF): Total dos títulos públicos federais fora do Banco Central. Inclui, além dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central. Como se trata de dívida consolidada, os títulos de emissão do Tesouro Nacional pertencentes à carteira do Banco Central não entram.

Dívida Pública Mobiliária do Governo Federal Interna (DPMFi): Total dos títulos públicos federais fora do Banco Central em poder do público. Inclui, além dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central.

Dívida Mobiliária dos Governos Estaduais e Municipais: Total dos títulos emitidos pelos tesouros desses entes da Federação.

Dívida Externa Bruta: Soma da dívida externa bruta do setor público não financeiro, das 3 esferas de Governo e do Banco Central.

Dívida Externa Líquida: Dívida Externa Bruta menos as aplicações em moeda estrangeira. Como o Banco Central está incluído, as reservas internacionais do Banco Central também são consideradas como aplicações e, portanto, deduzidas do total.

Dívida Mobiliária Externa: Dívida Reestruturada (*Bradies*) mais Dívida Soberana (Títulos de Emissão Voluntária). **Dívida Contratual Externa:** BID/BIRD, Clube de Paris e Agências Governamentais.

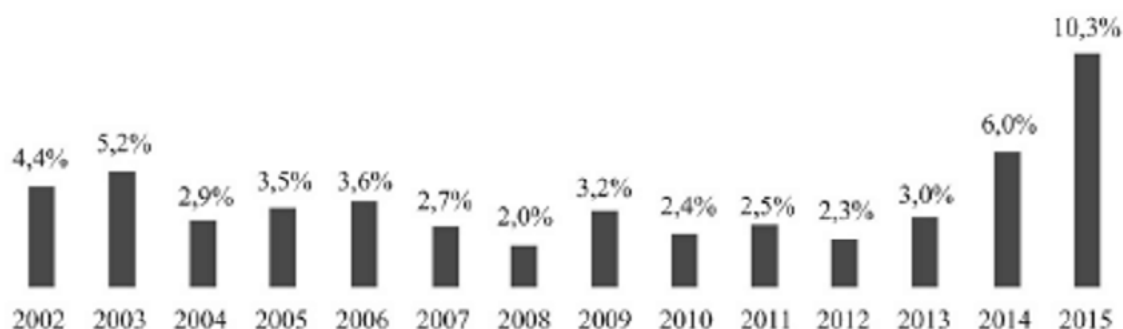
Dívida Pública Federal: DPMFi + Dívida Mobiliária Externa + Dívida Contratual Externa.

DIRETO DO CONCURSO



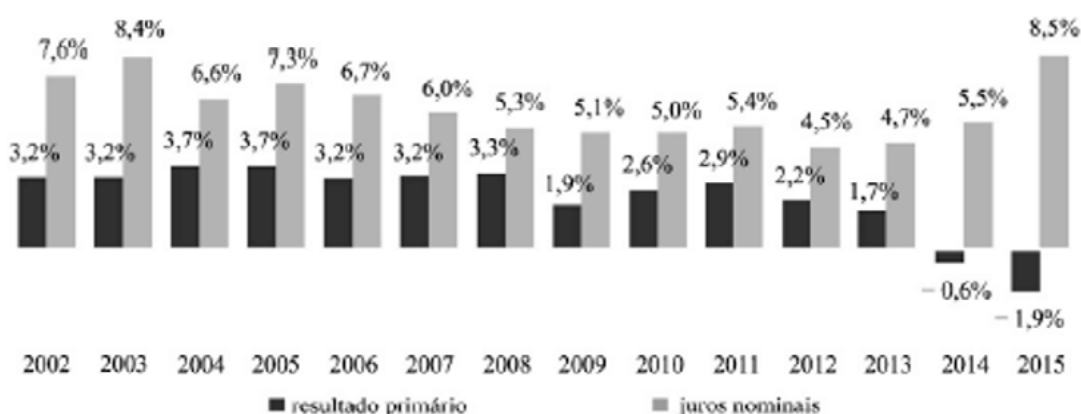
008. (CESPE/SED/ANALISTA/2017) Leia:

Necessidade de financiamento do setor público (% PIB)



Fonte: BCB. Elaboração: STN (com adaptações).

Evolução recente do resultado primário e de juros nominais (% PIB)



Fonte: BCB. Elaboração: STN (com adaptações).

Os gráficos precedentes apresentam, como percentual do produto interno bruto (PIB), a evolução das necessidades de financiamento do setor público (NFSP), do resultado primário e da despesa com juros, conforme apuração do Banco Central do Brasil. A partir dessas informações e dos conceitos de contabilidade fiscal, julgue o item seguinte.

As dívidas dos estados e dos municípios não são consideradas no cálculo da dívida bruta do governo geral (DBGG), razão pela qual o indicador não é adequado para comparar a dívida do Brasil com a de outros países, por subestimá-la.



Existe um erro conceitual na questão. Quando falamos em dívida bruta do **governo geral** (DBGG), na verdade, estamos tratando das 3 esferas de Governo.

Obs.: Falou em “GOVERNO GERAL”, falou nas 3 esferas de Governo.

Dessa forma, o mencionado indicador é adequado para comparar a dívida do Brasil com a de outros países, já que não a subestima.

Errado.

009. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Acerca de macroeconomia, julgue o item subsequente. O conceito de dívida bruta do governo geral abrange o total de débitos do governo federal e os débitos de responsabilidade das empresas estatais da esfera federal.



Cuidado para não confundir Governo com Setor Público!

Tecnicamente falando, quando usamos o termo “GOVERNO” as empresas Estatais NÃO estão incluídas. Já quando falamos em “SETOR PÚBLICO”, aí, sim, incluímos as Estatais.

Errado.

Existem ainda 2 conceitos de dívida pública presentes na Lei n. 4.320/1964, também conhecida como norma geral das finanças públicas e dos orçamentos.

- **Dívida Flutuante**

Art. 92. A dívida flutuante compreende:

- I – os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- II – os serviços da dívida a pagar;
- III – os depósitos;
- IV – os débitos de tesouraria.

- **Dívida Fundada**

Art. 98. A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos. Parágrafo único. A dívida fundada será escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.

Também a Resolução do Senado Federal n. 43/01, trouxe os conceitos de dívida pública consolidada, mobiliária e dívida consolidada líquida. Confira:

Dívida pública consolidada: “montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento”;

Dívida pública mobiliária: “dívida pública representada por títulos emitidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios”;

Dívida consolidada líquida: “Dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros”.

Devem-se considerar, ainda, as obrigações a pagar, posto que devem ser deduzidas das disponibilidades financeiras.

Ainda falando acerca de endividamento público, a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal – estabeleceu que o Presidente da República teria prazo de **noventa dias** para submeter ao Senado Federal proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada, tanto da União quanto dos Estados e Municípios, em cumprimento ao que dispõe o art. 52 da Constituição Federal.

De acordo com a LRF, Os limites globais para a dívida consolidada dos três níveis de governo serão verificados a partir de percentual da Receita Corrente Líquida – RCL, representando o nível máximo admitido para cada um deles, sendo que a verificação do seu atendimento será realizada ao final de cada quadrimestre (art. 30, §§ 3º e 4º), ou semestre, no caso dos Municípios com menos de 50 mil habitantes.

Assim, se verificada a ultrapassagem dos seus limites ao final de um quadrimestre, a eles deverão retornar nos três quadrimestres seguintes, eliminando-se pelo menos 25% já no primeiro período.

A forma prevista na LRF para o retorno ao limite legal é a geração de superávit primário para amortização da dívida, pagamento do principal até a eliminação do excesso. A relação dos Entes Federados que ultrapassarem esses limites será divulgada mensalmente pelo Ministério da Fazenda.

Vale destacar que a **LRF não determina os limites de endividamento, nem a trajetória, ou ainda o prazo máximo para que os entes atinjam os limites (15 anos), cabendo essas definições ao Senado Federal.**

DIRETO DO CONCURSO

010. (CESPE/TCU/AUFC/2015) A respeito do financiamento do setor público no Brasil, julgue o item a seguir.

Para que a condição de equilíbrio da relação dívida pública/PIB ocorra, a expectativa de um menor crescimento econômico do Brasil, nos próximos anos, *ceteris paribus*, exige uma geração de superávits primários maiores no período.



Se o PIB não cresce, ou seja, o denominador não aumenta, temos que reduzir o numerador via superávits maiores.

Certo.

2. ORÇAMENTO PÚBLICO

O **Orçamento Público** é um documento que **prevê as receitas** – quantias de moeda que, em um período determinado (normalmente um ano), devem entrar – e **fixa as despesas**, com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesas mais relevantes.

Simplificadamente, podemos dizer que Orçamento é um processo contínuo, dinâmico e flexível, que traduz em termos financeiros para determinado período (um ano), os planos e programas de trabalho do governo.

Com palavras um pouco mais técnicas, é o **ato pelo qual o Poder Executivo prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano e o Poder Legislativo lhe autoriza, por meio de LEI, a execução das despesas destinadas ao funcionamento da máquina administrativa.**

De modo mais direto, podemos dizer que **o Orçamento do Estado é o ato contendo a aprovação prévia das Receitas e Despesas Públicas para um período determinado.**

O Orçamento Público, também chamado de “**orçamentos anuais**”, tecnicamente falando, de forma restritiva, é a **LOA – Lei Orçamentária Anual.**

Temos a ideia de **Orçamento Público em sentido amplo quando trata das Leis Orçamentárias:**

PPA – Plano Plurianual

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

Tenha em mente que o **termo Orçamento Público também é usado em sentido estrito quando se refere especificamente à LOA**, que é o Orçamento Público anual propriamente dito.

Além dos sentidos amplo e estrito, o termo Orçamento Público ainda pode ser usado em sentido técnico, ou seja, quando se refere à autorização legislativa para execução das despesas, ou melhor, à autorização dos representantes do povo “convertida” em créditos orçamentários que para que se possa efetuar o gasto público.

Note que o **Poder Executivo prevê e o Poder Legislativo lhe autoriza (temos um sistema misto)**, por certo período, e em pormenor, a execução das despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei.

Em suma, podemos dizer que o **Orçamento do Estado é o ato contendo a aprovação prévia das Receitas e Despesas Públicas para um período determinado**.

Quem elabora e executa o orçamento Público no Brasil?

É apenas o Poder Executivo?

O que você acha?



Na realidade, **todos os Poderes e o Ministério Público elaboram suas propostas orçamentárias**, porém, quem executa a maior parte das despesas públicas é o Poder Executivo, mesmo porque essa é a sua principal função.

Basicamente, em termos de **elaboração da proposta orçamentária**, genericamente falando, temos o seguinte: todos os Poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário e mais o Ministério Público), e demais órgãos (Unidades Orçamentárias) elaboram as suas propostas orçamentárias e encaminham para o Poder Executivo (Ministério do Planejamento e Orçamento), que faz a consolidação de todas as propostas e encaminha um projeto de Lei de Orçamento ao Congresso Nacional.

É importante reforçar ainda que a CF/1988 concedeu autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas da União para **elaborarem suas próprias propostas orçamentárias**, encaminhando-as ao Poder Executivo para consolidação final.

Assim, a partir dessa consolidação final, realizada no âmbito do **Ministério do Planejamento e Orçamento**, uma proposta consolidada de orçamento da unidade da federação é encaminhada ao Legislativo, que a apreciará.

Vamos, agora, conhecer as **Leis Orçamentárias, que são os Instrumentos de Planejamento e Orçamento** utilizados na implantação das Políticas Públicas do nosso país.

O artigo 165 da CF/1988 nos revela os **três principais instrumentos (leis) orçamentários de planejamento utilizados na implantação das Políticas Públicas**:

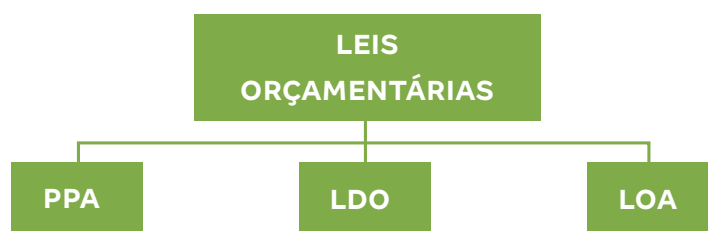
Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

Perceba que o Orçamento Público é chamado no inciso III de “orçamentos anuais”, também conhecido como LOA – Lei Orçamentária Anual.

Nesse contexto, os **instrumentos de planejamento e orçamento** da Constituição Federal são:

- 1) O Plano Plurianual – PPA;
- 2) A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e
- 3) Lei Orçamentária Anual – LOA.

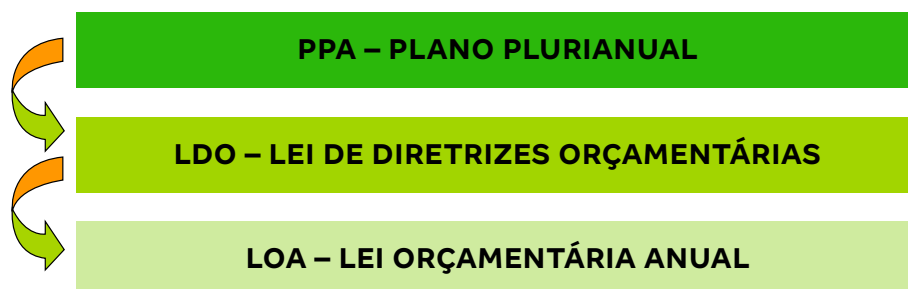


Esses instrumentos são, na verdade, **as leis orçamentárias** que regulam, cada uma delas com especificidades e escopos próprios, o planejamento e o orçamento dos entes públicos nas três esferas de governo.

No âmbito de cada ente, **essas leis constituem etapas distintas**, porém **integradas**, de forma que permitam um planejamento estrutural das ações governamentais.

Professor, qual a relação entre PPA, LDO e LOA?

Veja, na figura a seguir, o sentido da seta para visualizar a influência de cada uma em termos de integração:



Observe outra forma interessante de visualizar a dimensão de cada instrumento orçamentário:



DICA

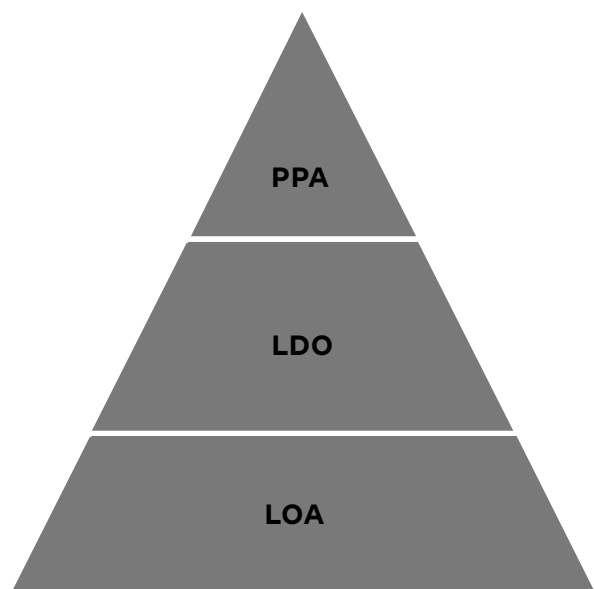
A EC n. 109/2021 inseriu o artigo 164-A em nossa CF/1998 para que a elaboração e a execução de planos e orçamentos reflitam a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.

Resumidamente, tenha em mente que o PPA, a LDO e a LOA são leis instituídas pelo artigo 165 da nossa Carta Magna de 1988, cabendo ao **PPA estabelecer diretrizes de médio prazo (quatro anos)**.

A **LDO**, que deve ser compatível com o PPA, estabelece, entre outros, o conjunto **de metas e prioridades** da Administração Pública Federal **e orienta a elaboração da LOA para o ano seguinte**.

A **LOA**, que deve ser compatível com o PPA e com a LDO, contempla os **orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais**.

A INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

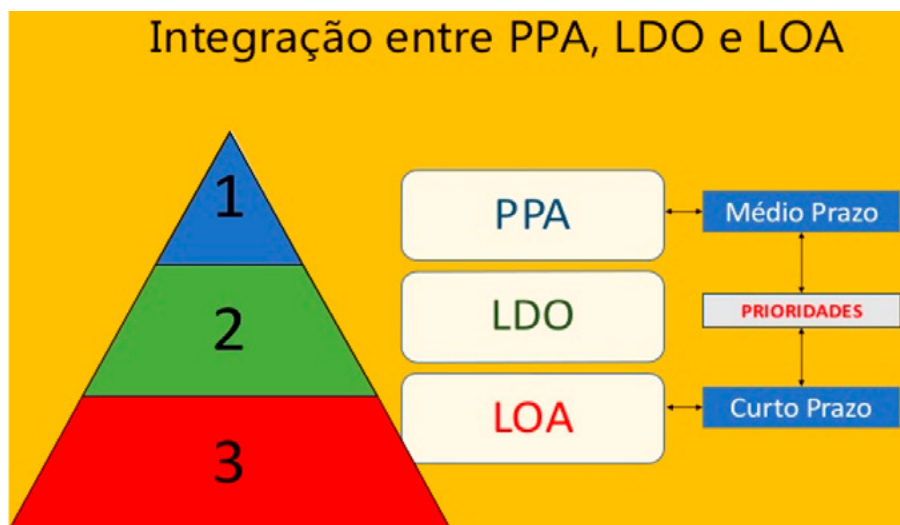


Orientação estratégica, diretrizes, prioridades e metas.

Prioridades e metas que orientarão a elaboração do orçamento.

Dimensão financeira anual.

A palavra chave aqui é **INTEGRAÇÃO**.



DIRETO DO CONCURSO

011. (CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE/2019) O orçamento público, um instrumento fundamental de governo, constitui o principal documento de políticas públicas. A respeito desse assunto, julgue o seguinte item.

O processo orçamentário brasileiro está baseado em instrumentos de curto prazo — a lei orçamentária anual (LOA) e a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) — e em instrumento de médio prazo — o plano plurianual (PPA) —; todos perfeitamente integrados entre si.



Realmente, a LOA e a LDO, que abrangem o período de um ano, podem ser considerados instrumentos de curto prazo, enquanto o PPA, que abrange o período de quatro anos, é considerado um instrumento de médio prazo, estando esses três instrumentos orçamentários integrados nos termos da própria CF/1988.

Certo.

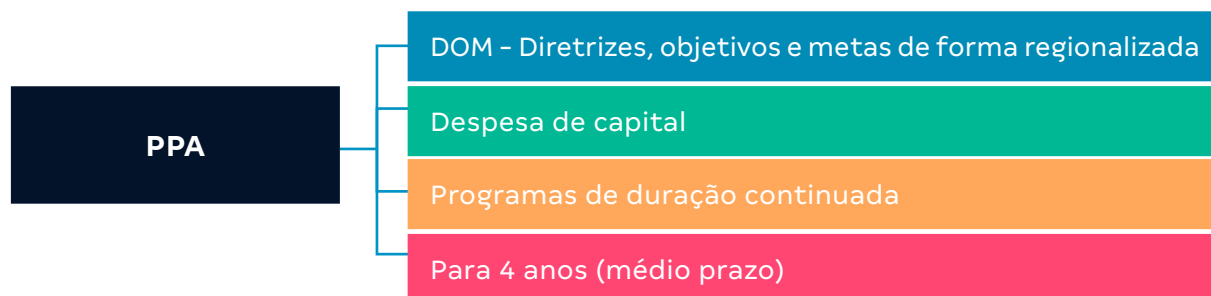
Reforce a memorização das palavras-chave:



Vamos conhecer um pouco mais acerca de cada um desses importantes instrumentos.

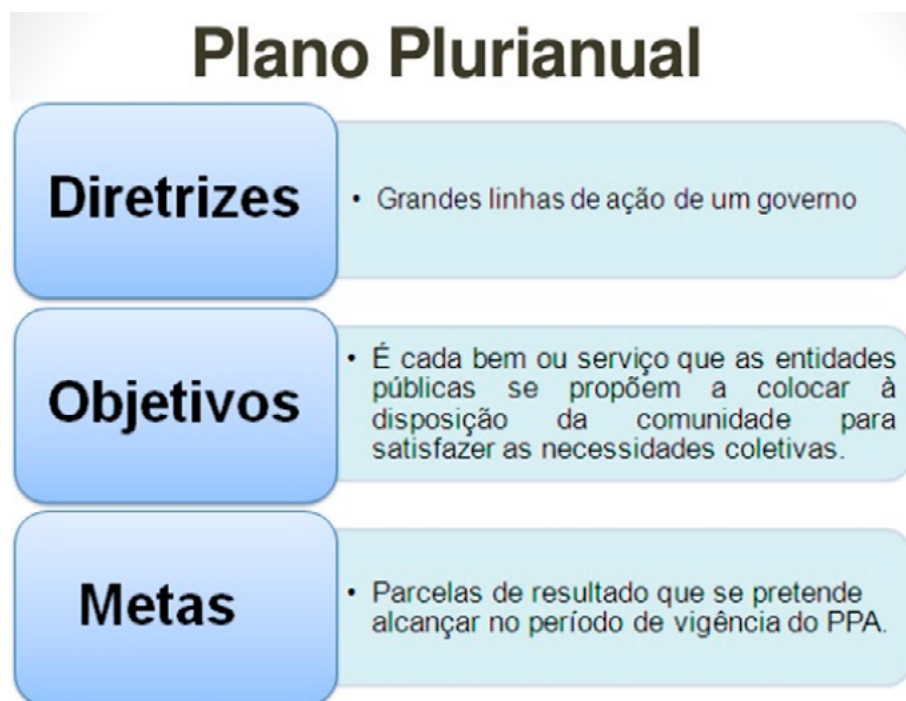
2.1. PPA – PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no artigo 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República, servindo como instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.



DICA

Nesse contexto, guarde para o PPA o mnemônico DOM – Diretrizes, Objetivos e Metas.



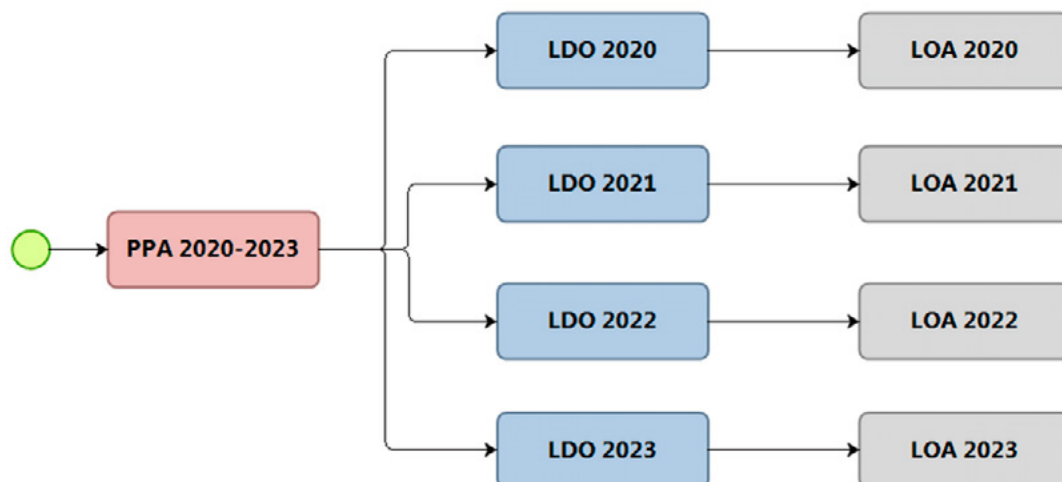
Entenda por **Diretrizes** a ideia de que o PPA tem um condão abrangente e estratégico, servindo de plano de voo para os próximos quatro anos.

Já em relação aos **Objetivos**, a ideia é que o PPA verbalize o que precisa ser modificado, ou seja, o que a implementação do PPA deseja para o país.

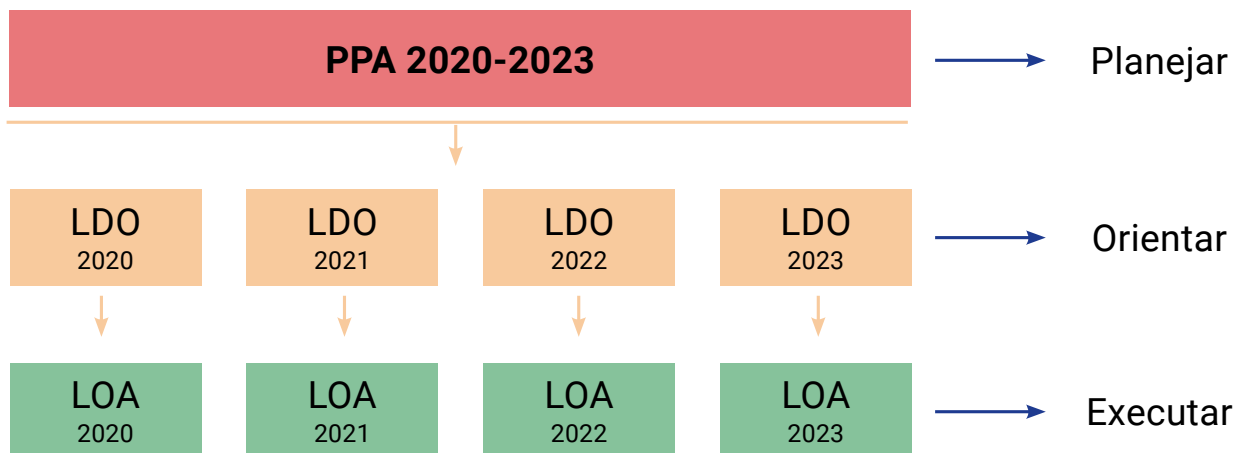
Finalmente, as **Metas** tornam as diretrizes e os objetivos menos subjetivos, ou seja, traduzem os mesmos em aspectos mais quantitativos ou qualitativos, a depender das especificidades de cada caso.

É importante destacar ainda que, enquanto o **PPA tem duração de quatro anos**, durante a sua vigência serão elaboradas uma LDO e uma LOA a cada ano, ou seja, quatro LDOs e quatro LOAs que precisam ser compatíveis com o respectivo PPA.

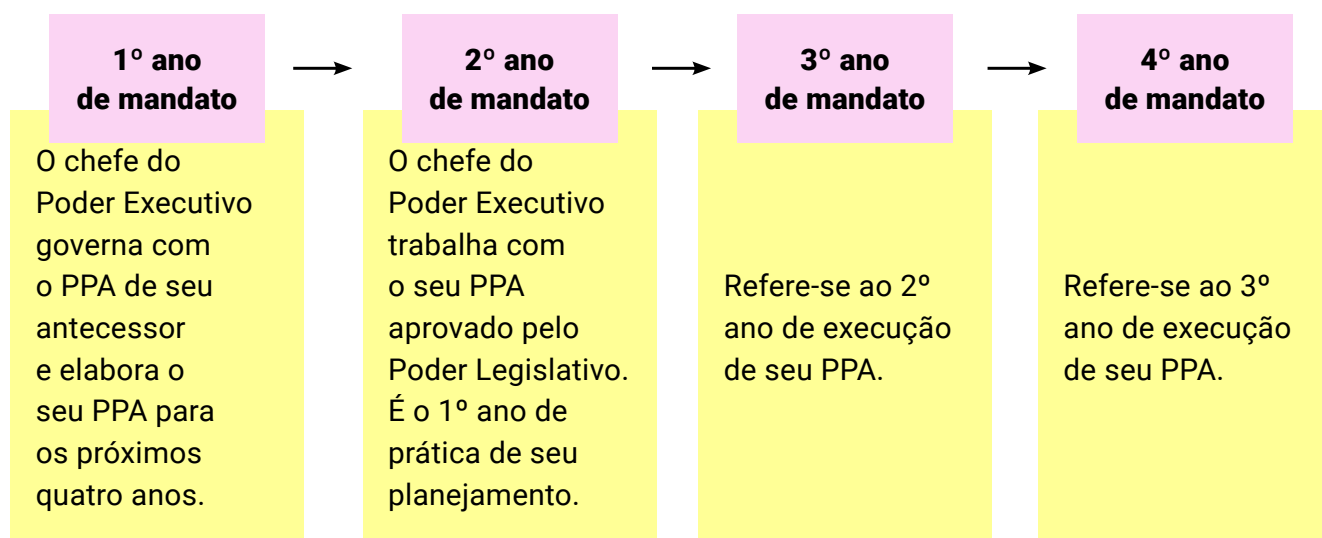
Veja para a União, Estados e DF o PPA em andamento e respectivas LDOs e LOAs:



Outra maneira de visualizar:



Nessa pegada, guarde que a vigência do PPA é de quatro anos, mas inicia-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, devendo ser enviado até 31 de agosto do primeiro exercício.



O PULO DO GATO



O tempo de vigência de um PPA não coincide com o mandato do chefe do Executivo, já que o PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entra em vigor no segundo ano, somente se encerrando no fim do primeiro ano do governo seguinte.

Por meio do PPA, é declarado o conjunto das políticas públicas, em termos macro, do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas, construindo um Brasil melhor.

O **PPA orienta o Estado e a sociedade** no sentido de viabilizar os objetivos da República. O Plano apresenta a visão de futuro para o País, macro desafios e valores que guiam o comportamento para o conjunto da Administração Pública Federal.

Em outras palavras, podemos dizer que, no PPA, o governo declara e organiza sua atuação, a fim de elaborar e executar políticas públicas necessárias. O Plano permite também, que a sociedade tenha um maior controle sobre as ações concluídas pelo governo.

Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro pode ser iniciado sem prévia inclusão no **PPA**, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Falando em **investimentos**, importante destacar que em AFO e Direito Financeiro o seu significado é diferente do que estamos acostumados em nosso dia a dia, que tem a ver com aplicação financeira ou com abrir algum negócio.

Em nossa matéria, **despesas com investimentos são um tipo de despesa de capital que engloba despesas com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, como no caso da construção de um aeroporto.**

O Plano Plurianual – PPA – deve ser elaborado de forma regionalizada, ou seja, esse instrumento central de planejamento deve servir promover, **de maneira integrada**, oportunidades de investimentos que sejam definidas **a partir das realidades regionais e locais, levando a um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões do País.**

A regionalização fornece informações relacionadas à distribuição das metas estipuladas para o objetivo no território. **A regionalização será expressa em macrorregiões, estados ou municípios.** Em casos específicos, poderão ser aplicados recortes mais adequados para o tratamento de determinadas políticas públicas, tais como região hidrográfica, bioma, territórios de identidade e área de relevante interesse mineral.

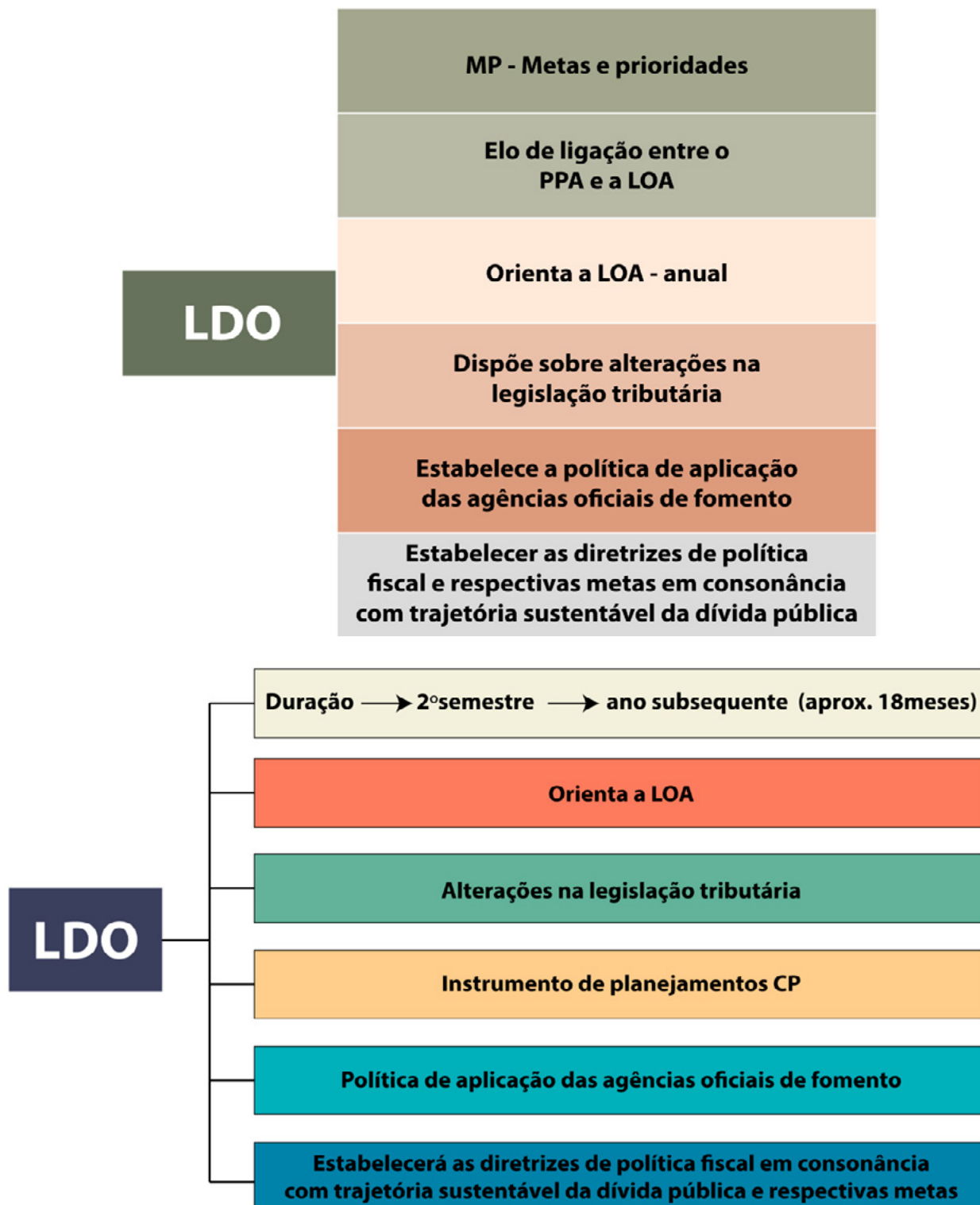
2.2. LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO**, assim como o PPA surgiu com a CF/1988 e tem como primordial função o estabelecimento dos parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir, dentro do possível, a realização das metas e objetivos contemplados nos programas do plano plurianual.

Veja a sua literalidade, de acordo com o artigo 165 da CF/1988:

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 109, de 2021).

Veja agora o papel da LDO de modo esquematizado:



O PULO DO GATO



A LDO É O ELO ENTRE O PPA E A LOA.

O papel da LDO é ajustar as ações de governo previstas no PPA às reais possibilidades de caixa do Tesouro Nacional, fazendo o “meio-campo” entre o planejamento estratégico de médio prazo (PPA) e o planejamento operacional (LOA).

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – ampliou a importância da LDO, atribuindo à LDO o papel de dispor sobre equilíbrio entre receita e despesa, critérios e formas de limitação de empenho, condições para transferência de recursos, **determinando a previsão de várias outras situações, além das previstas na Constituição**. São elas:

- Estabelecer critérios para congelamento de dotações, quando as receitas não evoluírem de acordo com a estimativa orçamentária;
- Estabelecer controles operacionais e suas regras de atuação para avaliação das ações desenvolvidas ou em desenvolvimento;
- Estabelecer as condições de ajudar ou subvencionar financeiramente instituições privadas, fornecendo o nome da instituição, valor a ser concedido, objetivo etc. É importante ressaltar que serão nulas as subvenções não previstas na LDO, excluindo casos de emergência;
- Estabelecer critérios para início de novos projetos, após o adequado atendimento dos que estão em andamento;
- Estabelecer o percentual da receita corrente líquida a ser retido na peça orçamentária, como Reserva de Contingência.

Além do estabelecimento e definição dos itens anteriormente relacionados, a LDO deverá ser acompanhada do chamado ANEXO DE METAS FISCAIS e do ANEXO DE RISCOS FISCAIS – ARF.

DIRETO DO CONCURSO

012. (CESPE/TCE-PE/ANALISTA/2017) Com relação ao orçamento público brasileiro, julgue o item que se segue.

A lei de diretrizes orçamentárias deve prever medidas a serem tomadas nos casos de passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, caso se materializem.

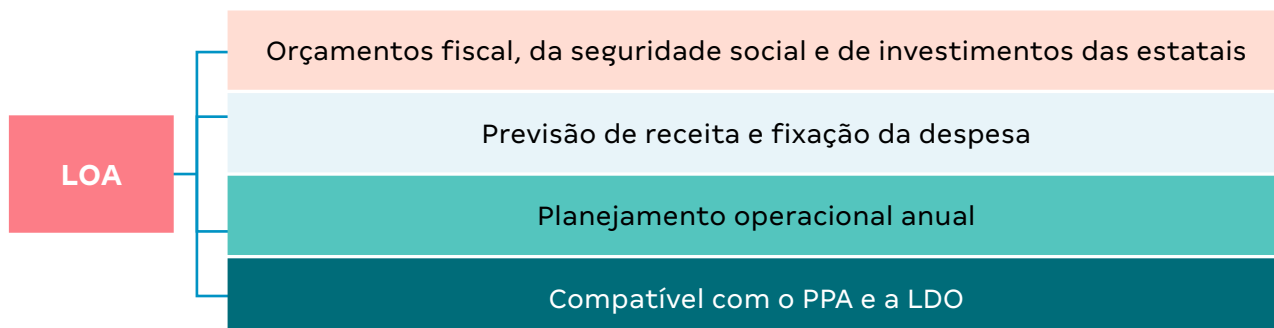


Com o advento da LRF, a LDO ganhou mais atribuições, com destaque para o Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se **materializem**.

Certo.

2.3. LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – é o orçamento público propriamente dito.



A princípio parece estranho que um orçamento seja uma lei... Afinal, frequentemente, temos contato com o orçamento em nosso dia a dia como algo informal, conforme quando precisamos consertar algo e pedimos um orçamento ou quando fazemos o orçamento de uma festa, ou o próprio orçamento de uma família.

Entretanto, quando se trata de dinheiro público, **algumas** regras para o seu uso precisam ser respeitadas e elas precisam estar previstas na legislação. Assim, esse é um dos principais objetivos do nosso estudo: conhecer tais regras, já que elas serão cobradas em prova.

Para começo de conversa, guarde que a LOA deve conter **exclusivamente duas matérias: previsão de receita e fixação de despesa**. Entretanto, a título de **exceção**, são admitidas **autorizações para créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por ARO – Antecipação de Receita Orçamentária (Princípio orçamentário constitucional da exclusividade)**.

A LOA funciona como instrumento de planejamento **operacional**, expressando a alocação de recursos públicos, sendo operacionalizada por meio de diversas ações.

RELEMBRANDO



É bom lembrar que a LOA é orientada pelas diretrizes, objetivos e metas do **PPA**, compreendendo as ações a serem executadas, seguindo as metas e prioridades estabelecidas na **LDO**.

É importante atentarmos para a palavra previsão **para receita**, já que a receita orçamentária pode ser arrecadada acima do valor previsto no orçamento público por não existir teto para a receita.

Por outro lado, **em se tratando da despesa, usamos a expressão fixação**, por ser prevista com um limite até o qual poderá ser executada.

A esse limite de autorização de gastos dá-se o nome de **dotação orçamentária**, que é a expressão monetária do **crédito orçamentário**, uma autorização discriminada para se gastar recursos.

Muitas vezes esses termos são usados como sinônimos mesmo, mas vamos esclarecer a diferença entre dotação e crédito orçamentário.

A **dotação orçamentária** é o valor monetário autorizado, consignado na lei do orçamento (LOA), para atender uma determinada programação orçamentária. **É o limite financeiro (orçamentário) autorizado.** A dotação não entra no mérito das classificações da respectiva despesa orçamentária.

Por sua vez, **o crédito orçamentário** apresenta as respectivas classificações orçamentárias da despesa para qual existe uma dotação. É um detalhamento da dotação orçamentária. Em outras palavras, **o crédito orçamentário é portador de uma dotação que é o limite de recurso financeiro autorizado.**

Em suma, o crédito orçamentário é o detalhamento em termos de classificação da despesa de uma respectiva dotação orçamentária.

É importante destacar que nossa CF/1988 **veda** o início de programas ou projetos que não estejam incluídos na LOA e proíbe a consignação de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

O projeto da LOA deve ser encaminhado ao Congresso Nacional quatro meses antes do término do exercício financeiro, ou seja, até o dia 31 de agosto de cada ano, e devolvido ao Poder Executivo até o final da sessão legislativa, ou seja, aproximadamente até 22 de dezembro do exercício de sua elaboração. Veja as possíveis consequências inerentes ao descumprimento dos prazos:

	Envio pelo poder executivo ao poder legislativo	Devolução pelo poder legislativo ao poder executivo
PRAZO	Até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro (31 de agosto)	Até o encerramento da sessão legislativa (22 de dezembro) do exercício em que for encaminhado
CONSEQUÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO	O PL aprecia o PLOA do ano anterior e chefe do Executivo incorre em crime de responsabilidade	A cada mês é liberada a fração 1/12 das despesas "inadiáveis" contidas no PLOA

Guarde os prazos:

PPA

- prazo para encaminhar 31/08 (primeiro ano do mandato).
- prazo para aprovar 22/12 (primeiro ano do mandato).

LDO

- prazo para encaminhar 15/04.
- prazo para aprovar 17/07.

LOA

- prazo para encaminhar 31/08.
- prazo para aprovar 22/12.

É importante destacar ainda que nossa Carta Magna, em seu artigo 165, § 6º, determina que **o projeto da LOA seja acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.**

Ainda no mencionado artigo da nossa CF/1988, existe a seguinte determinação (com grifos nossos):

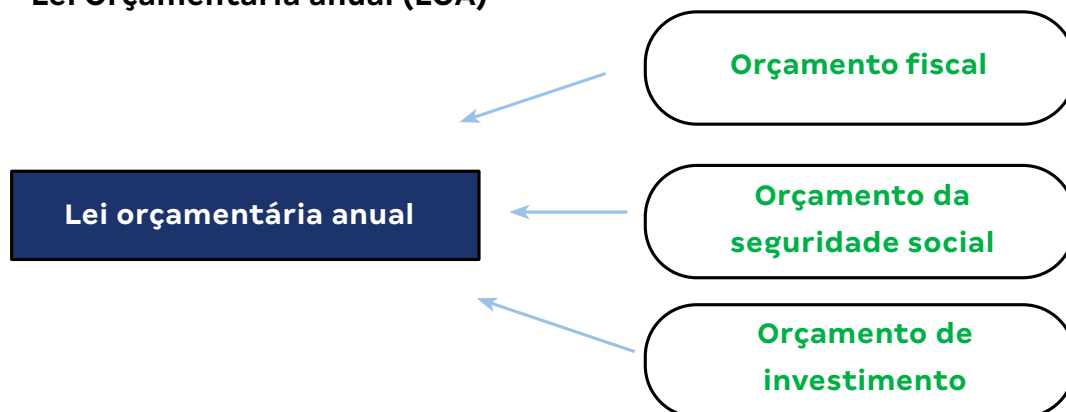
§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – **o orçamento fiscal** referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – **o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;**

III – **o orçamento da seguridade social**, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Lei Orçamentária anual (LOA)



Destaque-se que, como visto no desenho anterior, na verdade, trata-se de uma única LOA, um único documento. Mas, vamos falar um pouco de cada um deles.

No que diz respeito ao orçamento fiscal, que deve ser sempre equilibrado, guarde que **ele deve contemplar as receitas e despesas do Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, incluindo seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, com exceção apenas das receitas e despesas que estiverem no orçamento da seguridade social e de investimento das estatais.**

DIRETO DO CONCURSO

013. (CESPE/MPU/ANALISTA/2015) A respeito da administração financeira e orçamentária, julgue o item a seguir.

As empresas públicas que recebem da União recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral estão obrigatoriamente incluídos no orçamento fiscal.



Vamos aproveitar essa questão para rever o artigo 165, § 5º, da nossa CF/1988 (com grifos nossos):

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o **orçamento fiscal** referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e **indireta**, inclusive fundações instituídas e **mantidas pelo Poder Público**;

II – o **orçamento de investimento das empresas** em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o **orçamento da seguridade social**, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Nesse contexto, é importante saber que a LRF apresentou o conceito de Empresa Estatal (integra a Administração Indireta) dependente:

Empresa estatal dependente é a empresa **controlada** que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de **despesas com pessoal** ou de **custeio em geral ou de capital**, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

Assim, na questão, temos uma empresa estatal dependente, que, portanto, estará no orçamento fiscal, e, não, no de investimento em empresas estatais.

Certo.

O **orçamento de Investimento das Estatais**, que obrigatoriamente deve integrar a LOA, como o nome já revela, **não trata de todas as despesas, e, sim, apenas dos investimentos e não se refere a todas as estatais**, mas apenas àquelas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, ou seja, refere-se apenas às empresas controladas pela União.

ATENÇÃO

Apenas os **orçamentos fiscais e de investimentos das estatais**, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de **reduzir desigualdades inter-regionais**, segundo critério populacional. Guarde, portanto, que **o orçamento da seguridade social NÃO tem essa função.**

O PULO DO GATO

Em termo de Constituição, os conhecimentos acerca do **orçamento de investimento das estatais** são esses. Se na prova falar “de acordo com a CF, basta saber isso. Entretanto, se considerarmos as LDOs de cada ano e a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, que trazem conceitos como o de empresas estatais dependentes e de não dependentes, a coisa muda de figura.

Nessa “**pegada infraconstitucional**”, **apenas os investimentos das estatais não dependentes devem constar no orçamento de investimento**, em contraste com as estatais dependentes que devem constar apenas nos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Então fique atento ao comando da questão na prova!

Guarde que, para uma empresa ser considerada um estatal, o Estado precisa ter o controle, ou seja, todas as empresas consideradas estatais são controladas. Uma estatal, controlada, portanto, pode ser dependente ou não dependente.

Por enquanto, guarde que a estatal dependente é aquela que recebe recursos do governo para custeio do seu funcionamento, enquanto a estatal não dependente, como o nome sugere, não recebe recursos do governo para custeio do seu funcionamento.

Assim, em termos de orçamento, **se a estatal for dependente, ela participa do apenas no OF e no OSS, mas, se for uma estatal não dependente, deve constar no OI.**

DIRETO DO CONCURSO

014. (CESPE/TCE-PE/AUDITOR/2017) A respeito de orçamento público, julgue os itens a seguir. Além de apresentar harmonia com o plano plurianual e estar voltado para a redução de desigualdades entre as diversas regiões brasileiras, o orçamento federal de investimento deve conter as previsões de receitas e despesas de todas as empresas nas quais a União detenha participação societária.



Na verdade, o orçamento de investimentos contempla os recursos destinados somente às empresas cujo controle (maioria do capital social com direito a voto) pertença ao Governo Federal e não uma participação societária qualquer.

Errado.

No que diz respeito ao orçamento da Seguridade Social, guarde que ela compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

É importante destacar que o orçamento da seguridade social deve englobar todos os órgãos que possuem receitas e despesas públicas relacionadas à seguridade social (previdência, assistência e saúde).

EXEMPLO

O Ministério da Economia possui despesas de assistência médica relativa aos seus servidores e essa despesa faz parte do orçamento da seguridade social, mas as demais despesas não relacionadas à seguridade social estarão no orçamento fiscal.

O PULO DO GATO



Órgãos e entidades vinculados diretamente à Seguridade Social independentemente da natureza da despesa, integram o orçamento da seguridade social. Para os Órgãos e entidades não vinculados diretamente à Seguridade Social somente as despesas típicas da Seguridade Social integram o orçamento da seguridade social.

No Brasil, o conceito de planejamento de médio prazo, interligado com a LOA (orçamento-programa) foi implementado com a proposta de Plano Plurianual para o período de quatro anos, cujo grande trunfo reside na introdução do modelo de gerenciamento de programas, que permite padronizar a linguagem do PPA e da LOA.

O vínculo da LOA com o PPA se dá por meio dos Programas e das Iniciativas do Plano que estão associadas às Ações constantes da LOA. Deve haver, portanto, uma compatibilidade entre o PPA, a LDO e a LOA. Contudo, vale ressaltar que **a abrangência do PPA e da LDO vai além da dimensão orçamentária.**

RESUMO

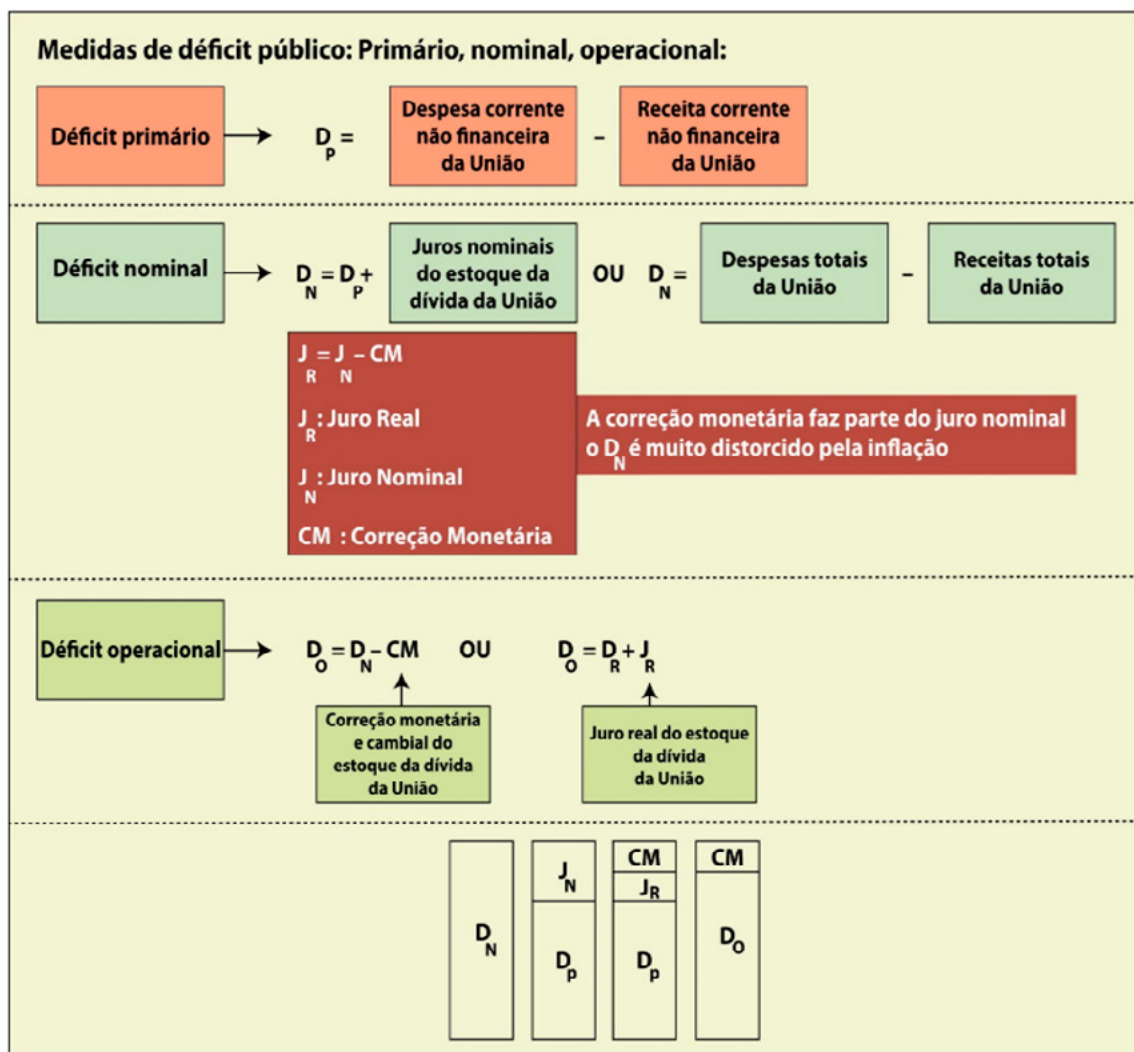
DÍVIDA PÚBLICA

Resultado (Superávit ou Déficit) Primário: representa a origem e a fonte de realimentação do déficit público, e, conseqüentemente, da dívida pública, desconsiderando seus respectivos juros.

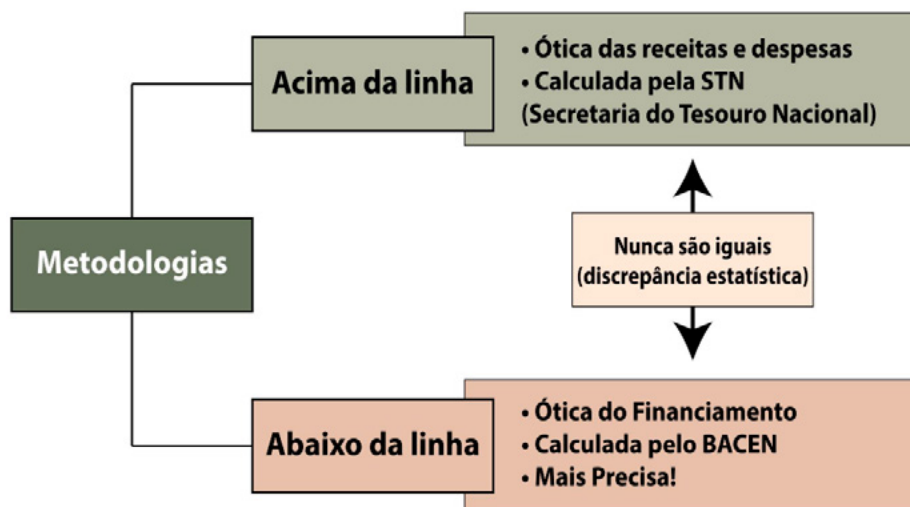
Resultado (Superávit ou Déficit) Nominal: representa a diferença entre as receitas de despesas públicas, em especial a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida interna e externa. É também obtido por meio da soma dos incrementos da base monetária e do incremento da dívida interna e da dívida externa expressa em moeda nacional.

Vale destacar que o déficit nominal é também chamado de Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP), já que corresponde à quantidade de empréstimos a que o setor público precisa recorrer.

Resultado (Superávit ou Déficit) Operacional: consiste no **deflacionamento** dos valores monetários das variáveis orçamentárias e financeiras, bem como pelo cálculo dos juros por meio da taxa de juros real esperada para um determinado período.



METODOLOGIAS DE APURAÇÃO DO DÉFICIT PÚBLICO



O FINANCIAMENTO DO DÉFICIT PÚBLICO

Para financiar o déficit, seja para qualquer conceito utilizado, o governo recorre a duas fontes de recursos: a emissão de moeda e a venda de títulos da dívida pública.

Emissão de moeda: ocorre por meio da criação de moeda pelo Banco Central para financiar dívida do Tesouro Nacional.

Colocação de títulos da dívida pública: possibilita ao governo trocar título, ativo financeiro não monetário, por moeda que está em circulação para financiar seu déficit.

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)

De modo bem simples, podemos dizer que a NFSP representa a necessidade do setor público em se financiar por meio de dívida.

A NFSP também é chamada de déficit nominal ou resultado nominal, e corresponde à variação nominal dos saldos da dívida interna líquida, mais os fluxos externos efetivos, convertidos para reais pela taxa média de câmbio de compra.

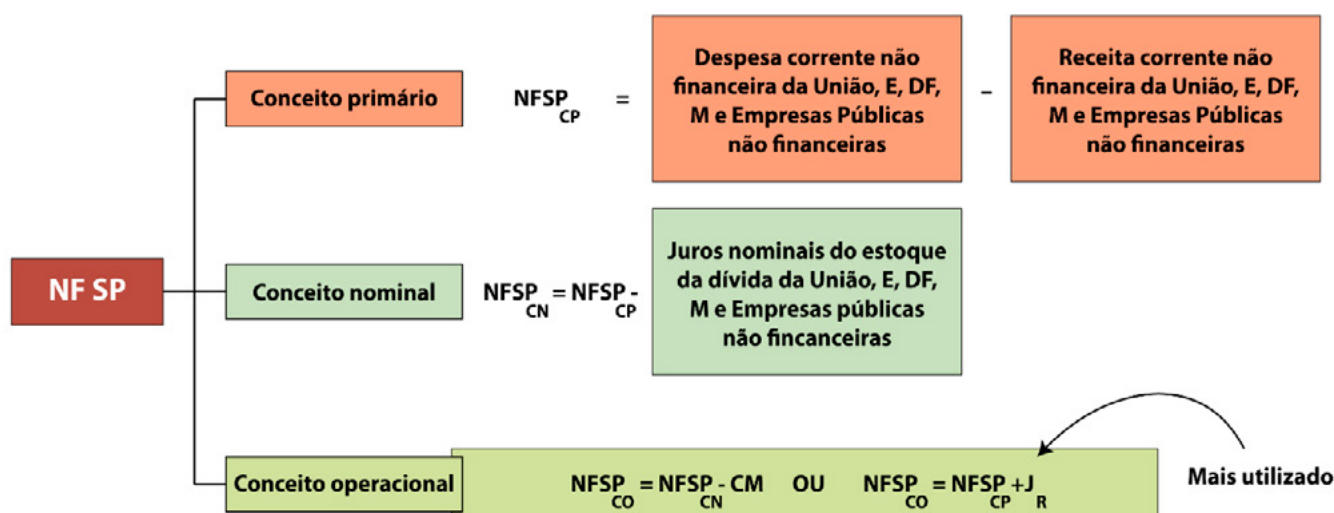
NFSP – Conceito nominal: calculada a partir da variação mensal da Dívida Fiscal Líquida (DFL).

NFSP – Conceito operacional: conceito nominal excluída a atualização monetária incidente sobre a DLSP (para o cálculo da atualização monetária mensal, utiliza-se como deflator o IGP-DI centrado ao final do mês – média geométrica do IGP-DI do mês e do mês subsequente).

NFSP – Conceito primário: conceito nominal excluídas as despesas de juros nominais incidentes sobre a DLSP, calculadas pelo critério de competência, e incluídas as receitas de juros relativas às reservas internacionais (utiliza-se a taxa média de câmbio de compra para converter os valores expressos em dólares para reais).

NFSP – Juros reais: representa a diferença entre os encargos financeiros totais (juros nominais) e a parcela de atualização monetária no mês.

Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP)



Dívida Pública Bruta: Dívida do setor público não financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro (público e privado), o setor privado não financeiro e o resto do mundo.

Dívida Pública Líquida: Dívida Pública Bruta menos a soma dos créditos do setor público não financeiro e do Banco Central. Deve-se mencionar ainda que, diferentemente de outros países, o conceito de dívida líquida utilizado no Brasil considera os ativos e passivos financeiros do Banco Central, incluindo, dessa forma, a base monetária.

Dívida Pública Mobiliária do Governo Federal (DPMF): Total dos títulos públicos federais fora do Banco Central. Inclui, além dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central. Como se trata de dívida consolidada, os títulos de emissão do Tesouro Nacional pertencentes à carteira do Banco Central não entram.

Dívida Pública Mobiliária do Governo Federal Interna (DPMFi): Total dos títulos públicos federais fora do Banco Central em poder do público. Inclui, além dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central.

Dívida Mobiliária dos Governos Estaduais e Municipais: Total dos títulos emitidos pelos tesouros desses entes da Federação.

Dívida Externa Bruta: Soma da dívida externa bruta do setor público não financeiro e do Banco Central.

Dívida Externa Líquida: Dívida Externa Bruta menos as aplicações em moeda estrangeira. Como o Banco Central está incluído, as reservas internacionais do Banco Central também são consideradas como aplicações e, portanto, deduzidas do total.

Dívida Mobiliária Externa: Dívida Reestruturada (*Bradies*) mais Dívida Soberana (Títulos de emissão Voluntária).

Dívida Contratual Externa: BID/BIRD, Clube de Paris e Agências Governamentais.

Dívida Pública Federal: DPMFi + Dívida Mobiliária Externa + Dívida Contratual Externa.

ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento Público é o ato pelo qual o Poder Executivo prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano e o Poder Legislativo autoriza, por meio de LEI, a execução das despesas destinadas ao funcionamento da máquina administrativa.

O Orçamento Público é um documento que prevê as quantias de moeda que, num período determinado (normalmente um ano), devem entrar e sair dos cofres públicos (receitas e despesas públicas), com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesas mais relevantes.

Todos os Poderes e o Ministério Público elaboram suas propostas orçamentárias, porém nenhuma proposta orçamentária, nem mesmo a do Poder Legislativo, pode ser **encaminhada** diretamente ao Congresso Nacional. Essa competência é **privativa** do Presidente da República (Inciso XXIII, do art. 84, da CF). Mas quem tem competência para **dispor** sobre orçamento público no Brasil, é **exclusivamente** do Congresso Nacional.

No que diz respeito às suas dimensões, podemos dizer que o orçamento tem **aspecto político**, porque revela ações sociais e regionais na destinação das verbas. Tem também **características econômicas**, porque manifesta a realidade da economia. **É técnico**, porque utiliza cálculos de receita e de despesa e tem, ainda, **aspectos jurídicos**, porque atende às normas da Constituição Federal e de leis infraconstitucionais.

Temos a ideia de **Orçamento Público em sentido amplo quando trata das Leis Orçamentárias**:

PPA – Plano Plurianual.

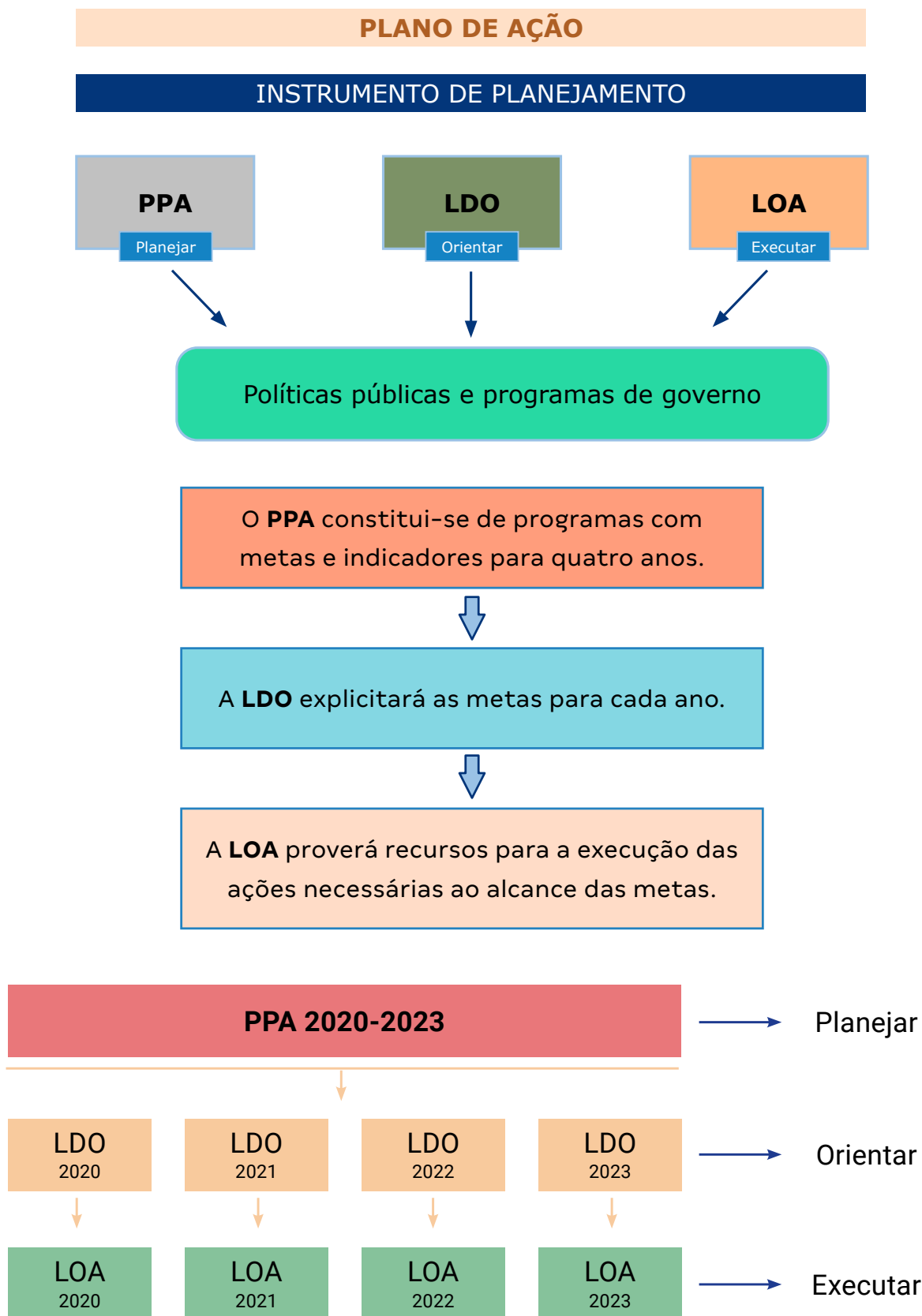
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

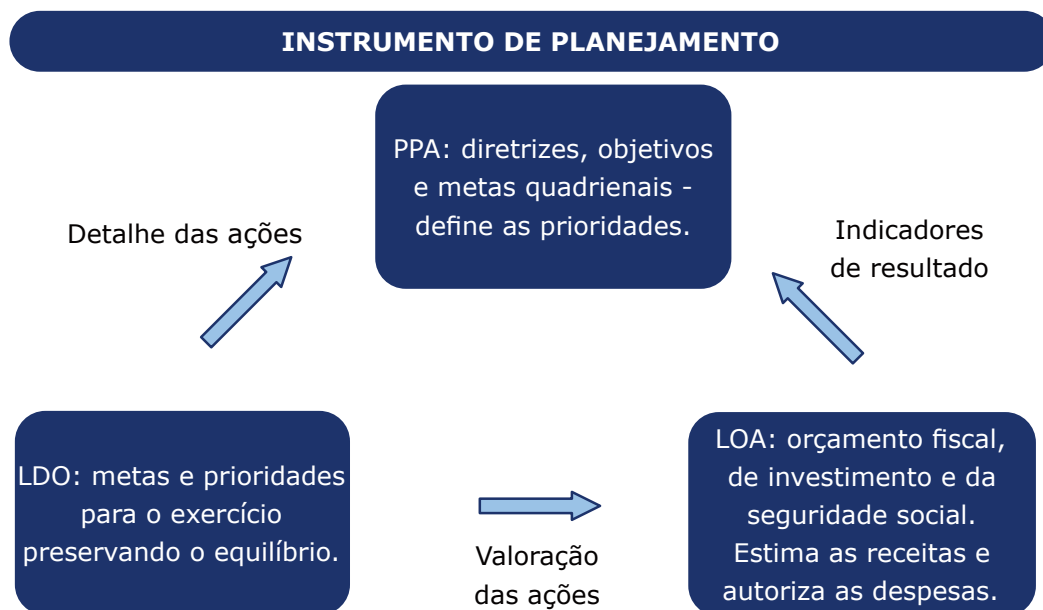
LOA – Lei Orçamentária Anual.

Tenha em mente que o **termo Orçamento Público também é usado em sentido estrito quando se refere especificamente à LOA**, que é o Orçamento Público anual propriamente dito.

Além dos sentidos amplo e estrito, o termo Orçamento Público ainda pode ser usado em sentido técnico, ou seja, quando se refere à autorização legislativa para execução das despesas, ou melhor, à autorização dos representantes do povo “convertida” em créditos orçamentários que para que se possa efetuar o gasto público.

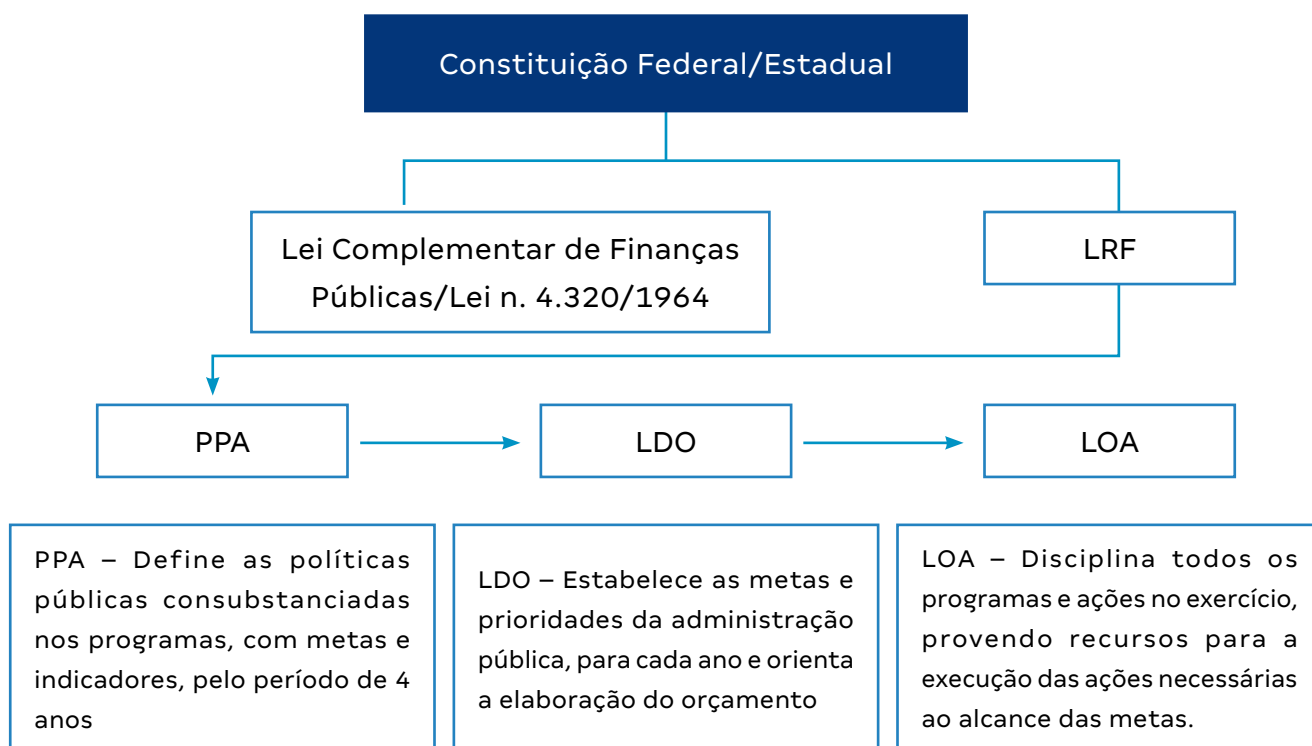
INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



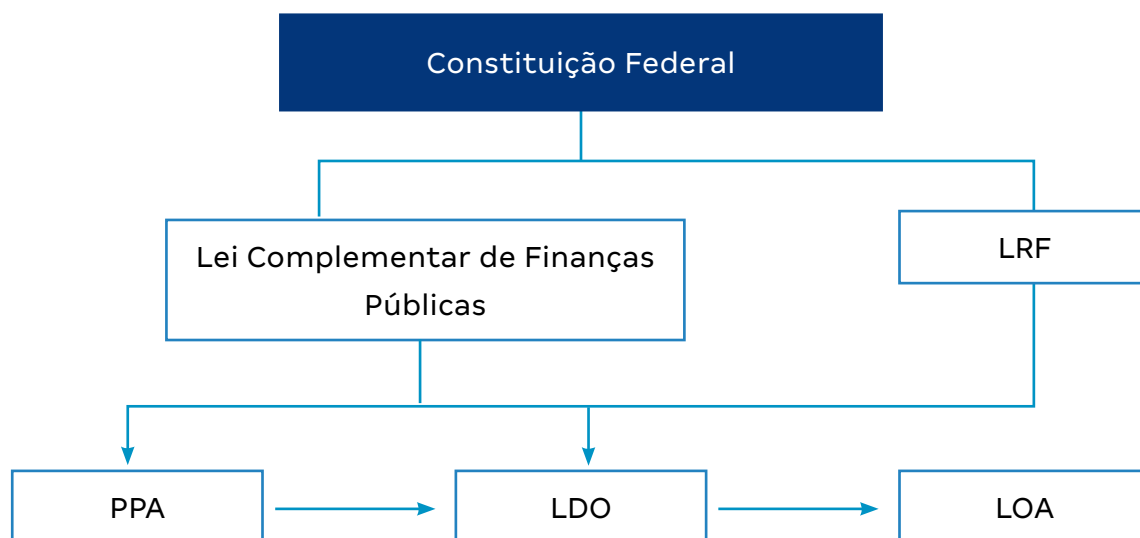


No quadro a seguir, podemos ver a base legal do processo orçamentário brasileiro, com destaque para a LRF e para Lei n. 4.320/1964.

BASE LEGAL



O embasamento legal das finanças públicas no Brasil, após o advento da LRF, pode ser assim visualizado:



PPA

O **PPA** deve estabelecer, de forma regionalizada, **as diretrizes, objetivos e metas (DOM)** da administração pública **federal** para as **despesas de capital** e outras delas decorrentes e para as relativas aos **programas de duração continuada**.

Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro pode ser iniciado sem prévia inclusão no **PPA**, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na CF/1988 devem ser elaborados em consonância com o **PPA** e apreciados pelo Congresso Nacional.

LDO

A LDO deve compreender as metas e prioridades da administração pública federal, **estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública**, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A CF/1988 determina que a LDO considere as alterações na legislação tributária, mas a LDO não pode criar, aumentar, suprimir, diminuir ou autorizar tributos, o que deve ser feito por outras leis. Também não existe regra determinando que tais leis sejam aprovadas antes da LDO.

A LRF atribuiu à LDO o papel de dispor sobre equilíbrio entre receita e despesa, critérios e formas de limitação de empenho, condições para transferência de recursos.

Atenção aos Anexos citados na LRF:

Anexo de Metas Fiscais: avaliação do cumprimento das metas do ano anterior, demonstrativo das metas anuais, evolução do patrimônio líquido nos últimos 3 exercícios, avaliação da situação financeira e demonstrativo de estimativa e compensação de renúncia de receita.

Anexo de Riscos Fiscais: são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

LOA

A LOA, embora seja uma única Lei e um único orçamento, compreende:

- o **orçamento fiscal** referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- o **orçamento de investimento** das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- o **orçamento da seguridade social**, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Veja um quadro resumido acerca da LOA:

Não poderá ter matérias estranhas à previsão de receitas ou à fixação de despesas.	Discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de governo.	Autorização dos créditos, inclusive ARO.
Orçamento Fiscal	<p>Abrange os três Poderes.</p> <p>Órgão, autarquias, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo poder público. Empresas públicas, sociedades de economia mista e demais controladas que recebam quaisquer recursos do Tesouro Nacional (dependentes).</p> <p>Abrange tudo o que não esteja no orçamento da seguridade social e de investimentos. Não integram: fundos de incentivos fiscais, conselhos de profissão e estatais independentes.</p>	
Orçamento de Investimento	<p>Empresas em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto (independentes).</p> <p>Não entrará aqui despesa com pessoal ou de custeio.</p>	
Orçamento da Seguridade Social	<p>Saúde, previdência e assistência social.</p> <p>A Educação faz parte do Orçamento Fiscal.</p>	

Guarde que os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

O projeto de LOA deve ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

É **vedada** a utilização, **sem autorização legislativa específica**, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive daqueles que compõem os próprios orçamentos fiscal, de investimentos das estatais e da seguridade social.

A **LOA** ou **Orçamento Público** é um documento que prevê as quantias de moeda que, num período determinado (normalmente um ano), devem entrar e sair dos cofres públicos (receitas e despesas públicas), com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesas mais relevantes.

1 – É o **Programa** econômico-financeiro do Estado, sendo o seu plano operacional detalhado de trabalho, materializando o **PPA** anualmente.

2 – É um **Lei autorizativa**, ou seja, em regra, para as despesas discricionárias, não gera direitos subjetivos para os administrados, exceto nos casos previstos na própria CF/1988.

3 – É **rígido**, em função da forte concentração de receitas vinculadas.

4 – Tem que ser **compatível** com o **PPA e LDO**.

5 – Pode-se dizer que é composto por **três suborçamentos: Fiscal, de Investimento e da Seguridade Social** (art. 165, § 5º, CF/1988).

6 – Atendendo ao **Princípio da Unidade**, temos **uma só LOA** para cada ente político, em cada exercício.

7 – Em regra, deve atender ao **Princípio da exclusividade**, devendo contemplar somente duas matérias: previsão de receita e fixação de despesa orçamentária, entretanto, **poderá** conter matérias não relacionadas diretamente a orçamento público, de acordo com o disposto no artigo 165, § 8º, da CF/1988, sendo uma exceção à exclusividade, nesse caso.

8 – Engloba **três funções**: alocativa, distributiva e estabilizadora.

9 – É **lei ordinária especial** (iniciativa única do Executivo e processo legislativo peculiar ou especial, conforme art. 165, *caput*, e art. 166, CF/1988).

10 – Lei de **Processo Legislativo Vinculado** (prazos do art. 35, ADCT).

11 – Para a União, deve ser aprovada em **sessão conjunta e bicameral**.

12 – É uma Lei **temporária, periódica** e de **efeitos concretos**.

13 – É **Lei quanto à forma no sentido de ser um ato de natureza concreta**, mas **não quanto à matéria**, embora seja admitida pelo STF a possibilidade de controle concentrado de sua constitucionalidade, normalmente típica de leis materiais.

14 – Suas normas **não podem apresentar abstração e generalidade.**

15 – Quanto ao aspecto material é um **ato-condição.**

16 – Deve ser **regionalizado** (art. 165, § 6º, CF/1988).

Guarde os prazos:

PPA

- prazo para encaminhar 31/08 (primeiro ano do mandato).
- prazo para aprovar 22/12 (primeiro ano do mandato).

LDO

- prazo para encaminhar 15/04.
- prazo para aprovar 17/07.

LOA

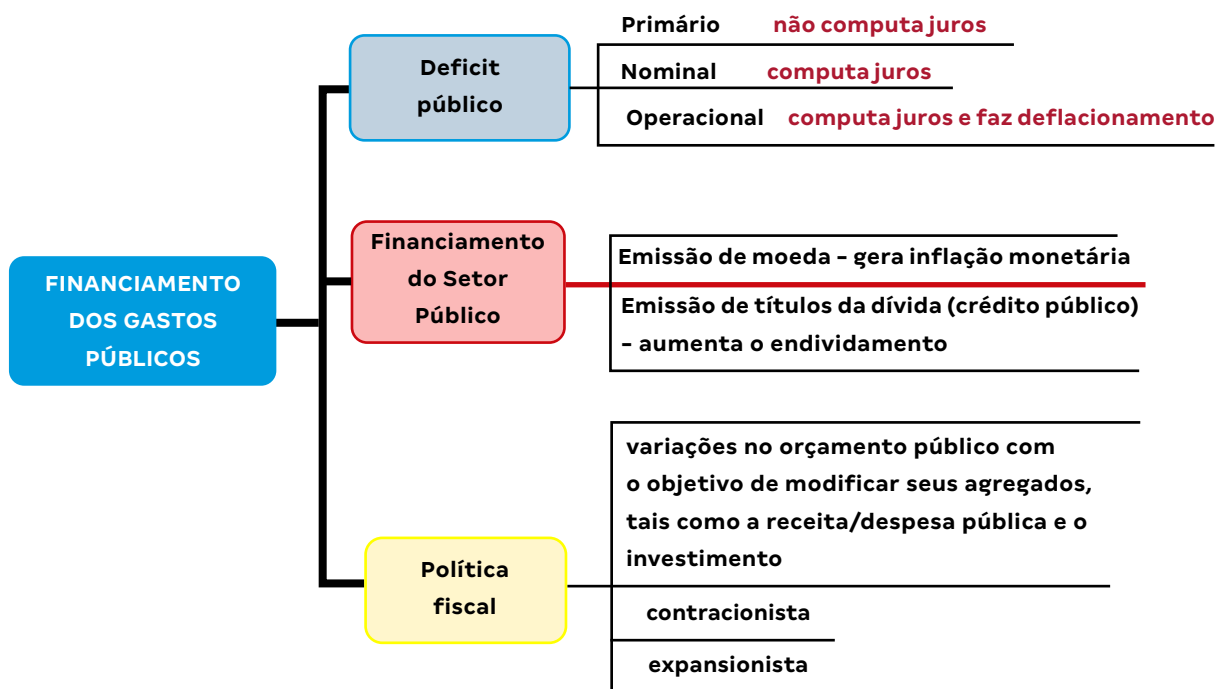
- prazo para encaminhar 31/08.
- prazo para aprovar 22/12.

Como diria Thomas Edison:

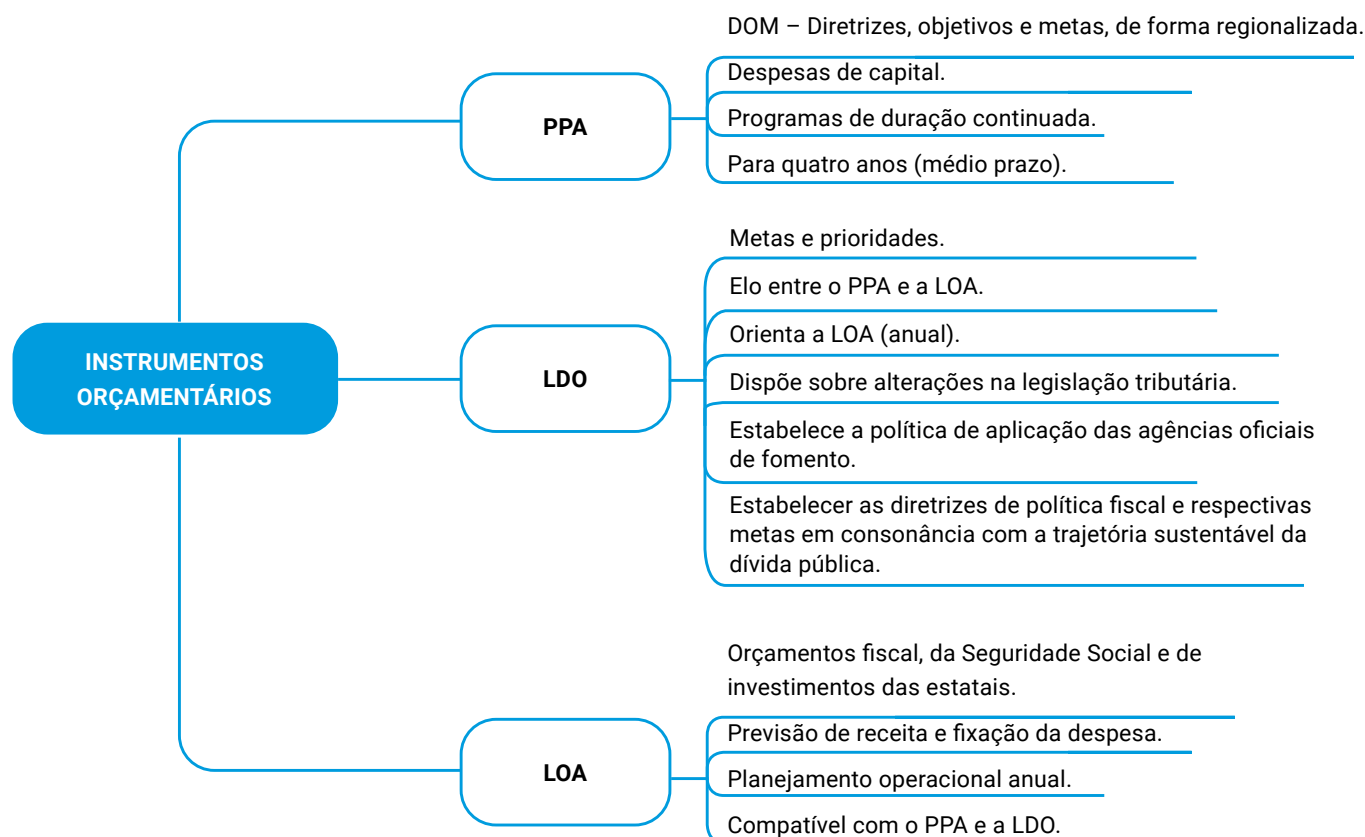
Gênio é 1% inspiração e 99% transpiração.

Então vamos transpirar agora colocando em prática tudo que aprendemos. Vamos juntos resolver mais questões de provas de concursos anteriores.

MAPAS MENTAIS



LEIS ORÇAMENTÁRIAS

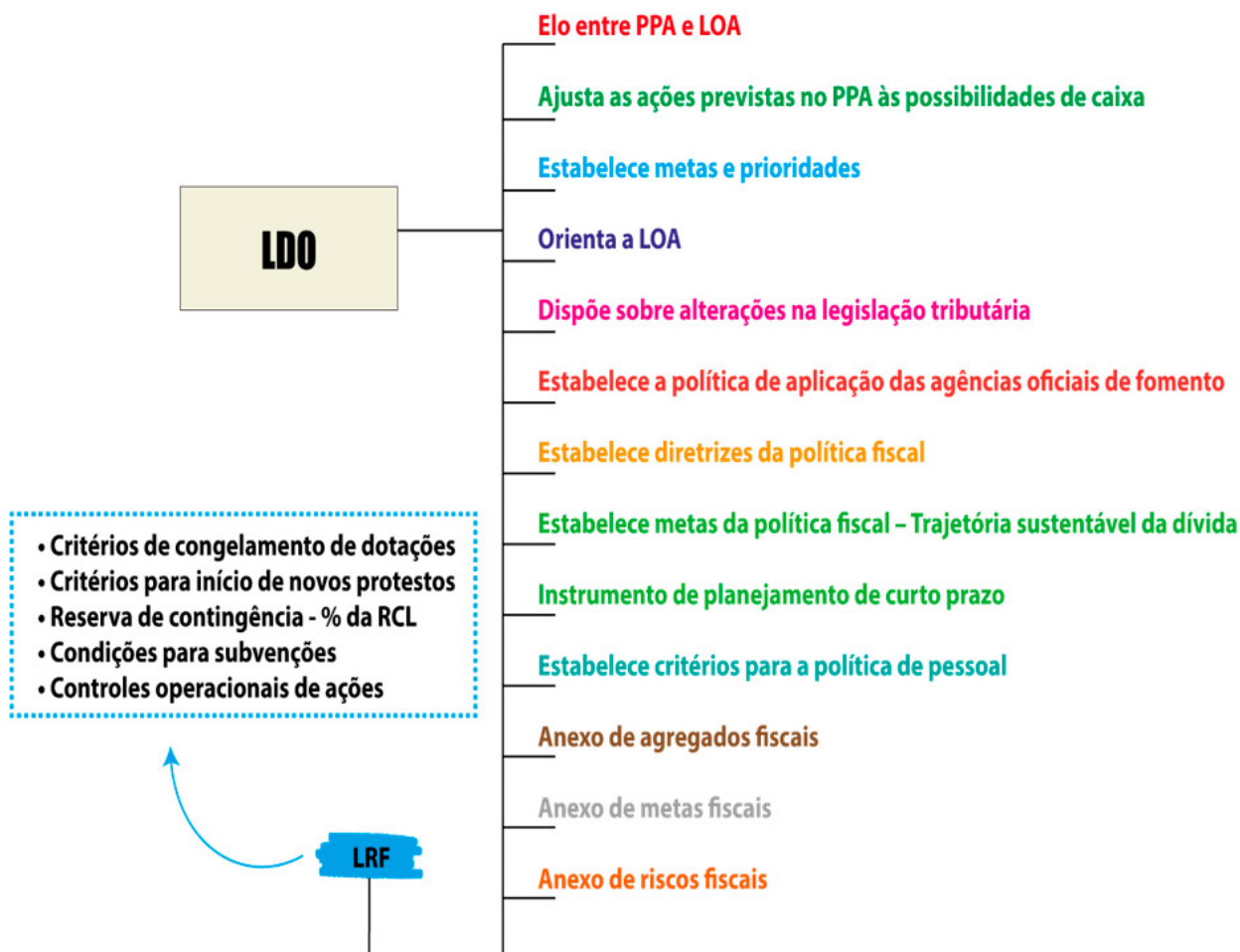


PPA



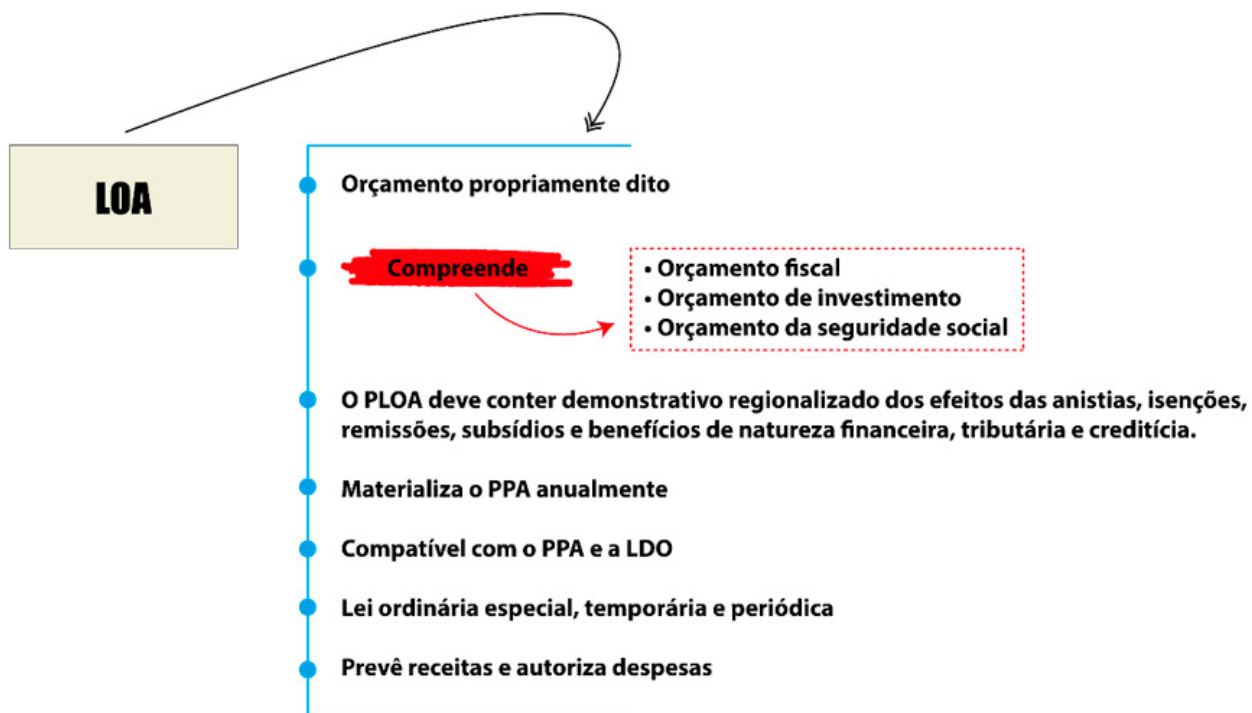
Prof. Manuel Piñon

LDO



Prof. Manuel Piñon

LOA



Prof. Manuel Piñon

QUESTÕES COMENTADAS EM AULA

001. (CESPE/FUNPRESP/ANALISTA/2016) Conforme números divulgados pelo Banco Central, nos últimos dois anos o resultado fiscal do setor público foi deficitário, o que resultou no aumento da dívida pública em termos de percentual do PIB. Julgue o item a seguir, com relação à dívida pública e à necessidade de financiamento do governo.

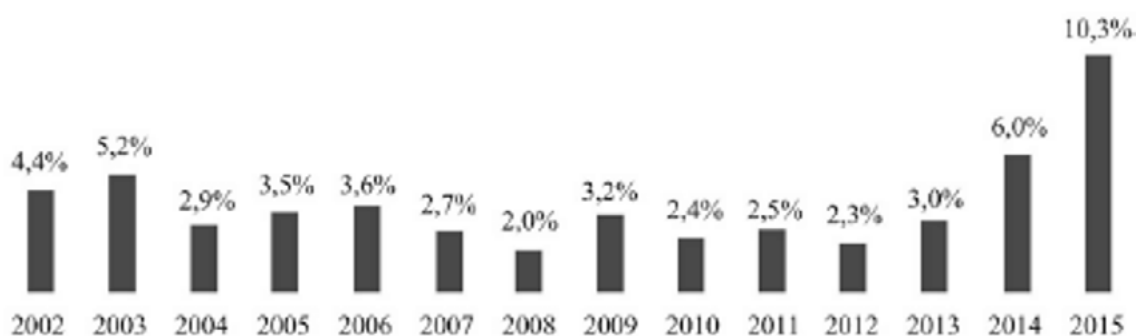
O déficit do governo pode ser medido pela variação da dívida pública.

002. (CESPE/TCE-SC/AUDITOR/2016) Com relação aos conceitos de contabilidade fiscal, julgue o próximo item.

O Tesouro Nacional aplica a metodologia “abaixo da linha” para obter o resultado fiscal decorrente das diferentes rubricas de despesas e receitas dos órgãos do governo.

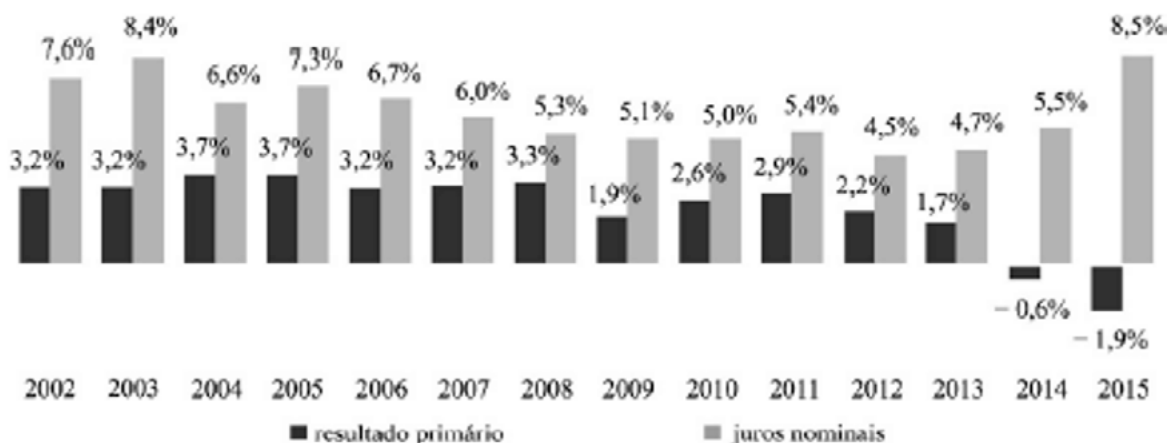
003. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) Leia.

Necessidade de financiamento do setor público (%PIB).



Fonte: BCB. Elaboração: STN (com adaptações).

Evolução recente do resultado primário e de juros nominais (%PIB).



Fonte: BCB. Elaboração: STN (com adaptações).

Os gráficos precedentes apresentam, como percentual do produto interno bruto (PIB), a evolução das necessidades de financiamento do setor público (NFSP), do resultado primário e da despesa com juros, conforme apuração do Banco Central do Brasil. A partir dessas informações e dos conceitos de contabilidade fiscal, julgue o item seguinte.

Os resultados primários, deficitários em 2014 e 2015, foram impactados pelo aumento da despesa com os juros incidentes sobre a dívida pública, que se elevaram por força de uma política monetária contracionista.

004. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) Com base nos dados da questão anterior, julgue a assertiva abaixo:

A evolução das NFSP mostra como o efeito combinado dos juros nominais e do resultado primário foram relevantes para explicar o aumento da dívida líquida do setor público verificado em 2015.

005. (CESPE/FUNPRESP/ANALISTA/2016) Conforme números divulgados pelo Banco Central, nos últimos dois anos o resultado fiscal do setor público foi deficitário, o que resultou no aumento da dívida pública em termos de percentual do PIB. Julgue o item a seguir, com relação à dívida pública e à necessidade de financiamento do governo.

O resultado operacional é o conceito fiscal mais amplo e representa a diferença, em determinado período, entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros).

006. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) No que se refere ao financiamento do déficit público no Brasil a partir da década de 80 do século passado e de sua relação com a inflação e o crescimento econômico, julgue o próximo item.

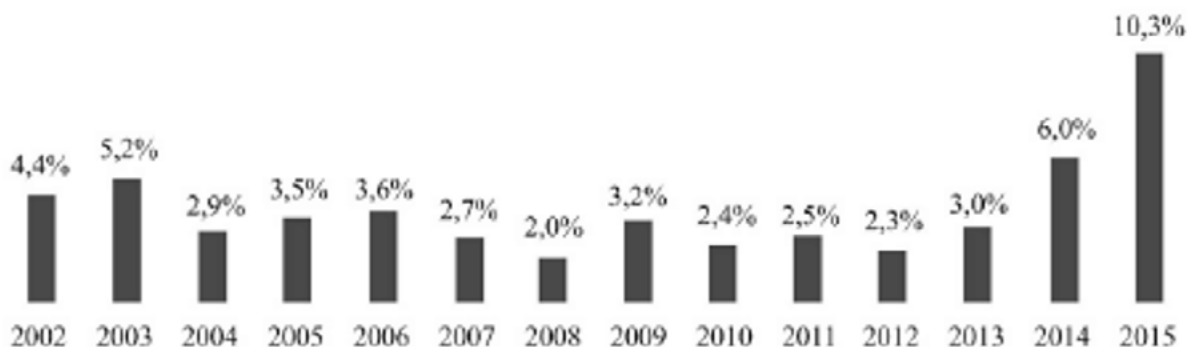
As receitas de senhoriagem, entre meados da década de 80 e da de 90 do século passado, contribuíram para o financiamento do déficit público, permitindo, em determinados períodos, a redução da dívida líquida como proporção do PIB.

007. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) No que se refere ao financiamento do déficit público no Brasil a partir da década de 80 do século passado e de sua relação com a inflação e o crescimento econômico, julgue o próximo item.

No Brasil, a inflação elevada da década de 80 do século passado ampliou as necessidades operacionais de financiamento do setor público, uma vez que as receitas tributárias eram estabelecidas em termos nominais e as despesas possuíam sofisticada estrutura de indexação.

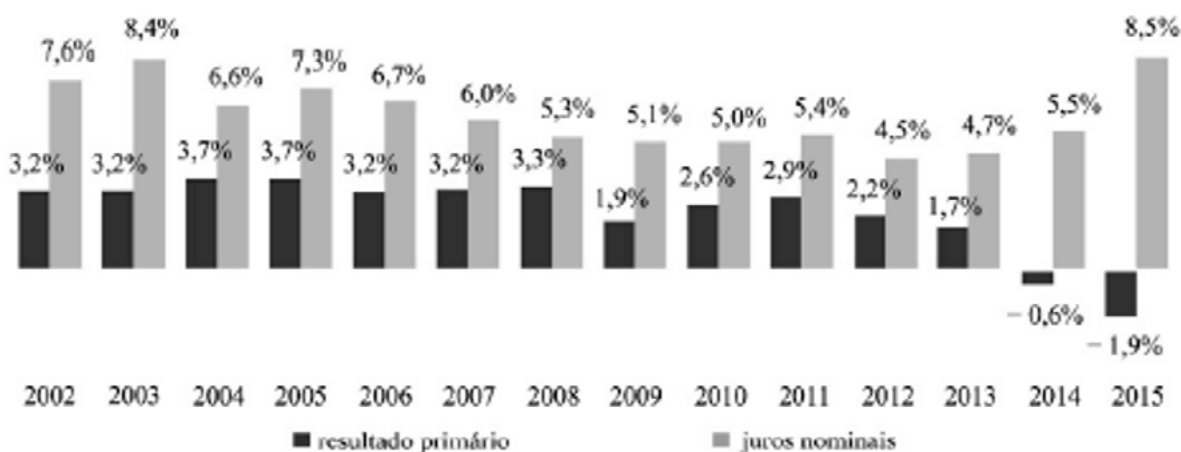
008. (CESPE/SEDF/ANALISTA/2017) Leia.

Necessidade de financiamento do setor público (%PIB).



Fonte: BCB. Elaboração: STN (com adaptações).

Evolução recente do resultado primário e de juros nominais (%PIB).



Fonte: BCB. Elaboração: STN (com adaptações).

Os gráficos precedentes apresentam, como percentual do produto interno bruto (PIB), a evolução das necessidades de financiamento do setor público (NFSP), do resultado primário e da despesa com juros, conforme apuração do Banco Central do Brasil. A partir dessas informações e dos conceitos de contabilidade fiscal, julgue o item seguinte.

As dívidas dos estados e dos municípios não são consideradas no cálculo da dívida bruta do governo geral (DBGG), razão pela qual o indicador não é adequado para comparar a dívida do Brasil com a de outros países, por subestimá-la.

009. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Acerca de macroeconomia, julgue o item subsequente. O conceito de dívida bruta do governo geral abrange o total de débitos do governo federal e os débitos de responsabilidade das empresas estatais da esfera federal.

010. (CESPE/TCU/AUFC/2015) A respeito do financiamento do setor público no Brasil, julgue o item a seguir.

Para que a condição de equilíbrio da relação dívida pública/PIB ocorra, a expectativa de um menor crescimento econômico do Brasil, nos próximos anos, *ceteris paribus*, exige uma geração de superávits primários maiores no período.

011. (CESPE/PGE-PE/ASSISTENTE/2019) O orçamento público, um instrumento fundamental de governo, constitui o principal documento de políticas públicas. A respeito desse assunto, julgue o seguinte item.

O processo orçamentário brasileiro está baseado em instrumentos de curto prazo — a lei orçamentária anual (LOA) e a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) — e em instrumento de médio prazo — o plano plurianual (PPA) —; todos perfeitamente integrados entre si.

012. (CESPE/TCE-PE/ANALISTA/2017) Com relação ao orçamento público brasileiro, julgue o item que se segue.

A lei de diretrizes orçamentárias deve prever medidas a serem tomadas nos casos de passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, caso se materializem.

013. (CESPE/MPU/ANALISTA/2015) A respeito da administração financeira e orçamentária, julgue o item a seguir.

As empresas públicas que recebem da União recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral estão obrigatoriamente incluídos no orçamento fiscal.

014. (CESPE/TCE-PE/AUDITOR/2017) A respeito de orçamento público, julgue os itens a seguir. Além de apresentar harmonia com o plano plurianual e estar voltado para a redução de desigualdades entre as diversas regiões brasileiras, o orçamento federal de investimento deve conter as previsões de receitas e despesas de todas as empresas nas quais a União detenha participação societária.

EXERCÍCIOS

- 015.** (FCC/TRT-18/ANALISTA/2023) Segundo a Constituição Federal de 1988,
- a) o Plano Plurianual deve estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
 - b) a Lei Orçamentária Anual pode conter dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares.
 - c) o Orçamento da Seguridade Social deve conter avaliação da situação atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos.
 - d) o Plano Plurianual deve ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de benefícios de natureza tributária.
 - e) a Lei Orçamentária Anual deve dispor sobre critérios e formas de limitação de empenho a serem implementadas quando ocorrer insuficiência de arrecadação.
- 016.** (FCC/TRT-4/ANALISTA/2022) Constarão do plano plurianual da União:
- a) metas e prioridades da administração pública federal.
 - b) diretrizes de política fiscal e respectivas metas.
 - c) diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital.
 - d) orçamento de investimento das estatais.
 - e) disposições acerca de alterações na legislação tributária.
- 017.** (FCC/TRT-22/ANALISTA/2022) O Governo Federal verificou a necessidade de estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Para tanto, é necessário que essa medida seja implementada na lei que instituir:
- a) o plano plurianual.
 - b) as diretrizes orçamentárias.
 - c) o orçamento anual.
 - d) o relatório resumido da execução orçamentária.
 - e) o anexo de metas fiscais.
- 018.** (VUNESP/TCM-SP/AUDITOR/2023) Quando os gastos do governo superam as receitas, configura-se um déficit público. O déficit nominal é uma das definições utilizadas, que significa:
- a) o excesso das despesas correntes sobre as receitas correntes do governo, exceto os juros das dívidas interna e externa.

- b) o excesso das despesas correntes e de capital sobre as receitas correntes do governo, mais os juros sobre a dívida interna e externa.
- c) o excesso das despesas correntes e de capital sobre o total das receitas do governo, exceto os juros e a correção monetária sobre as dívidas interna e externa.
- d) o excesso das despesas correntes sobre o total das receitas correntes.
- e) o excesso das despesas correntes e de capital sobre as receitas correntes do governo, mais os juros e a correção monetária sobre as dívidas interna e externa.

019. (VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA/ECONOMISTA/2022) O resultado operacional do governo foi deficitário em \$ 100 milhões. As despesas correntes do governo totalizaram \$ 800 milhões e as receitas \$ 900 milhões. Os juros pagos sobre a dívida pública foram de 20% e a taxa de inflação foi de 10%.

O montante da dívida pública é aproximadamente:

- a) \$ 100 milhões.
- b) \$ 200 milhões.
- c) \$ 1 bilhão.
- d) \$ 2 bilhões.
- e) não há dívida.

020. (VUNESP/CODEN/CONTADOR/2021) A emissão de títulos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil que contempla os valores que estão em poder do mercado ou em carteira no Banco Central contribui para:

- a) redução da inflação.
- b) redução do déficit primário.
- c) redução da capacidade de pagamento do governo por superavit financeiro.
- d) incentivo de investimentos do setor privado no mercado financeiro.
- e) aumento da dívida mobiliária.

021. (VUNESP/PREFEITURA DE ILHA BELA/ANALISTA/2020) Se um governo gasta mais do que arrecada, tem uma dívida interna sobre a qual paga juros e a inflação é zero, temos que:

- a) déficit nominal = déficit operacional.
- b) déficit primário = déficit operacional.
- c) déficit primário = déficit nominal.
- d) déficit primário = déficit nominal = déficit operacional.
- e) déficit nominal > déficit operacional > déficit primário.

022. (VUNESP/PREFEITURA DE SP/ANALISTA/2015) Em um determinado ano, a dívida total do governo era R\$ 1 bilhão, sobre a qual se pagavam juros de 10%, e a inflação foi de 2%. Se, no ano seguinte, o resultado primário permaneceu o mesmo, mas a inflação aumentou para 3% e a taxa de juros para 12%, o *déficit* operacional, aproximadamente,

- a) aumentou R\$ 10 milhões.
- b) aumentou R\$ 20 milhões.
- c) diminuiu R\$ 20 milhões.
- d) diminuiu R\$ 10 milhões.
- e) permaneceu o mesmo.

023. (VUNESP/PREFEITURA DE SP/ANALISTA/2015) O superávit primário pode ser definido como o resultado positivo:

- a) obtido pelo setor primário da economia.
- b) das contas públicas sem a inclusão da despesa com juros.
- c) do balanço patrimonial do setor público.
- d) obtido antes das transferências constitucionais aos estados e municípios.
- e) das contas públicas sem a inclusão das despesas com investimentos.

024. (VUNESP/PREFEITURA DE SP/AUDITOR/2015) Considere um governo deficitário que tenha uma dívida de R\$ 1 bilhão, pela qual paga uma taxa de juros. Suponha que a taxa de inflação aumente e o governo decida aumentar a taxa de juros nominal de modo que a taxa de juros real não se altere. Pode-se dizer que, na situação descrita, os *déficit* primário, operacional e nominal, respectivamente,

- a) aumenta, aumenta e aumenta.
- b) aumenta, não se altera e aumenta.
- c) não se altera, não se altera e aumenta.
- d) não se altera, aumenta e não se altera.
- e) não se altera, aumenta e aumenta.

025. (VUNESP/PREFEITURA DE SJRP/AUDITOR/2014) A diferença entre os conceitos de *déficit* público nominal e operacional é que o primeiro:

- a) é obtido incluindo-se os gastos com os juros nominais cobrados sobre as dívidas interna e externa, enquanto no segundo somente são incluídos os juros reais.
- b) representa a diferença entre as receitas e despesas correntes de todas as esferas de Governo, enquanto no segundo é representada a diferença entre as receitas e despesas de capital.
- c) representa a diferença entre as receitas e despesas financeiras dos entes públicos, enquanto o segundo representa a diferença entre as receitas e despesas não financeiras.
- d) corresponde ao aumento da dívida bruta do setor público, enquanto o segundo corresponde ao aumento da dívida líquida.
- e) não inclui os investimentos realizados pelos entes públicos, enquanto o segundo inclui.

026. (VUNESP/TJ-PA/ANALISTA/2014) O déficit primário se verifica quando:

- a) as receitas do governo são iguais às despesas, não incluindo pagamento dos juros da dívida.
- b) as receitas do governo são inferiores às despesas, incluindo o pagamento dos juros totais da dívida.
- c) as receitas do governo são inferiores às despesas, incluindo o pagamento dos juros da dívida descontados da inflação.
- d) as receitas do governo são inferiores às despesas, não incluindo o pagamento de juros da dívida.
- e) as receitas do governo são superiores às despesas, não incluindo o pagamento de juros da dívida.

027. (VUNESP/TJ-PA/ANALISTA/2014) Um governo arrecadou R\$ 1 milhão em impostos, teve gastos (não contando juros) de R\$ 800 mil. Sobre a dívida pública, que é de R\$ 3 milhões, pagam-se juros de 10% ao ano e a taxa de inflação é de 2% ao ano. O resultado nominal é:

- a) superávit de R\$ 200 mil.
- b) equilíbrio.
- c) déficit de R\$ 40 mil.
- d) déficit de R\$ 60 mil.
- e) déficit de R\$ 100 mil.

028. (VUNESP/DESENVOLVE/ECONOMISTA/2014) Se o governo arrecada \$ 1000 e gasta \$ 900, tem uma dívida de \$ 2000 e a taxa de inflação é 5%, um déficit operacional de \$ 100 indica que a taxa de juros paga pela dívida é, aproximadamente:

- a) zero.
- b) 5%.
- c) 10%.
- d) 15%.
- e) 20%.

029. (VUNESP/PREFEITURA DE SJC/GESTOR/2012) O conceito de déficit (ou superávit) primário se caracteriza por:

- a) não levar em conta a indústria ou o setor de serviços.
- b) ter seu cálculo sujeito à revisão posterior.
- c) não levar em conta gastos com pessoal.
- d) não levar em conta gastos com materiais.
- e) não levar em conta gastos com juros da dívida interna.

030. (VUNESP/BNDES/ECONOMISTA/2002) Os termos “acima da linha” e “abaixo da linha”, aplicados em relação ao déficit público no Brasil, correspondem a:

- a) duas definições distintas de déficit público, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não dos pagamentos de juros pelo governo.
- b) dois conceitos distintos de déficits, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não da correção monetária paga pelo governo.
- c) conceitos distintos de déficit, calculados a partir da mesma fonte de informações.
- d) duas formas de medir o déficit, respectivamente, a partir de sua geração e de seu financiamento.
- e) duas definições distintas de déficit público, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não das despesas de capital do governo.

031. (FGV/DPE-MT/ECONOMISTA/2015) Em relação à evolução do déficit e dívida pública brasileira, assinale V, para a afirmativa verdadeira, e F, para a falsa.

- () O déficit público operacional ao longo de quase toda a década de 1980 foi inferior à senhoriagem, ambos como porcentagem do PIB.
- () A dívida pública como percentual do PIB aumentou na primeira parte da década de 1980, devido ao elevado déficit fiscal, ao baixo crescimento econômico e à desvalorização cambial que elevou a dívida externa.
- () Na primeira metade da década de 1990, houve uma mudança na composição da dívida pública, com redução da participação da dívida externa no total da dívida líquida do setor público, fruto do acúmulo de reservas internacionais e do processo de privatização.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, F e F.
- b) V, F e V.
- c) V, V e F.
- d) F, F e V.
- e) F, V e V.

032. (FGV/DPE-RO/ECONOMISTA/2015) Em relação às necessidades de financiamento do setor público (NFSP), em um cenário de inflação nula, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) ou F para a(s) falsa(s):

- () A existência de déficit público implica poupança pública negativa.
- () Um aumento do investimento público deve ser compensado por um aumento da poupança pública.
- () O NFSP positivo implica que a dívida líquida do setor público está crescendo.

A sequência correta é:

- a) V – V – V;
- b) V – V – F;
- c) F – V – F;
- d) F – F – V;
- e) F – F – F.

033. (FGV/TCM–SP/AGENTE FISCAL/2015) Considerando os diferentes conceitos de déficit e superávit público, se os juros nominais incidentes sobre a dívida líquida do setor público superam o resultado nominal do setor público, então:

- a) o governo apresenta um superávit operacional;
- b) a economia está em deflação no caso de o superávit operacional ser menor do que o superávit nominal;
- c) a poupança do governo é negativa, o que gera o déficit nominal;
- d) os juros reais são maiores do que o resultado operacional, implicando um déficit operacional;
- e) o governo apresenta um déficit primário, que também é obtido do resultado operacional subtraídos os juros reais.

034. (FGV/PC–AM/PERITO/2022) O déficit primário público é elevado quando:

- a) há aumento da taxa SELIC definida pelo BACEN.
- b) há aceleração no aumento generalizado dos preços.
- c) há um enxugamento da circulação do papel moeda pelo BACEN.
- d) o setor privado reduz seu estoque de dívidas.
- e) há uma elevação das despesas não financeiras e uma redução das receitas não financeiras.

035. (FCC/TCE–CE/AUDITOR/2015) De acordo com a teoria das finanças públicas,

- a) o financiamento de um déficit público nominal pode ser feito por meio de senhoriagem, pois sinaliza que o governo perdeu o controle das contas públicas.
- b) o orçamento público é constituído pelo conjunto de recursos arrecadados na forma de tributos e pelo direcionamento desses recursos ao suprimento das necessidades da sociedade, na forma de gastos públicos. O equilíbrio entre os dois lados do orçamento, caracteriza um superávit fiscal primário.
- c) o teorema do orçamento equilibrado estabelece que um aumento no gasto financiado inteiramente por meio de maior arrecadação gera efeitos nulos sobre a atividade econômica.
- d) as necessidades de financiamento do governo são dadas pela diferença entre investimento do governo e poupança do governo.
- e) a obtenção de um superávit primário é condição suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, mesmo na presença de obrigações na forma de serviço de juros sobre a dívida pública.

036. (CETRO/ISS-SP/AUDITOR-FISCAL/2014) Sobre necessidades de financiamento do setor público, assinale a alternativa incorreta.

- a) O déficit nominal é obtido pela diferença entre os gastos públicos e as receitas públicas.
- b) A necessidade de financiamento do setor público no conceito operacional não considera a correção monetária incidente sobre a dívida fiscal líquida.
- c) O critério “abaixo da linha” observa o déficit público com base na variação da dívida pública, pela ótica de seu financiamento.
- d) No Brasil, as necessidades de financiamento do setor público, bem como a dívida líquida do setor público são apuradas pelo regime de caixa.
- e) As necessidades de financiamento do setor público no conceito primário excluem das necessidades de financiamento nominais o pagamento de juros que incide sobre a dívida fiscal líquida.

037. (CETRO/ISS-SP/AUDITOR-FISCAL/2014) Quanto ao gasto público, assinale a alternativa correta.

- a) A renda não se altera quando o governo aumenta tributos e gastos na mesma proporção, tal que o déficit primário fique inalterado.
- b) De acordo com a equivalência ricardiana, uma redução de impostos financiada pela emissão de títulos públicos não implica aumento de poupança.
- c) O déficit primário no orçamento público faz crescerem o déficit público total e os gastos com pagamento de juros.
- d) Em uma economia sem crescimento real, o endividamento é a única forma de pagar os gastos governamentais.
- e) NFSP no conceito operacional contempla correção monetária e cambial pagas sobre o estoque de dívida.

038. (FUNIVERSA/SEFAZ-DF/ACI/2014) Tendo em vista as medidas que precisam ser tomadas para financiar os gastos do governo e controlar a dívida pública, assinale a alternativa que apresenta a descrição de uma consequência inevitável da existência de um déficit público excessivamente alto.

- a) Diminuição do perfil de pagamento dos títulos da dívida mobiliária.
- b) Redução drástica das despesas integrantes do orçamento fiscal.
- c) Decretação da falência governamental, com a consequente alienação de bens públicos.
- d) Transferência para as gerações futuras dos encargos sobre as despesas governamentais.
- e) Necessidade de elevação da carga tributária presente.

039. (FEPESE/ISS–FLORIANÓPOLIS/AUDITOR/2014) Sobre o conceito de déficit público e suas alternativas de financiamento, é correto afirmar:

- a) O conceito de déficit público nominal inclui o pagamento de juros reais da dívida pública e exclui o pagamento de correção monetária.
- b) A venda de ativos através de um programa de privatização tem como efeito de curto prazo o aumento do déficit público.
- c) Um aumento do déficit público pode ser financiado pelo aumento da dívida pública.
- d) O conceito de necessidade de financiamento do setor público (NFSP) operacional exclui do cálculo o pagamento de juros reais e o pagamento de correção monetária sobre a dívida pública.
- e) A definição de necessidade de financiamento do setor público (NFSP) primário é a mais relevante do ponto de vista da medida do esforço fiscal, pois inclui todas as despesas do governo em gastos correntes, investimentos e pagamentos de juros e correção monetária.

040. (FGV/SEFAZ–ES/CONSULTOR/2022) Considere as seguintes nomenclaturas:

- NFSP = Necessidade de Financiamento do Setor Público;
- cn (subscrito) = conceito nominal;
- co (subscrito) = conceito operacional;
- G = Gastos públicos não financeiros;
- T = Arrecadação não financeira;
- B = Estoque da dívida pública;
- i = taxa nominal de juros;
- r = taxa real de juros = $i - \pi$;
- π = inflação.

NFSP_{co} é igual a:

- a) $NFSP_{cn} - \pi B$.
- b) $G - T$.
- c) $G - T + iB$.
- d) $G - T + (r + \pi)B$.
- e) Déficit Primário – $NFSP_{cn} - \pi B$.

041. (FGV/SEMSA–MANAUS/ESPECIALISTA/2022) O déficit operacional do setor público é definido como:

- a) a variação nominal da dívida pública.
- b) a soma dos gastos públicos não financeiros e dos juros reais sobre a dívida pública deduzido da arrecadação não financeira.
- c) o esforço fiscal do governo, isolado das variações da taxa de juros que afetam o estoque da dívida.
- d) qualquer demanda de recursos pelo setor público.
- e) a variação nominal do estoque de moeda mantido pelo Banco Central.

042. (FGV/TJ-RO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ECONOMISTA/2021) Um aumento da necessidade de financiamento do setor público no conceito operacional:

- a) reduz o déficit nominal, quando a inflação se mantém constante;
- b) eleva o déficit primário, quando receitas e despesas financeiras se mantêm constantes;
- c) pode decorrer de um aumento da arrecadação não financeira, *ceteris paribus*;
- d) pode decorrer de uma expansão da base monetária compensada por redução da dívida pública nas mãos do setor privado;
- e) pode decorrer de uma redução dos investimentos governamentais, mantida a poupança do governo constante.

043. (FGV/TJ-RO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ECONOMISTA/2021) O cálculo do resultado primário no conceito acima da linha pode ser obtido através:

- a) do déficit público abaixo da linha;
- b) do déficit público acima da linha descontada a despesa de juros nominais;
- c) das necessidades de financiamento do setor público;
- d) do resultado da variação da dívida fiscal líquida;
- e) da necessidade de financiamento do setor público nominal descontada a inflação.

044. (FGV/DPE-RJ/TÉCNICO SUPERIOR/2019) Dois dos principais agregados macroeconômicos são a renda e a despesa agregadas. Em equilíbrio, a renda e a despesa agregadas devem se igualar. Portanto, sempre que houver déficit público, deverá ocorrer:

- a) excesso de poupança do setor privado;
- b) excesso de investimento público;
- c) inflação e taxa crescente de juros;
- d) depreciação do capital;
- e) aumento do multiplicador do consumo.

045. (FGV/DPE-RJ/TÉCNICO SUPERIOR/2019) Um analista emitiu a seguinte opinião: “Quando houver déficit público, o governo terá poupança negativa”. Considerando uma economia com inflação nula, a opinião acima é:

- a) recorrente, pois a arrecadação é insuficiente para cobrir os gastos com consumo e juros do governo;
- b) correta, sempre que a soma de juros da dívida e investimento público for inferior à receita tributária;
- c) imprecisa, pois a poupança pública pode ser positiva mas insuficiente para financiar o investimento do governo;
- d) errada, pois a diferença entre arrecadação e a soma de consumo do governo e juros da dívida será necessariamente negativa;
- e) errada, pois os conceitos de déficit e poupança públicos não se relacionam.

046. (FGV/ALERO/ANALISTA/2018) O déficit primário mostra de que forma a política fiscal do governo está sendo conduzida, ao apurar a arrecadação tributária, os gastos correntes e o investimento público. As opções a seguir listam características do déficit primário, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Representa o esforço fiscal do governo, separando-o do efeito da variação nas taxas de juros.
- b) Deduz do déficit operacional as receitas e despesas financeiras.
- c) Mede a diferença entre receitas e despesas não financeiras.
- d) Engloba todas as demandas de recursos pelo setor público.
- e) Independe do estoque da dívida pública.

047. (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR/TÉCNICO SUPERIOR/2017) Recentemente, o Tesouro Nacional divulgou que passaria a computar a inadimplência esperada dos empréstimos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o que afetará o resultado primário porque afeta:

- a) o resultado abaixo da linha e, assim, a meta do déficit primário.
- b) o resultado abaixo da linha e, portanto, o teto da despesa primária.
- c) o resultado acima da linha e, portanto, o gasto primário do governo.
- d) o resultado acima da linha e o resultado nominal via revisão da meta do déficit primário.
- e) o resultado acima e abaixo da linha que são computados pelo Tesouro Nacional.

048. (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR/TÉCNICO SUPERIOR/2017) O governo pode obter o conceito nominal das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) a partir:

- a) da dedução da NFSP primário os juros reais da dívida.
- b) do resultado da variação da dívida fiscal líquida.
- c) da diferença entre a dívida líquida do setor público e o ajuste patrimonial.
- d) da dedução do NFSP operacional dos juros reais da dívida.
- e) da soma das reservas internacionais e da receita de juros pelo regime de caixa.

049. (UFG/PREFEITURA DE GOIÂNIA/ECONOMISTA-AOF/2006) Vários países acertaram com o FMI metas de superávit primário a serem alcançadas para equacionamento de suas dívidas. No caso brasileiro, o superávit primário foi estipulado originalmente em 4,25% do PIB. O cálculo do superávit primário leva em conta:

- a) receita menos despesa, desconsiderando os juros da dívida.
- b) receita menos despesa, considerando os juros da dívida.
- c) receita menos despesa, desconsiderando os investimentos estrangeiros.
- d) receita menos despesa, considerando os investimentos estrangeiros.

050. (CESPE/TCE-SC/AUDITOR/2016) Leia.



Fonte: BCB

Considerando o gráfico **Resultado primário do setor público**, em que são apresentados os resultados primários do setor público a partir de 2002, e os conceitos de contabilidade fiscal, julgue o item subsequente.

A necessidade de financiamento do setor público (NFSP), quando positiva, corresponde ao aumento da dívida líquida do setor público.

051. (FCC/SEAD-PI/ANALISTA/2015) Considere os dados extraídos da contabilidade de um governo estadual referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2012 (valores expressos em milhões de reais):

Especificação	Realizada no Bimestre	Especificação	Líquida no Bimestre
Receitas Correntes	4.500,00	Despesas Correntes	4.380,00
Receita Tributária	2.350,00	Pessoal e Encargos Sociais	2.200,00
Receita de Contribuição	100,00	Juros e Encargos da Dívida	180,00
Receita Patrimonial	850,00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
Transferências Correntes	1.110,00	Despesas de Capital	1.600,00
Demais Receitas Correntes	90,00	Investimentos	1.150,00
Receitas de Capital	1.500,00	Inversões Financeiras	150,00
Operações de Crédito	1.420,00	Amortização da Dívida	300,00
Transferências de Capital	80,00		

Sabendo-se que, dos R\$ 850 milhões de Receita Patrimonial, R\$ 25 milhões foram oriundos de rendimentos de Aplicações Financeiras, o resultado primário no primeiro bimestre de 2012 foi, em milhões de reais,

- a) superavitário em 120,00.
- b) superavitário em 95,00.
- c) deficitário em 945,00.
- d) deficitário em 1.000,00.
- e) deficitário em 1.025,00.

052. (FCC/TCE-CE/AUDITOR/2015/ADAPTADA) De acordo com a teoria das finanças públicas, julgue a assertiva abaixo:

As necessidades de financiamento do governo são dadas pela diferença entre investimento do governo e poupança do governo.

053. (FCC/TCE-CE/TÉCNICO/2015/ADAPTADA) Julgue a assertiva abaixo:

Existe uma relação positiva entre a ocorrência de resultados fiscais deficitários e o aumento da dívida pública, caso o governo dispense o financiamento por meio de senhoriagem real.

054. (IADES/MRE/DIPLOMATA/2019) No que se refere a endividamento, *superávit* e *déficit* público e a sua relação com a política fiscal, julgue o item a seguir.

As necessidades de financiamento do setor público (NFSP) correspondem ao *déficit* público nominal apurado ano a ano.

055. (IADES/MRE/DIPLOMATA/2019) No que se refere a endividamento, *superávit* e *déficit* público e a sua relação com a política fiscal, julgue o item a seguir.

O *déficit* público nominal é igual à variação da dívida líquida do setor público apurada no ano.

056. (IBFC/SEPLAG-SE/ESPECIALISTA/2018/ADAPTADA) Déficit Público é o nome que se dá à relação na qual o valor total das despesas públicas é maior que o valor total das receitas públicas, considerando-se, nesta determinada relação, os valores nominais, ou melhor, a inflação e a correção monetária do mesmo período considerado. O déficit público, ou governamental, encobre diversas características do processo orçamentário que são fundamentais para a determinação das causas do mesmo. Merecem destaque:

- a contribuição do déficit passado para o atual;
- o efeito da inflação sobre a receita e despesa do governo;
- o efeito da variação das taxas de juros.

A partir desses esclarecimentos, julgue:

Receitas e despesas do governo não são diretamente afetadas por movimentos cíclicos da economia. O endividamento público não afeta em nada a política tributária do Estado.

057. (CONSULPLAN/PREFEITURA DE PATOS DE MINAS/ECONOMISTA/2015/ADAPTADA) Considerando conhecimentos básicos a respeito de Economia do Setor Pública, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Déficit nominal.
2. Déficit operacional.
3. Déficit primário.

- () Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) incluindo os efeitos da correção monetária e cambial nas despesas e nas receitas.
- () Necessidade de financiamento do setor público, excluindo-se os efeitos da correção monetária e cambial nas despesas e nas receitas.
- () Déficit operacional retirando-se os encargos financeiros embutidos no conjunto das despesas e das receitas.

A sequência está correta em:

- a) 1, 2, 3.
- b) 2, 1, 3.
- c) 1, 3, 2.
- d) 3, 2, 1.

058. (FCC/ELETROSUL/ECONOMISTA/2016) Sobre finanças públicas, considere:

I – A Necessidade de Financiamento do Setor Público – NFSP –, no conceito nominal, exclui os juros sobre a dívida pública.

II – Para o cálculo do resultado das contas públicas, o conceito “abaixo da linha” mede o resultado pelo lado do financiamento.

III – No conceito operacional da NFSP, considera-se o componente financeiro real do resultado fiscal.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) III.
- b) II.
- c) I.
- d) I e II.
- e) II e III.

059. (FCC/AL-MS/ECONOMISTA/2016) Avalie a afirmação: “Quando o déficit público é positivo, ele aumenta a dívida pública e, quando negativo, reduz a dívida pública”.

Essa afirmação é:

- a) incorreta, pois o déficit não influencia a dinâmica da dívida pública.
- b) incorreta, pois déficit e dívida representam conceito de fluxo.

- c) correta, sendo déficit um conceito de fluxo e dívida um conceito de estoque.
- d) incorreta, pois déficit é um conceito de dispêndio usado para medir o gasto agregado enquanto a dívida pública é medida pelo Tesouro Nacional.
- e) incorreta, pois ambos, déficit e dívida são conceitos de estoques e um não influencia o outro.

060. (FCC/TCE-CE/AUDITOR/2015/ADAPTADA) De acordo com a teoria das finanças públicas, julgue a assertiva abaixo:

O financiamento de um déficit público nominal pode ser feito por meio de senhoriagem, pois sinaliza que o governo perdeu o controle das contas públicas.

061. (FCC/SEFAZ-PI/ATE/2015) Considere que a condição de equilíbrio da relação Dívida Pública/PIB, seja igual a fórmula:

$$h = d \cdot [(i - y) / (1 + y)] - s$$

Onde:

h = superávit primário do setor público, expresso como proporção do PIB

d = relação Dívida Pública/PIB

y = taxa de variação nominal do PIB

i = taxa nominal de juros

s = relação de senhoriagem/PIB

Essa fórmula indica que, em termos algébricos, o superávit primário como proporção do PIB, requerido para estabilizar a relação dívida/PIB, é uma função:

- a) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função direta do crescimento nominal da economia e da senhoriagem negativa.
- b) direta da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros real e uma função inversa do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem negativa.
- c) direta da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função inversa do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem/PIB.
- d) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função direta do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem/PIB.
- e) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros real e uma função direta do crescimento nominal da economia e da senhoriagem negativa.

062. (CESPE/FUB/ECONOMISTA/2018) Julgue o próximo item, relativo aos principais planos de estabilização a partir da década de 80 do século XX.

O governo de João Figueiredo foi caracterizado por inflação inercial, queda da atividade econômica e pedido de apoio ao Fundo Monetário Internacional para a correção de desequilíbrios externos.

063. (FCC/TCE-CE/AUDITOR/2015) As Necessidades de Financiamento do Setor Público – NFSP – NÃO:

- a) dependem, dentre outros fatores, do déficit fiscal do governo.
- b) podem ser financiadas por emissão de títulos públicos.
- c) denotam a variação da dívida líquida do setor público somada ao saldo líquido dos ajustes patrimoniais do setor público.
- d) representam o estoque total da dívida pública de um país.
- e) dependem da diferença entre o serviço de juros da dívida pública e o superávit primário.

064. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Leia.

discriminação	2013		2015	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I – receita total	1.178.983	22,2%	1.247.789	21,0%
II – transferência a estados e municípios	183.395	3,4%	204.684	3,4%
III – receita líquida (I-II)	995.588	18,8%	1.043.105	17,6%
IV – despesas	918.595	17,3%	1.158.700	19,5%
V – fundo soberano do Brasil	0	0,0%	855	0,0%
VI – primário governo central	76.993	1,5%	-114.741	-1,9%
VII – ajuste metodológico 11/	858	0,0%	3.888	0,0%
VIII – discrepância estatística	-2.561	0,0%	-5.803	-0,1%
IX – resultado primário do governo central (VI + VII + VIII) 12/	75.290	1,5%	-116.656	-2,0%
X – juros nominais 12/	-185.845	-3,5%	-397.240	-6,7%
XI – resultado nominal do governo central (IX + X) 12/	-110.555	-2,0%	-513.896	-8,7%

Com base nos resultados primários do governo central nos anos de 2013 e 2015, conforme apresentado nessa tabela, cujos dados foram obtidos pelo Tesouro Nacional, julgue o item a seguir, referente a conceitos de contabilidade fiscal.

A piora do resultado primário do governo central em 2015 justifica-se, parcialmente, pelo aumento de despesas com os juros da dívida pública, devido à política monetária restritiva adotada nesse período.

065. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Considerando a estrutura orçamentária e a evolução da dívida pública brasileira, julgue o item subsequente.

O déficit da previdência oficial faz parte do cálculo do superávit primário.

066. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Considerando a estrutura orçamentária e a evolução da dívida pública brasileira, julgue o item subsequente.

Indicador essencial para se avaliar a trajetória da dívida pública, o resultado primário do Governo Central é apurado pelo regime de caixa.

067. (IADES/MRE/DIPLOMATA/2019) No que se refere a endividamento, *superávit* e *déficit* público e a sua relação com a política fiscal, julgue o item a seguir.

As estatísticas fiscais calculadas pelo critério “acima da linha” correspondem às medidas de receitas e despesas relacionadas.

068. (IADES/MRE/DIPLOMATA/2019) No que se refere a endividamento, *superávit* e *déficit* público e a sua relação com a política fiscal, julgue o item a seguir.

Uma política fiscal expansionista tende a reduzir as NFSP.

069. (CESPE/FUNPRESP/ANALISTA/2016) Conforme números divulgados pelo Banco Central, nos últimos dois anos o resultado fiscal do setor público foi deficitário, o que resultou no aumento da dívida pública em termos de percentual do PIB. Julgue o item a seguir, com relação à dívida pública e à necessidade de financiamento do governo.

As necessidades de financiamento do setor público são influenciadas pelo resultado fiscal da União, dos estados e dos municípios no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada exercício.

070. (CESPE/TCE-SC/AUDITOR/2016) Leia.



Fonte: BCB

Considerando o gráfico **Resultado primário do setor público**, em que são apresentados os resultados primários do setor público a partir de 2002, e os conceitos de contabilidade fiscal, julgue o item subsequente.

A piora nos resultados primários em 2012 e 2013 impactou o resultado fiscal e levou ao déficit primário de 2014, decorrente, entre outros aspectos, do resultado da dívida pública acumulada no passado.

071. (FGV/CODEBA/ANALISTA/2016) Considerando os conceitos de déficit e dívida pública, assinale a opção que indica estática comparativa corretamente descrita.

- a) Uma redução do déficit público decorre da ampliação e maior efetividade do investimento público.
- b) Um aumento das transferências governamentais reduz a carga tributária líquida.
- c) O aumento da compra de títulos públicos junto ao setor privado auxilia o governo no financiamento do seu déficit.
- d) Quanto menor o estoque da dívida, maior é a diferença entre carga tributária bruta e líquida.
- e) Um aumento das receitas financeiras reduz o déficit primário.

072. (FGV/CODEBA/ANALISTA/2016) As opções a seguir listam as condições e os fatores importantes para se ter uma dívida pública sustentável, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A taxa de crescimento real do PIB maior que a taxa real de juros.
- b) A existência de superávits primários.
- c) A menor dependência da dívida pública externa.
- d) A maior taxa de inflação de países estrangeiros.
- e) A existência de dominância fiscal.

073. (FGV/DPE-MT/ECONOMISTA/2015) Com relação aos conceitos de déficit e dívida pública, assinale V, para a afirmativa verdadeira, e F, para a falsa.

- () O financiamento do déficit público pode ser feito via venda de títulos públicos ao setor privado ou ao Banco Central, o que leva ao endividamento do Tesouro Nacional.
- () Quanto maior for o déficit público, maior será o gasto com juros, o que aumenta a diferença entre a carga tributária bruta e líquida.
- () O conceito operacional de déficit público inclui todos os gastos do setor público sem nenhuma correção monetária ou cambial.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V e F.
- b) V, F e V.
- c) V, F e F.
- d) F, V e V.
- e) F, F e F.

074. (FGV/DPE–MT/ECONOMISTA/2015) Uma forma pela qual o governo pode reduzir a razão da dívida pública sobre o PIB é, *ceteris paribus*,

- a) por meio da redução da taxa de inflação.
- b) elevar a senhoriagem.
- c) com medidas que reduzam a taxa de crescimento real do PIB.
- d) por meio da rolagem da dívida pública.
- e) por meio da redução da emissão monetária.

075. (FCC/TRT–4/ANALISTA/2022) A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2022 de um ente público deve:

- a) apresentar os valores das cotas de receitas que o referido ente deva transferir para uma entidade pública pelo seu valor líquido.
- b) compreender a previsão de receita com caução a ser recebida como garantia fornecida por um contratado.
- c) conter todas as receitas e despesas orçamentárias de fundações instituídas e mantidas pelo referido ente público.
- d) dispor sobre as regras aplicáveis à avaliação dos resultados dos programas finalísticos financiados com recursos do Orçamento Fiscal.
- e) indicar os montantes obtidos com a alienação de bens móveis e imóveis nos exercícios financeiros de 2020 e 2021.

076. (FCC/PGE–AM/TÉCNICO/2022) A vigência do plano plurianual:

- a) é de exatamente dois anos.
- b) é variável, de acordo com os seus próprios termos.
- c) foi definida em Lei Complementar.
- d) se dá a partir do terceiro ano do mandato em que é proposto e perdura até o segundo ano do mandato subsequente.
- e) se dá a partir do segundo ano do mandato em que é proposto e perdura até o primeiro ano do mandato subsequente.

077. (FCC/DPE–AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022) A lei orçamentária anual, segundo previsão expressa da Constituição Federal, compreenderá:

- a) a reestimativa da receita e da despesa, sempre que estas possam resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal.
- b) o orçamento de investimento de empresas que não detenham a maioria do capital social com direito a voto.
- c) o orçamento fiscal referente somente ao Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta, excluindo-se as de Administração indireta.

d) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

e) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

078. (FCC/ALAP/ANALISTA/2020) De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual de um ente estadual referente ao período de 2020 a 2023 deve:

a) estabelecer orientações para a elaboração das Leis Orçamentárias Anuais referentes aos exercícios financeiros de 2020 a 2023.

b) ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

c) conter as metas de resultados primário e nominal, em valores correntes e constantes, para os exercícios financeiros de 2020 a 2023.

d) estabelecer as metas, para o referido período, para as despesas relativas a programas de duração continuada.

e) estabelecer normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos referentes aos exercícios financeiros de 2020 a 2023.

079. (FCC/ALAP/ANALISTA/2020) De acordo com as disposições da Lei Complementar n. 101/2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 de um ente público estadual,

a) devem constar as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração pública direta e indireta para o período de 2020 a 2023.

b) devem constar as metas do montante da dívida pública, em valores correntes e constantes, para os exercícios financeiros de 2019, 2020 e 2021.

c) deve constar o Anexo que discrimina as despesas orçamentárias referentes ao exercício financeiro de 2020 pelas funções segundo as categorias econômicas.

d) deve constar o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

e) deve constar o orçamento de investimento das empresas em que o ente estadual, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

GABARITO

- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. C | 35. d | 69. C |
| 2. E | 36. d | 70. E |
| 3. E | 37. c | 71. b |
| 4. C | 38. a | 72. e |
| 5. E | 39. c | 73. c |
| 6. C | 40. a | 74. b |
| 7. E | 41. b | 75. c |
| 8. E | 42. b | 76. e |
| 9. E | 43. b | 77. d |
| 10. C | 44. a | 78. d |
| 11. C | 45. c | 79. d |
| 12. C | 46. d | |
| 13. C | 47. c | |
| 14. E | 48. b | |
| 15. b | 49. a | |
| 16. c | 50. C | |
| 17. a | 51. c | |
| 18. e | 52. C | |
| 19. d | 53. C | |
| 20. e | 54. C | |
| 21. a | 55. E | |
| 22. a | 56. E | |
| 23. b | 57. a | |
| 24. c | 58. e | |
| 25. a | 59. c | |
| 26. d | 60. E | |
| 27. e | 61. c | |
| 28. d | 62. C | |
| 29. e | 63. d | |
| 30. d | 64. E | |
| 31. e | 65. C | |
| 32. e | 66. C | |
| 33. e | 67. C | |
| 34. e | 68. E | |

GABARITO COMENTADO

- 015.** (FCC/TRT-18/ANALISTA/2023) Segundo a Constituição Federal de 1988,
- a) o Plano Plurianual deve estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
 - b) a Lei Orçamentária Anual pode conter dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares.
 - c) o Orçamento da Seguridade Social deve conter avaliação da situação atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos.
 - d) o Plano Plurianual deve ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de benefícios de natureza tributária.
 - e) a Lei Orçamentária Anual deve dispor sobre critérios e formas de limitação de empenho a serem implementadas quando ocorrer insuficiência de arrecadação.



O princípio da **exclusividade dispõe** que a LOA **não** pode ter dispositivo estranho à fixação das despesas e previsão das receitas, com as exceções previstas na Constituição Federal. Confira:

Art. 165 § 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Vamos apontar os erros das demais alternativas.

- a) Errada. Atribuição da LDO.
- c) Errada. Refere-se ao Anexo de Metas Fiscais.
- d) Errada. Atribuição da LOA.
- e) Errada. Atribuição da LDO.

Letra b.

016. (FCC/TRT-4/ANALISTA/2022) Constarão do plano plurianual da União:

- a) metas e prioridades da administração pública federal.
- b) diretrizes de política fiscal e respectivas metas.
- c) diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital.
- d) orçamento de investimento das estatais.
- e) disposições acerca de alterações na legislação tributária.



Confira na CF/1988:

Art. 165 § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Vamos apontar os erros das demais alternativas.

- a) Errada. Na verdade, consta na LDO.
- b) Errada. Na verdade, consta na LDO.
- d) Errada. Na verdade, consta na LOA.
- e) Errada. Na verdade, consta na LDO.

Letra c.

017. (FCC/TRT-22/ANALISTA/2022) O Governo Federal verificou a necessidade de estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Para tanto, é necessário que essa medida seja implementada na lei que instituir:

- a) o plano plurianual.
- b) as diretrizes orçamentárias.
- c) o orçamento anual.
- d) o relatório resumido da execução orçamentária.
- e) o anexo de metas fiscais.



Confira na CF/1988:

Art. 165 § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, **de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.**

Letra a.

018. (VUNESP/TCM-SP/AUDITOR/2023) Quando os gastos do governo superam as receitas, configura-se um déficit público. O déficit nominal é uma das definições utilizadas, que significa:

- a) o excesso das despesas correntes sobre as receitas correntes do governo, exceto os juros das dívidas interna e externa.
- b) o excesso das despesas correntes e de capital sobre as receitas correntes do governo, mais os juros sobre a dívida interna e externa.

- c) o excesso das despesas correntes e de capital sobre o total das receitas do governo, exceto os juros e a correção monetária sobre as dívidas interna e externa.
- d) o excesso das despesas correntes sobre o total das receitas correntes.
- e) o excesso das despesas correntes e de capital sobre as receitas correntes do governo, mais os juros e a correção monetária sobre as dívidas interna e externa.



O Déficit Nominal corresponde ao excesso de despesas públicas (G) sobre as receitas correntes (T) mais os juros (J) e correção monetária (CM). Ou seja, busca captar a efetiva necessidade de financiamento do setor público, incluindo o custo de **rolagem de dívida interna e externa**, bem como incluindo os efeitos da inflação sobre a dívida.

Em outras palavras, o **déficit nominal** é uma das definições utilizadas, que significa **que existiu um excesso das despesas correntes e de capital sobre as receitas correntes do governo, mais os juros e a correção monetária sobre as dívidas interna e externa.**

Letra e.

019. (VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA/ECONOMISTA/2022) O resultado operacional do governo foi deficitário em \$ 100 milhões. As despesas correntes do governo totalizaram \$ 800 milhões e as receitas \$ 900 milhões. Os juros pagos sobre a dívida pública foram de 20% e a taxa de inflação foi de 10%.

O montante da dívida pública é aproximadamente:

- a) \$ 100 milhões.
- b) \$ 200 milhões.
- c) \$ 1 bilhão.
- d) \$ 2 bilhões.
- e) não há dívida.



Resultado operacional = Receitas correntes - Despesas correntes - juros reais

Taxa nominal = taxa real + inflação

20% = Tx real + 10%

Tx real = 10%

Resultado operacional = Receitas correntes - Despesas correntes - juros reais

Em milhões, temos:

- 100 = 900 - 800 - juros reais

200 = juros reais

Se a taxa de juros reais é 10%, então:

10% da dívida total = 200 milhões

dívida total = 2 bilhões

Letra d.

020. (VUNESP/CODEN/CONTADOR/2021) A emissão de títulos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil que contempla os valores que estão em poder do mercado ou em carteira no Banco Central contribui para:

- a) redução da inflação.
- b) redução do déficit primário.
- c) redução da capacidade de pagamento do governo por superavit financeiro.
- d) incentivo de investimentos do setor privado no mercado financeiro.
- e) aumento da dívida mobiliária.



Note que, quando o Tesouro emite títulos de dívida, na verdade ele está retirando dinheiro do setor privado em troca de maior endividamento público (dívida mobiliária – títulos mobiliários).

Vamos apontar os erros das demais alternativas:

- a) Errada. A emissão de títulos não necessariamente reduz a inflação.
- b) Errada. Não tem efeito sobre o déficit, já que está apenas o financiando.
- c) Errada. Nada a ver.
- d) Errada. Na verdade, os títulos públicos concorrem com os títulos privados na captação de recursos do setor privado.

Letra e.

021. (VUNESP/PREFEITURA DE ILHA BELA/ANALISTA/2020) Se um governo gasta mais do que arrecada, tem uma dívida interna sobre a qual paga juros e a inflação é zero, temos que:

- a) déficit nominal = déficit operacional.
- b) déficit primário = déficit operacional.
- c) déficit primário = déficit nominal.
- d) déficit primário = déficit nominal = déficit operacional.
- e) déficit nominal > déficit operacional > déficit primário.



Note que a diferença entre o déficit nominal e déficit operacional é dada pelos seguintes fatores:

juros nominais (inflação e correção monetária): e
correção cambial.

Ora, se não há inflação e a questão não trata de correção monetária, logo, pode-se dizer que:
 $\text{déficit primário} < \text{déficit operacional} = \text{déficit nominal}$

Letra a.

- 022.** (VUNESP/PREFEITURA DE SP/ANALISTA/2015) Em um determinado ano, a dívida total do governo era R\$ 1 bilhão, sobre a qual se pagavam juros de 10%, e a inflação foi de 2%. Se, no ano seguinte, o resultado primário permaneceu o mesmo, mas a inflação aumentou para 3% e a taxa de juros para 12%, o *déficit* operacional, aproximadamente,
- a) aumentou R\$ 10 milhões.
 - b) aumentou R\$ 20 milhões.
 - c) diminuiu R\$ 20 milhões.
 - d) diminuiu R\$ 10 milhões.
 - e) permaneceu o mesmo.



Vamos calcular os déficits operacionais dos dois anos.

No primeiro ano, foram pagos 10% do valor da dívida em juros. Isso dá um pagamento de R\$ 100 milhões em juros. Como houve uma inflação de 2% e a taxa de juros nominal foi de 10%, então o pagamento de juros reais foi de apenas 8% aproximadamente, ou R\$ 80 milhões.

Para o segundo ano, o resultado primário foi o mesmo.

Sabemos que o resultado primário exclui o pagamento dos juros. Assim, houve apenas variação no pagamento de juros nos dois anos.

Para um mesmo estoque de dívida (R\$ 1 bilhão), agora os juros eram de 12%. Assim, foram pagos R\$ 120 milhões em juros.

Ocorre que a inflação agora foi maior, de 3%. Assim, o pagamento de juros reais foi de aproximadamente 9%, ou R\$ 90 milhões.

Assim, como o resultado primário não se alterou e tudo que precisamos é dos gastos com juros reais (juros nominais, deduzida a inflação), então sabemos que o déficit operacional aumentou R\$ 10 milhões.

Isso porque os gastos com juros reais aumentaram de R\$ 80 milhões para R\$ 90 milhões.

Letra a.

- 023.** (VUNESP/PREFEITURA DE SP/ANALISTA/2015) O superávit primário pode ser definido como o resultado positivo:

- a) obtido pelo setor primário da economia.
- b) das contas públicas sem a inclusão da despesa com juros.
- c) do balanço patrimonial do setor público.
- d) obtido antes das transferências constitucionais aos estados e municípios.
- e) das contas públicas sem a inclusão das despesas com investimentos.



O déficit primário é aquela medida que exclui os pagamentos e recebimentos de juros. Diferentemente do conceito de déficit nominal, que considera todas as despesas e receitas, aqui não se contabilizam as despesas com juros, amortizações da dívida pública, entre outras despesas e receitas financeiras.

Quando o governo apresenta um resultado positivo em suas contas não considerando as despesas com juros, estará auferindo um superávit primário.

Portanto, **o superávit no conceito primário significa o resultado positivo das contas públicas sem a inclusão da despesa com juros.**

Letra b.

024. (VUNESP/PREFEITURA DE SP/AUDITOR/2015) Considere um governo deficitário que tenha uma dívida de R\$ 1 bilhão, pela qual paga uma taxa de juros. Suponha que a taxa de inflação aumente e o governo decida aumentar a taxa de juros nominal de modo que a taxa de juros real não se altere. Pode-se dizer que, na situação descrita, os déficit primário, operacional e nominal, respectivamente,

- a) aumenta, aumenta e aumenta.
- b) aumenta, não se altera e aumenta.
- c) não se altera, não se altera e aumenta.
- d) não se altera, aumenta e não se altera.
- e) não se altera, aumenta e aumenta.



O déficit primário, exclui do resultado das contas públicas os valores gastos com os juros da dívida, assim, não importa que o governo aumente a taxa de juros nominal ou qual seja o valor da taxa de juros real. Guarde que o déficit primário simplesmente não se altera porque este não leva em conta os valores gastos com juros.

Já o déficit operacional, é aquele que expurga a correção monetária sobre o valor dos juros. Assim, tudo que nos interessa é o valor dos juros reais apenas. Logo, se o governo aumentou a taxa de juros nominal para que a taxa de juros real se mantivesse constante, então o déficit operacional simplesmente não se alterou. Isso porque este resultado exclui o efeito da inflação sobre os juros da dívida.

O déficit nominal é o único que se altera. Isso porque este resultado leva em conta exatamente os juros nominais sobre a dívida. Assim, não importa em que patamar os juros estejam, estes influenciarão no déficit nominal, ou seja, ainda que a taxa de juros real esteja muito baixa, se a taxa de juros nominal estiver alta, então o déficit nominal será altamente afetado pelo valor destes juros, mesmo que, na prática, este valor de juros seja consumido pela inflação.

Letra c.

025. (VUNESP/PREFEITURA DE SJRP/AUDITOR/2014) A diferença entre os conceitos de déficit público nominal e operacional é que o primeiro:

- a) é obtido incluindo-se os gastos com os juros nominais cobrados sobre as dívidas interna e externa, enquanto no segundo somente são incluídos os juros reais.
- b) representa a diferença entre as receitas e despesas correntes de todas as esferas de Governo, enquanto no segundo é representada a diferença entre as receitas e despesas de capital.
- c) representa a diferença entre as receitas e despesas financeiras dos entes públicos, enquanto o segundo representa a diferença entre as receitas e despesas não financeiras.
- d) corresponde ao aumento da dívida bruta do setor público, enquanto o segundo corresponde ao aumento da dívida líquida.
- e) não inclui os investimentos realizados pelos entes públicos, enquanto o segundo inclui.



Amigo(a), lembre-se de que a diferença entre os conceitos nominal e operacional reside no fato de que o primeiro inclui juros reais e a inflação (correção monetária), enquanto o segundo inclui somente os juros reais.

Também já sabemos que juros reais mais a inflação, nos conduzem ao conceito de juros nominais (juros nominais = juros reais + inflação).

O Déficit Público ocorre quando o valor total das despesas públicas é maior que valor total das receitas públicas, considerando-se, nesta determinada relação, os valores nominais, ou melhor, a inflação e a correção monetária do mesmo período considerado.

Ocorrendo **déficit público**, o governo deve se “endividar” ou “criar” recursos para que possa realizar o pagamento de toda a sua dívida.

Desta forma, a **Necessidade de Financiamento** – também conhecida como **resultado fiscal do Governo** – representa o montante de recursos que o **Setor Público não financeiro** necessita captar junto ao setor financeiro interno e/ou externo, além de suas receitas fiscais, para fazer face aos seus dispêndios. O déficit público (Necessidade de Financiamento do Setor Público – Acima da Linha) poderá ser calculado de três formas:

Déficit nominal ou total (Necessidade de Financiamento do Setor Público – Conceito nominal): engloba qualquer necessidade de novos financiamentos para fazer frente a qualquer despesa. Portanto, inclui os efeitos da correção monetária e cambial nas despesas e nas receitas.

Déficit Primário: exclui das receitas os **ganhos de aplicações financeiras** e, dos gastos, **os juros devidos**, mede como as ações correntes do governo afetam a trajetória de seu endividamento líquido.

Déficit Operacional: é apurado excluindo-se os efeitos da correção monetária e cambial nas despesas e nas receitas. Em outras palavras, ele leva em consideração, além do Resultado

Primário, o **pagamento dos juros reais (descontada a inflação)** relativos ao estoque de dívida pública existente.

Logo, podemos concluir que:

Déficit nominal = déficit primário + juros nominais

Déficit operacional = déficit primário + juros reais

Das assertivas apresentadas pelo examinador, a única alternativa que apresenta de modo correto a diferença entre o déficit nominal e o déficit operacional é a letra “a”.

Letra a.

026. (VUNESP/TJ-PA/ANALISTA/2014) O déficit primário se verifica quando:

- a) as receitas do governo são iguais às despesas, não incluindo pagamento dos juros da dívida.
- b) as receitas do governo são inferiores às despesas, incluindo o pagamento dos juros totais da dívida.
- c) as receitas do governo são inferiores às despesas, incluindo o pagamento dos juros da dívida descontados da inflação.
- d) as receitas do governo são inferiores às despesas, não incluindo o pagamento de juros da dívida.
- e) as receitas do governo são superiores às despesas, não incluindo o pagamento de juros da dívida.



O resultado primário é aquele que mede a diferença entre as receitas e despesas do governo, excluindo o pagamento de juros da dívida, ou seja, é aquele que desconta do cálculo os pagamentos com juros da dívida.

Nessa toada, se houve um déficit primário, é possível afirmar que mesmo não sendo computado os pagamentos com juros da dívida, ainda assim, as despesas do governo foram maiores que as receitas, ou seja, “as receitas do governo são inferiores às despesas, não incluindo o pagamento de juros da dívida”.

Letra d.

027. (VUNESP/TJ-PA/ANALISTA/2014) Um governo arrecadou R\$ 1 milhão em impostos, teve gastos (não contando juros) de R\$ 800 mil. Sobre a dívida pública, que é de R\$ 3 milhões, pagam-se juros de 10% ao ano e a taxa de inflação é de 2% ao ano. O resultado nominal é:

- a) superávit de R\$ 200 mil.
- b) equilíbrio.
- c) déficit de R\$ 40 mil.
- d) déficit de R\$ 60 mil.
- e) déficit de R\$ 100 mil.



O resultado nominal pode ser definido simplesmente como a diferença entre as receitas e as despesas totais do governo. Assim, o examinador colocou a taxa de inflação do período apenas para confundir o aluno, já que este item será computado apenas no cálculo do resultado operacional.

A receita total do governo foi de R\$ 1 milhão, ao passo que a despesa total é composta pelos gastos financeiros e não financeiros. Sendo assim, a despesa total é a soma dos R\$ 800 mil mais o percentual da dívida pública pago como juros. Assim, temos:

Despesa Total = R\$ 800 mil + (R\$ 3 milhões x 10%)

Despesa Total = R\$ 800 mil + R\$ 300 mil

Despesa Total = R\$ 1,1 milhão

Cálculo do Resultado Nominal:

Resultado Nominal = Receita Total – Despesa Total

Resultado Nominal = R\$ 1 milhão – R\$ 1,1 milhão

Resultado Nominal = - R\$ 0,1 milhão

Em suma, o resultado nominal foi deficitário em R\$ 100 mil.

Letra e.

028. (VUNESP/DESENVOLVE/ECONOMISTA/2014) Se o governo arrecada \$ 1000 e gasta \$ 900, tem uma dívida de \$ 2000 e a taxa de inflação é 5%, um déficit operacional de \$ 100 indica que a taxa de juros paga pela dívida é, aproximadamente:

- a) zero.
- b) 5%.
- c) 10%.
- d) 15%.
- e) 20%.



Vamos aos cálculos:

Receitas Primárias = 1000

(-) Despesas Primárias = (900)

SUPERAVID/DÉFICIT PRIMÁRIO = 100

(-) Pagamento de Juros da Dívida = (200)

SUPERÁVIT/DÉFICIT OPERACIONAL = (100)

(-/+) Atualização Monetária (não teve)

SUPERÁVIT/DÉFICIT NOMINAL

O valor dos juros da dívida é assim encontrado:

$$J_t = D_{t-1} \cdot (i - 0,05)$$

$$200 = 2000(i - 0,05)$$

$$i = 0,15$$

Letra d.

029. (VUNESP/PREFEITURA DE SJC/GESTOR/2012) O conceito de déficit (ou superávit) primário se caracteriza por:

- a) não levar em conta a indústria ou o setor de serviços.
- b) ter seu cálculo sujeito à revisão posterior.
- c) não levar em conta gastos com pessoal.
- d) não levar em conta gastos com materiais.
- e) não levar em conta gastos com juros da dívida interna.



O conceito de déficit (ou superávit) primário se caracteriza por não levar em conta gastos com juros da dívida interna, mas também os gastos com juros da dívida externa e o valor das receitas financeiras.

Letra e.

030. (VUNESP/BNDES/ECONOMISTA/2002) Os termos “acima da linha” e “abaixo da linha”, aplicados em relação ao déficit público no Brasil, correspondem a:

- a) duas definições distintas de déficit público, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não dos pagamentos de juros pelo governo.
- b) dois conceitos distintos de déficits, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não da correção monetária paga pelo governo.
- c) conceitos distintos de déficit, calculados a partir da mesma fonte de informações.
- d) duas formas de medir o déficit, respectivamente, a partir de sua geração e de seu financiamento.
- e) duas definições distintas de déficit público, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não das despesas de capital do governo.



Os termos “acima da linha” e “abaixo da linha”, aplicados em relação ao déficit público no Brasil, correspondem a duas formas de medir o déficit, respectivamente, a partir de sua geração e de seu financiamento.

O método acima da linha é aquele que simplesmente mede a diferença entre despesas e receitas do setor público. Assim, a partir de todas as despesas e de todas as receitas, consegue-se simplesmente obter o déficit público pela diferença entre elas.

No método abaixo da linha, calcula-se o déficit simplesmente pela variação do endividamento. Guarde que o valor final deve ser o mesmo. Se a diferença entre despesas e receitas do ente público foi de \$X, então naturalmente o endividamento do ente aumentará neste mesmo valor de \$X.

Letra d.

031. (FGV/DPE-MT/ECONOMISTA/2015) Em relação à evolução do déficit e dívida pública brasileira, assinale V, para a afirmativa verdadeira, e F, para a falsa.

- () O déficit público operacional ao longo de quase toda a década de 1980 foi inferior à senhoriagem, ambos como porcentagem do PIB.
- () A dívida pública como percentual do PIB aumentou na primeira parte da década de 1980, devido ao elevado déficit fiscal, ao baixo crescimento econômico e à desvalorização cambial que elevou a dívida externa.
- () Na primeira metade da década de 1990, houve uma mudança na composição da dívida pública, com redução da participação da dívida externa no total da dívida líquida do setor público, fruto do acúmulo de reservas internacionais e do processo de privatização.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, F e F.
- b) V, F e V.
- c) V, V e F.
- d) F, F e V.
- e) F, V e V.



Com exceção da primeira assertiva, todas as demais estão corretas. Guarde que o déficit público operacional é aquele que considera os efeitos da correção monetária da dívida.

Letra e.

032. (FGV/DPE-RO/ECONOMISTA/2015) Em relação às necessidades de financiamento do setor público (NFSP), em um cenário de inflação nula, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) ou F para a(s) falsa(s):

- () A existência de déficit público implica poupança pública negativa.
- () Um aumento do investimento público deve ser compensado por um aumento da poupança pública.
- () O NFSP positivo implica que a dívida líquida do setor público está crescendo.

A sequência correta é:

- a) V – V – V;
- b) V – V – F;
- c) F – V – F;
- d) F – F – V;
- e) F – F – F.



I – Falsa. Cuidado para não confundir os conceitos de déficit e de poupança! O fato de existir um déficit não significa que a poupança tenha sido negativa, podendo, entretanto, indicar que a poupança embora positiva é inferior ao investimento do governo.

II – Falsa. Não necessariamente, já que pode haver captação de poupança privada para compensar.

III – Falsa, pois no cálculo da NFSP nem todas as receitas estão consideradas, como, por exemplo, as decorrentes de privatizações.

Letra e.

033. (FGV/TCM-SP/AGENTE FISCAL/2015) Considerando os diferentes conceitos de déficit e superávit público, se os juros nominais incidentes sobre a dívida líquida do setor público superam o resultado nominal do setor público, então:

- a) o governo apresenta um superávit operacional;
- b) a economia está em deflação no caso de o superávit operacional ser menor do que o superávit nominal;
- c) a poupança do governo é negativa, o que gera o déficit nominal;
- d) os juros reais são maiores do que o resultado operacional, implicando um déficit operacional;
- e) o governo apresenta um déficit primário, que também é obtido do resultado operacional subtraídos os juros reais.



a) Errada. Nada podemos afirmar em relação ao resultado operacional, já que não temos a inflação ou os juros reais.

b) Errada. Nada podemos afirmar em relação ao resultado operacional, já que não temos a inflação ou os juros reais.

c) Errada. Cuidado para não confundir os conceitos de déficit e de poupança! O fato de existir um déficit não significa que a poupança tenha sido negativa, podendo, entretanto, indicar que a poupança embora positiva é inferior ao investimento do governo.

d) Errada. Lembre-se de que os juros reais compõem o cálculo do resultado operacional.

e) Certa.

Letra e.

034. (FGV/PC-AM/PERITO/2022) O déficit primário público é elevado quando:

- a) há aumento da taxa SELIC definida pelo BACEN.
- b) há aceleração no aumento generalizado dos preços.
- c) há um enxugamento da circulação do papel moeda pelo BACEN.
- d) o setor privado reduz seu estoque de dívidas.
- e) há uma elevação das despesas não financeiras e uma redução das receitas não financeiras.



A alternativa correta é a letra “e”, já que como **o déficit primário contabiliza despesas e receitas não financeiras, podemos afirmar que se as despesas não financeiras se elevam e as receitas não financeiras se reduzem, o déficit público primário aumenta.**

Vamos apontar os erros das demais alternativas.

- a) Errada. O aumento da taxa SELIC aumenta as despesas com juros da dívida que não são computadas no resultado primário.
- b) Errada. Os efeitos da inflação impactam o resultado nominal.
- c) Errada. Os efeitos de medida de combate à inflação impactam o resultado nominal.
- d) Errada. A base de cálculo é a dívida do setor público.

Letra e.

035. (FCC/TCE-CE/AUDITOR/2015) De acordo com a teoria das finanças públicas,

- a) o financiamento de um déficit público nominal pode ser feito por meio de senhoriagem, pois sinaliza que o governo perdeu o controle das contas públicas.
- b) o orçamento público é constituído pelo conjunto de recursos arrecadados na forma de tributos e pelo direcionamento desses recursos ao suprimento das necessidades da sociedade, na forma de gastos públicos. O equilíbrio entre os dois lados do orçamento, caracteriza um superávit fiscal primário.
- c) o teorema do orçamento equilibrado estabelece que um aumento no gasto financiado inteiramente por meio de maior arrecadação gera efeitos nulos sobre a atividade econômica.
- d) as necessidades de financiamento do governo são dadas pela diferença entre investimento do governo e poupança do governo.
- e) a obtenção de um superávit primário é condição suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, mesmo na presença de obrigações na forma de serviço de juros sobre a dívida pública.



- a) Errada. Senhoriagem significa ganhar com a inflação, ou seja, monetizar o déficit, o que traz consequências catastróficas para toda a sociedade.
- b) Errada. O resultado primário não leva em conta todas as despesas públicas, já que não contempla os juros da dívida pública.

- c) Errada. Esse efeito não é nulo! Lembre-se do efeito multiplicador dos gastos que vimos na teoria keynesiana.
- d) Certa. Perfeita.
- e) Errada. Não é suficiente, pois os juros da dívida podem ser maiores que esse superávit, aumentando assim o endividamento ainda mais.

Letra d.

036. (CETRO/ISS-SP/AUDITOR-FISCAL/2014) Sobre necessidades de financiamento do setor público, assinale a alternativa incorreta.

- a) O déficit nominal é obtido pela diferença entre os gastos públicos e as receitas públicas.
- b) A necessidade de financiamento do setor público no conceito operacional não considera a correção monetária incidente sobre a dívida fiscal líquida.
- c) O critério “abaixo da linha” observa o déficit público com base na variação da dívida pública, pela ótica de seu financiamento.
- d) No Brasil, as necessidades de financiamento do setor público, bem como a dívida líquida do setor público são apuradas pelo regime de caixa.
- e) As necessidades de financiamento do setor público no conceito primário excluem das necessidades de financiamento nominais o pagamento de juros que incide sobre a dívida fiscal líquida.



A errada é a letra “d”, estando as demais corretas. Vamos justificar o erro.

Na verdade, as Necessidades de Financiamento do Setor Público – NFSP – são apuradas por uma espécie de regime híbrido, já que os resultados primários são contabilizados pelo regime de caixa, enquanto as despesas financeiras líquidas incidentes sobre a dívida líquida do setor público (juros nominais pagos e recebidos) são apuradas pelo Banco Central de acordo com o regime de competência.

Em outras palavras, a NFSP no conceito nominal, o mais completo, é formada pela soma do resultado primário e dos juros nominais (despesas financeiras líquidas), misturando regimes de caixa e de competência.

Letra d.

037. (CETRO/ISS-SP/AUDITOR-FISCAL/2014) Quanto ao gasto público, assinale a alternativa correta.

- a) A renda não se altera quando o governo aumenta tributos e gastos na mesma proporção, tal que o déficit primário fique inalterado.

- b) De acordo com a equivalência ricardiana, uma redução de impostos financiada pela emissão de títulos públicos não implica aumento de poupança.
- c) O déficit primário no orçamento público faz crescerem o déficit público total e os gastos com pagamento de juros.
- d) Em uma economia sem crescimento real, o endividamento é a única forma de pagar os gastos governamentais.
- e) NFSP no conceito operacional contempla correção monetária e cambial pagas sobre o estoque de dívida.



Julgando e comentando:

- a) Errada. Caso os gastos e os tributos sejam alterados no mesmo montante, ou seja, déficit ou o saldo do orçamento sem alteração, a renda será aumentada neste mesmo montante, em acordo com o teorema do orçamento equilibrado.
- b) Errada. Pois somente a redução de impostos, sem redução do gasto público, não vai alterar o consumo presente, gerando uma tendência de aumento da poupança, pois sobrar mais dinheiro. Esse aumento da poupança seria usado no futuro para pagar o aumento de tributos que seria necessário um dia.
- c) Certa. Servindo o superávit primário para pagar os juros e a correção monetária (o serviço ou o custo) da dívida.
- d) Errada. Já que tributação e a emissão monetária também são formas de pagar os gastos governamentais.
- e) Errada. Pois, como sabemos, as NFSP, no conceito operacional, não contemplam correção monetária e cambial pagas sobre o estoque de dívida.

Letra c.

038. (FUNIVERSA/SEFAZ-DF/ACI/2014) Tendo em vista as medidas que precisam ser tomadas para financiar os gastos do governo e controlar a dívida pública, assinale a alternativa que apresenta a descrição de uma consequência inevitável da existência de um déficit público excessivamente alto.

- a) Diminuição do perfil de pagamento dos títulos da dívida mobiliária.
- b) Redução drástica das despesas integrantes do orçamento fiscal.
- c) Decretação da falência governamental, com a consequente alienação de bens públicos.
- d) Transferência para as gerações futuras dos encargos sobre as despesas governamentais.
- e) Necessidade de elevação da carga tributária presente.



- a) Certa. Pois em um governo com elevado déficit público, os investidores questionam a “saúde” financeira do Estado e são mais cautelosos ao emprestar ao governo. Para atrair esses investidores, o governo precisa pagar maiores retornos (taxa de juros) e prazos menores de pagamento (perfil de pagamento).
- b) Errada. Já que reduzir radicalmente as despesas nem sempre resulta de um déficit público. No Brasil, existem algumas despesas constitucionais que não podem ser reduzidas, e há despesas não constitucionalmente obrigatórias, mas que não podem deixar de ser pagas. Assim, se a discricionariedade das despesas é pequena, não há espaço para redução drástica.
- c) Errada! Para falir um país, é necessário bem mais que apenas um déficit público excessivamente alto! São necessários muitos anos de elevados déficit!
- d) Errada. É normal associar o ônus para as gerações futuras com os encargos da irresponsabilidade governamental presente. Mas caso o governo reduza o déficit com políticas contra cíclicas, pode ser que não seja necessário transferir parte desses encargos para o futuro. Na verdade, acaba sendo uma opção política.
- e) Errada. Como alternativa correta é tida como “inevitável”, o governo pode financiar seu Déficit Público elevando a carga tributária ou fazendo usos de outros artifícios como a emissão de moeda, o que torna essa assertiva evitável.

Letra a.

039. (FEPESE/ISS–FLORIANÓPOLIS/AUDITOR/2014) Sobre o conceito de déficit público e suas alternativas de financiamento, é correto afirmar:

- a) O conceito de déficit público nominal inclui o pagamento de juros reais da dívida pública e exclui o pagamento de correção monetária.
- b) A venda de ativos através de um programa de privatização tem como efeito de curto prazo o aumento do déficit público.
- c) Um aumento do déficit público pode ser financiado pelo aumento da dívida pública.
- d) O conceito de necessidade de financiamento do setor público (NFSP) operacional exclui do cálculo o pagamento de juros reais e o pagamento de correção monetária sobre a dívida pública.
- e) A definição de necessidade de financiamento do setor público (NFSP) primário é a mais relevante do ponto de vista da medida do esforço fiscal, pois inclui todas as despesas do governo em gastos correntes, investimentos e pagamentos de juros e correção monetária.



- a) Errada. Pois, no conceito de déficit público nominal, incluem-se o pagamento de juros reais e o pagamento de correção monetária.
- b) Errada. Já que, com a venda de ativos por meio da privatização, reduz-se o déficit público, já que o governo arrecada \$\$\$, diminuindo o déficit público.

c) Certa. Grave a diferença entre déficit e dívida. Déficit é uma variável do tipo “fluxo”, um filme de um período. Já a dívida é uma variável do tipo “estoque”, uma fotografia de um momento. Logo, aumentar o déficit público durante um ano, por exemplo, quer dizer que houve elevação da dívida pública no final do ano.

d) Errada. Pois a NFSP operacional contempla o pagamento de juros reais e deixa de fora o pagamento de correção monetária.

e) Errada. As NFSP no conceito primário, DO PONTO DE VISTA DE AJUSTE FISCAL, a mais relevante e nesse conceito NÃO está incluído os pagamentos de juros.

Letra c.

040. (FGV/SEFAZ-ES/CONSULTOR/2022) Considere as seguintes nomenclaturas:

- NFSP = Necessidade de Financiamento do Setor Público;
- cn (subscrito) = conceito nominal;
- co (subscrito) = conceito operacional;
- G = Gastos públicos não financeiros;
- T = Arrecadação não financeira;
- B = Estoque da dívida pública;
- i = taxa nominal de juros;
- r = taxa real de juros = $i - \pi$;
- π = inflação.

NFSPco é igual a:

- a) $NFSP_{cn} - \pi B$.
- b) $G - T$.
- c) $G - T + iB$.
- d) $G - T + (r + \pi)B$.
- e) Déficit Primário – $NFSP_{cn} - \pi B$.



A questão pede a NFSPco. Então, temos:

Déficit Operacional = Déficit nominal – Inflação

Traduzindo, temos que a Necessidade de Financiamento do Setor Público no conceito operacional será a NFSP no conceito nominal subtraída da inflação sobre o estoque de dívida pública que o país tem. Assim, chegamos ao gabarito que é representado pela letra “a”.

$NFSP_{co} = NFSP_{cn} - \pi B$

Letra a.

041. (FGV/SEMSA-MANAUS/ESPECIALISTA/2022) O déficit operacional do setor público é definido como:

- a) a variação nominal da dívida pública.
- b) a soma dos gastos públicos não financeiros e dos juros reais sobre a dívida pública deduzido da arrecadação não financeira.
- c) o esforço fiscal do governo, isolado das variações da taxa de juros que afetam o estoque da dívida.
- d) qualquer demanda de recursos pelo setor público.
- e) a variação nominal do estoque de moeda mantido pelo Banco Central.



A alternativa correta é a letra “b”. Note que o déficit é a diferença entre gasto e receita. Note ainda que o resultado operacional é aquele que exclui o efeito da inflação do cálculo do resultado fiscal, ou seja, considera apenas o gasto e a receita não financeiros (primários). Em outras palavras, devemos eliminar do cálculo o efeito da inflação sobre a despesa com juros sobre a dívida.

Vamos apontar os erros das demais alternativas.

- a) Errada. Na Verdade, a variação nominal da dívida pública é dada pelo déficit nominal.
- c) Errada. Na Verdade, esse é o resultado primário.
- d) Errada. Na Verdade, não e nem gasto ainda.
- e) Errada. Na Verdade, fala da regulação da oferta de moeda executada pelo BACEN.

Letra b.

042. (FGV/TJ-RO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ECONOMISTA/2021) Um aumento da necessidade de financiamento do setor público no conceito operacional:

- a) reduz o déficit nominal, quando a inflação se mantém constante;
- b) eleva o déficit primário, quando receitas e despesas financeiras se mantêm constantes;
- c) pode decorrer de um aumento da arrecadação não financeira, *ceteris paribus*;
- d) pode decorrer de uma expansão da base monetária compensada por redução da dívida pública nas mãos do setor privado;
- e) pode decorrer de uma redução dos investimentos governamentais, mantida a poupança do governo constante.



Ora, o déficit primário é igual ao déficit operacional menos os juros reais, ou seja, o déficit primário é a diferença entre despesas e receitas não financeiras. Assim, se os juros reais da dívida pública se mantêm constantes, o aumento do déficit operacional eleva o déficit primário.

Vamos comentar as demais alternativas.

- a) Errada. Já que, com **inflação é constante, um aumento do déficit operacional, aumenta o déficit nominal.**
- c) Errada. Já que, com a redução do **déficit primário, *ceteris paribus*, o déficit operacional também diminui.**
- d) Errada. Já que com a **expansão monetária compensada por redução da dívida pública nas mãos do setor privado, a autoridade monetária comprou títulos e colocou moeda no mercado e, se houve redução da dívida pública, temos redução do pagamento de juros da dívida e, conseqüentemente, do déficit operacional.**
- e) Errada. Já que com a **redução dos investimentos governamentais, mantida a poupança constante, temos déficit operacional.**

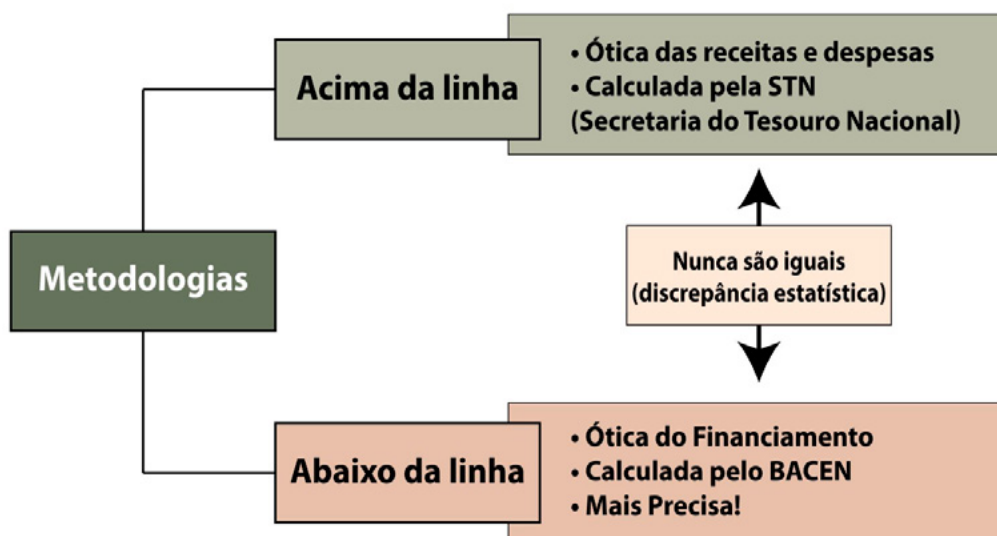
Letra b.

043. (FGV/TJ-RO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ECONOMISTA/2021) O cálculo do resultado primário no conceito acima da linha pode ser obtido através:

- a) do déficit público abaixo da linha;
- b) do déficit público acima da linha descontada a despesa de juros nominais;
- c) das necessidades de financiamento do setor público;
- d) do resultado da variação da dívida fiscal líquida;
- e) da necessidade de financiamento do setor público nominal descontada a inflação.



METODOLOGIAS DE APURAÇÃO DO DÉFICIT PÚBLICO



Para encontrarmos o déficit primário, devemos excluir do déficit nominal as despesas com juros reais e a inflação (juros nominais). Assim, temos:

Déficit Nominal = Gasto total - Receita total (com juros nominais)

Vamos comentar as demais alternativas:

- a) Errada. Em verdade, o déficit público abaixo da linha refere-se ao déficit nominal.
- c) Errada. Definiu o **déficit nominal pelo critério abaixo da linha**.
- d) Errada. É uma forma de apresentar o déficit nominal pelo critério abaixo da linha.
- e) Errada. Já que a NFSP nominal (déficit nominal) descontada a inflação está relacionada ao déficit operacional.

Letra b.

044. (FGV/DPE-RJ/TÉCNICO SUPERIOR/2019) Dois dos principais agregados macroeconômicos são a renda e a despesa agregadas. Em equilíbrio, a renda e a despesa agregadas devem se igualar. Portanto, sempre que houver déficit público, deverá ocorrer:

- a) excesso de poupança do setor privado;
- b) excesso de investimento público;
- c) inflação e taxa crescente de juros;
- d) depreciação do capital;
- e) aumento do multiplicador do consumo.



A NFSP – Necessidades de Financiamento do Setor Público – ou déficit público é o excesso de investimento público (I_g) em relação à poupança pública (S_g). Vamos ver fórmula que o representa, que também vale para o caso de superávit público (poupança maior que investimento):

$NSFP = I_g - S_g$

É importante ter em mente que, no equilíbrio, a poupança total (S_{total}) da economia deve ser igual ao investimento total (I_{total}). Assim, temos:

$S_{total} = I_{total}$

Onde:

$S_{total} = S_g + S_p$, sendo S_p = poupança privada e S_g = poupança pública.

$I_{total} = I_g + I_p$, em que I_g = investimento privado e I_p = investimento público.

Então, temos:

$S_g + S_p = I_g + I_p$

Podemos, então, chegar ao cálculo do déficit público:

$I_g - S_g = S_p - I_p = \text{DÉFICIT PÚBLICO}$

Note, portanto, que o déficit público, quando o investimento público supera a poupança pública, deve haver equivalente superávit privado (excesso de poupança privada) para financiar esse déficit do governo.

Letra a.

045. (FGV/DPE–RJ/TÉCNICO SUPERIOR/2019) Um analista emitiu a seguinte opinião: “Quando houver déficit público, o governo terá poupança negativa”. Considerando uma economia com inflação nula, a opinião acima é:

- a) recorrente, pois a arrecadação é insuficiente para cobrir os gastos com consumo e juros do governo;
- b) correta, sempre que a soma de juros da dívida e investimento público for inferior à receita tributária;
- c) imprecisa, pois a poupança pública pode ser positiva mas insuficiente para financiar o investimento do governo;
- d) errada, pois a diferença entre arrecadação e a soma de consumo do governo e juros da dívida será necessariamente negativa;
- e) errada, pois os conceitos de déficit e poupança públicos não se relacionam.



A assertiva não pode ser considerada correta, já que a poupança pode ser positiva e, mesmo assim, o governo incorrer em déficit público se gastar mais dinheiro que poupou em investimentos. Dessa forma, a melhor opção é a letra “c”, que a poupança pública pode ser positiva, mas insuficiente para financiar o investimento do governo.

Vamos apontar as incorreções das demais alternativas.

- a) Errada. Note que arrecadação pode ser insuficiente para cobrir os gastos do governo e os juros, mesmo incorrendo formação de poupança.
- b) Errada. Atente ao fato de que, se a receita tributária for superior aos gastos com juros e investimento, sobram recursos para a formação de poupança.
- d) Errada. Na verdade, a diferença entre a arrecadação e a soma de consumo e juros da dívida do governo teoricamente pode ser positiva.
- e) Errada. Existe, sim, uma relação forte entre déficit público e poupança.

Letra c.

046. (FGV/ALERO/ANALISTA/2018) O déficit primário mostra de que forma a política fiscal do governo está sendo conduzida, ao apurar a arrecadação tributária, os gastos correntes e o investimento público. As opções a seguir listam características do déficit primário, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Representa o esforço fiscal do governo, separando-o do efeito da variação nas taxas de juros.
- b) Deduz do déficit operacional as receitas e despesas financeiras.
- c) Mede a diferença entre receitas e despesas não financeiras.
- d) Engloba todas as demandas de recursos pelo setor público.
- e) Independe do estoque da dívida pública.



Note que o examinador que a alternativa errada. A errada é a letra D, receitas e despesas não financeiras estão excluídas, ou seja, não são computadas no cálculo do déficit primário. Vamos comentar as demais alternativas.

- a) Como o resultado primário exclui do cálculo as despesas financeiras, que são reflexos de dívidas passadas, podemos dizer que ele representa melhor o esforço fiscal atual.
- b) Sim, exclui as receitas e despesas financeiras, mede a diferença entre as demais receitas e despesas.
- c) Sim, como exclui as receitas e despesas financeiras.
- e) Note que, quanto maior for o estoque da dívida, maior será a despesa com juros. Entretanto, como a despesa com juros não faz parte do resultado primário, podemos afirmar que resultado primário independe do estoque da dívida pública.

Letra d.

047. (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR/TÉCNICO SUPERIOR/2017) Recentemente, o Tesouro Nacional divulgou que passaria a computar a inadimplência esperada dos empréstimos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o que afetará o resultado primário porque afeta:

- a) o resultado abaixo da linha e, assim, a meta do déficit primário.
- b) o resultado abaixo da linha e, portanto, o teto da despesa primária.
- c) o resultado acima da linha e, portanto, o gasto primário do governo.
- d) o resultado acima da linha e o resultado nominal via revisão da meta do déficit primário.
- e) o resultado acima e abaixo da linha que são computados pelo Tesouro Nacional.



Vamos avaliar as alternativas.

- a) Errada. Na verdade, a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – usa o resultado acima da linha como referência para estabelecer a meta de resultado primário.
- b) Errada. Já que o resultado que é afetado é o acima da linha.
- c) Certa. A inadimplência esperada do Fies afeta o resultado acima da linha. Ele afeta o resultado primário porque o resultado primário é a diferença entre as receitas e as despesas do governo, após a exclusão das despesas financeiras desse cálculo.
- d) Errada. Já que, no Brasil, o resultado abaixo da linha é calculado pelo Banco Central. Já em relação ao resultado acima da linha, a alternativa está correta pois ele realmente é calculado pelo Tesouro Nacional.
- e) Errada. Já que o resultado abaixo da linha é divulgado pelo BACEN.

Letra c.

048. (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR/TÉCNICO SUPERIOR/2017) O governo pode obter o conceito nominal das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) a partir:

- a) da dedução da NFSP primário os juros reais da dívida.
- b) do resultado da variação da dívida fiscal líquida.
- c) da diferença entre a dívida líquida do setor público e o ajuste patrimonial.
- d) da dedução do NFSP operacional dos juros reais da dívida.
- e) da soma das reservas internacionais e da receita de juros pelo regime de caixa.



Vamos avaliar as alternativas.

- a) Errada. Já que, na verdade, conceito nominal é o conceito de déficit (NFSP) calculado de forma ampla, ou seja, computadas de modo amplo as receitas e despesa públicas.
- b) Certa. A dívida fiscal líquida é a diferença entre os ativos e passivos do governo. Nesse sentido, a NFSP surge quando ocorre uma variação negativa na dívida fiscal líquida, ou seja, o aumento nos passivos não foi acompanhado por um aumento nos ativos.
- c) Errada. Já que o conceito nominal pode ser considerado a diferença entre a receita tributária líquida e o gasto total.
- d) Errada. Já que apresentou o conceito operacional, aquele que exclui as despesas com juros reais, mas inclui a correção monetária.
- e) Errada. Misturou conceitos aleatoriamente para confundir o(a) candidato(a).

Letra b.

049. (UFG/PREFEITURA DE GOIÂNIA/ECONOMISTA-AOF/2006) Vários países acertaram com o FMI metas de superávit primário a serem alcançadas para equacionamento de suas dívidas. No caso brasileiro, o superávit primário foi estipulado originalmente em 4,25% do PIB. O cálculo do superávit primário leva em conta:

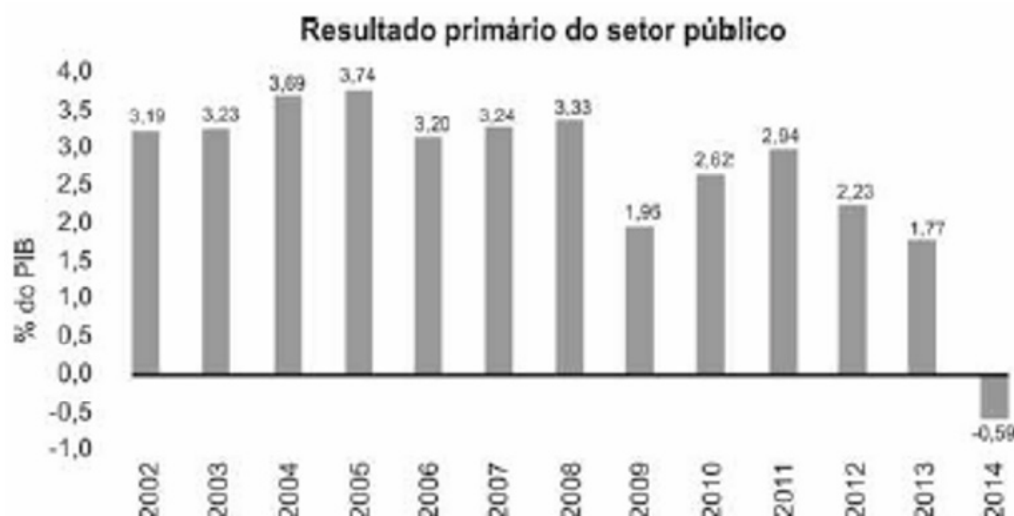
- a) receita menos despesa, desconsiderando os juros da dívida.
- b) receita menos despesa, considerando os juros da dívida.
- c) receita menos despesa, desconsiderando os investimentos estrangeiros.
- d) receita menos despesa, considerando os investimentos estrangeiros.



Falou em primário, desconsidere o custo, ou seja, os juros da dívida.

Letra a.

050. (CESPE/TCE-SC/AUDITOR/2016) Leia.



Fonte: BCB

Considerando o gráfico **Resultado primário do setor público**, em que são apresentados os resultados primários do setor público a partir de 2002, e os conceitos de contabilidade fiscal, julgue o item subsequente.

A necessidade de financiamento do setor público (NFSP), quando positiva, corresponde ao aumento da dívida líquida do setor público.



Observe que o gráfico demonstra a diferença positiva entre receitas e despesas não financeiras, ou seja, o resultado primário do setor público.

Quando temos um resultado primário do setor público **negativo**, significa dizer que existe **NFSP** – Necessidade de Financiamento do Setor Público – **positiva**, que pode ser calculada nos conceitos primário, nominal ou operacional.

Guarde, portanto, que independente do conceito aplicado, se dizemos que houve necessidade de financiamento positiva, então é porque houve déficit, ou seja, o valor gasto foi maior que o valor arrecadado, indicando aumento do endividamento.

Certo.

051. (FCC/SEAD-PI/ANALISTA/2015) Considere os dados extraídos da contabilidade de um governo estadual referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2012 (valores expressos em milhões de reais):

Especificação	Realizada no Bimestre	Especificação	Líquida no Bimestre
Receitas Correntes	4.500,00	Despesas Correntes	4.380,00
Receita Tributária	2.350,00	Pessoal e Encargos Sociais	2.200,00
Receita de Contribuição	100,00	Juros e Encargos da Dívida	180,00
Receita Patrimonial	850,00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
Transferências Correntes	1.110,00	Despesas de Capital	1.600,00
Demais Receitas Correntes	90,00	Investimentos	1.150,00
Receitas de Capital	1.500,00	Inversões Financeiras	150,00
Operações de Crédito	1.420,00	Amortização da Dívida	300,00
Transferências de Capital	80,00		

Sabendo-se que, dos R\$ 850 milhões de Receita Patrimonial, R\$ 25 milhões foram oriundos de rendimentos de Aplicações Financeiras, o resultado primário no primeiro bimestre de 2012 foi, em milhões de reais,

- a) superavitário em 120,00.
- b) superavitário em 95,00.
- c) deficitário em 945,00.
- d) deficitário em 1.000,00.
- e) deficitário em 1.025,00.



Tenha em mente que o resultado primário é a diferença entre as receitas e despesas primárias, ou seja, as receitas e despesas totais excluídas as receitas e despesas financeiras. Agora, vamos aos cálculos:

Receita Primária

Receita Total = R\$ 6.000,00

Receita Financeira = R\$ 1.445,00 (R\$ 1.420,00 de Operações de Crédito + R\$ 25 de rendimentos de Aplicações Financeiras)

Receita Primária = R\$ 4.555,00.

Despesa Primária

Despesa total = R\$ 5.980,00

Despesa Financeira = R\$ 480,00 (R\$ 180 de Juros e Encargos da Dívida + R\$ 300,00 de Amortização da Dívida).

Despesa Primária = R\$ 5.500,00.

Como a despesa primária supera a receita primária em R\$ 945, temos **déficit primário de R\$ 945,00.**

Letra c.

052. (FCC/TCE-CE/AUDITOR/2015/ADAPTADA) De acordo com a teoria das finanças públicas, julgue a assertiva abaixo:

As necessidades de financiamento do governo são dadas pela diferença entre investimento do governo e poupança do governo.



Precisa e sucinta definição das necessidades de financiamento do governo. Guarde!

Certo.

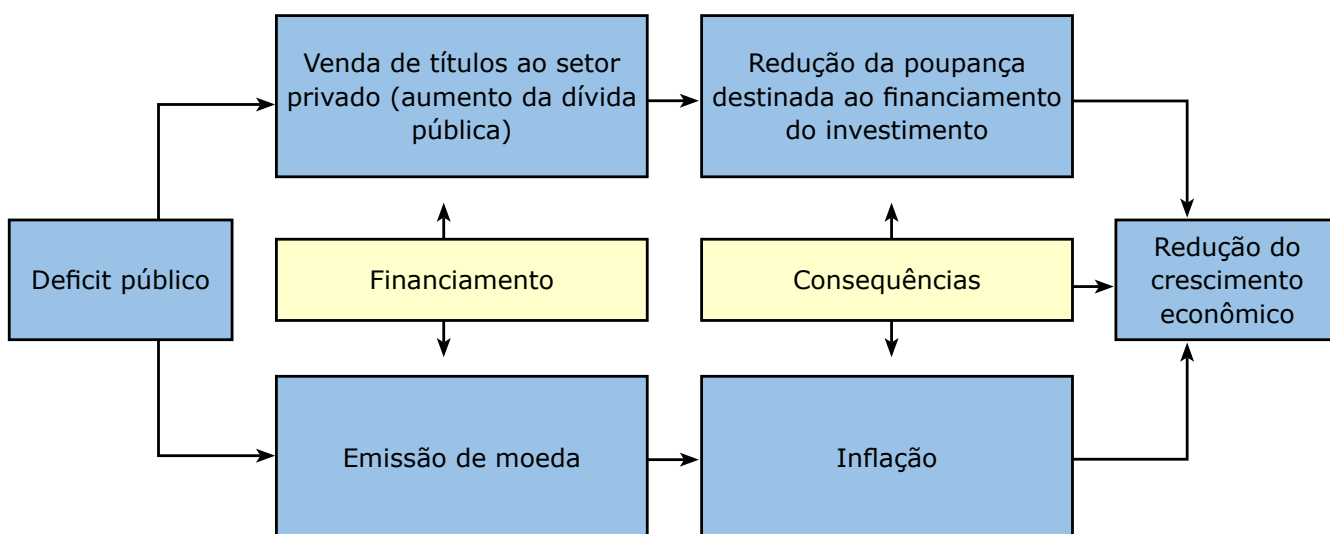
053. (FCC/TCE-CE/TÉCNICO/2015/ADAPTADA) Julgue a assertiva abaixo:

Existe uma relação positiva entre a ocorrência de resultados fiscais deficitários e o aumento da dívida pública, caso o governo dispense o financiamento por meio de senhoriagem real.



Quando não existe financiamento dos resultados fiscais deficitários via senhoriagem real, o governo precisa se financiar via emissão de títulos o que faz a sua dívida aumentar. Reveja graficamente esse processo vicioso:

TRADUZINDO



Certo.

054. (IADES/MRE/DIPLOMATA/2019) No que se refere a endividamento, *superávit* e *déficit* público e a sua relação com a política fiscal, julgue o item a seguir.

As necessidades de financiamento do setor público (NFSP) correspondem ao *déficit* público nominal apurado ano a ano.



A NFSP – Necessidades de Financiamento do Setor Público – é positiva quando o governo apresenta um *déficit* em suas contas, precisando, assim, de dinheiro emprestado. Nessa situação, o valor do *déficit* nominal (incluindo juros) é utilizado para chegar-se ao montante da NFSP.

Certo.

055. (IADES/MRE/DIPLOMATA/2019) No que se refere a endividamento, *superávit* e *déficit* público e a sua relação com a política fiscal, julgue o item a seguir.

O *déficit* público nominal é igual à variação da dívida líquida do setor público apurada no ano.



Na verdade, além do *déficit* público nominal, precisamos considerar também as receitas com privatizações e outros ajustes patrimoniais, já que eles, embora não façam parte do cálculo do *déficit*, afetam, sim, a dívida líquida do setor público.

Errado.

056. (IBFC/SEPLAG–SE/ESPECIALISTA/2018/ADAPTADA) *Déficit* Público é o nome que se dá à relação na qual o valor total das despesas públicas é maior que o valor total das receitas públicas, considerando-se, nesta determinada relação, os valores nominais, ou melhor, a inflação e a correção monetária do mesmo período considerado. O *déficit* público, ou governamental, encobre diversas características do processo orçamentário que são fundamentais para a determinação das causas do mesmo. Merecem destaque:

- a contribuição do *déficit* passado para o atual;
- o efeito da inflação sobre a receita e despesa do governo;
- o efeito da variação das taxas de juros.

A partir desses esclarecimentos, julgue:

Receitas e despesas do governo não são diretamente afetadas por movimentos cíclicos da economia. O endividamento público não afeta em nada a política tributária do Estado.



Ora, claro que são afetadas. Note que se a economia está crescendo, a receita do governo tende a crescer, mas, em contraste, se a economia está encolhendo, a receita do governo tende a cair, já que o governo não gera riqueza, mas, sim, tributa o patrimônio, a renda e a produção e, assim, se a renda e a produção caem, a receita tributária cai em consequência.

Errado.

057. (CONSULPLAN/PREFEITURA DE PATOS DE MINAS/ECONOMISTA/2015/ADAPTADA)
Considerando conhecimentos básicos a respeito de Economia do Setor Pública, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Déficit nominal.

2. Déficit operacional.

3. Déficit primário.

- () Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) incluindo os efeitos da correção monetária e cambial nas despesas e nas receitas.
- () Necessidade de financiamento do setor público, excluindo-se os efeitos da correção monetária e cambial nas despesas e nas receitas.
- () Déficit operacional retirando-se os encargos financeiros embutidos no conjunto das despesas e das receitas.

A sequência está correta em:

a) 1, 2, 3.

b) 2, 1, 3.

c) 1, 3, 2.

d) 3, 2, 1.



Vamos analisar as três assertivas, identificar o conceito correspondente e marcar a alternativa que represente a sequência correta.

(1) Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) incluindo os efeitos da correção monetária e cambial nas despesas e nas receitas.

Conceito de resultado (déficit se negativo) nominal. Guarde que no resultado nominal não são expurgados os efeitos da correção monetária e cambial.

(2) Necessidade de financiamento do setor público, excluindo-se os efeitos da correção monetária e cambial nas despesas e nas receitas.

Aqui, temos o cálculo real do resultado/déficit, já que retiramos os efeitos da correção monetária e cambial nas despesas e nas receitas.

Esse cálculo real do resultado/déficit é obtido no conceito operacional!

(3) Déficit operacional retirando-se os encargos financeiros embutidos no conjunto das despesas e das receitas.

Quando partimos do Déficit operacional e retiramos os encargos financeiros embutidos no conjunto das despesas e das receitas, chegamos ao resultado/déficit primário.

Sequência correta: 1, 2, 3.

Letra a.

058. (FCC/ELETROSUL/ECONOMISTA/2016) Sobre finanças públicas, considere:

I – A Necessidade de Financiamento do Setor Público – NFSP –, no conceito nominal, exclui os juros sobre a dívida pública.

II – Para o cálculo do resultado das contas públicas, o conceito “abaixo da linha” mede o resultado pelo lado do financiamento.

III – No conceito operacional da NFSP, considera-se o componente financeiro real do resultado fiscal.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) III.

b) II.

c) I.

d) I e II.

e) II e III.



Vamos analisar as assertivas e marcar as alternativas correspondentes.

I – A Necessidade de Financiamento do Setor Público – NFSP –, no conceito nominal, exclui os juros sobre a dívida pública.

Falsa, já que o conceito apresentado na assertiva é o conceito primário.

No conceito nominal, os juros estão incluídos no cálculo.

II – Para o cálculo do resultado das contas públicas, o conceito “abaixo da linha” mede o resultado pelo lado do financiamento.

Verdadeira, já que no conceito “acima” da linha, o resultado é medido simplesmente confrontando-se receitas e despesas, enquanto o conceito “abaixo” da linha, no entanto, mede a variação do endividamento.

Guarde que os resultados apurados pelos dois métodos devem ser iguais, mas o Banco Central apura as NFSP pelo conceito “abaixo da linha”, já que a variação da dívida mede o resultado fiscal sem a necessidade de computar todas as receitas e despesas do ente.

III – No conceito operacional da NFSP, considera-se o componente financeiro real do resultado fiscal.

Verdadeira! O conceito operacional é aquele que desconta do cálculo das NFSP o efeito da correção monetária sobre a dívida pública. Assim, expurga-se o efeito que a inflação gera sobre o resultado fiscal. Se descontarmos o efeito da inflação, teremos o componente financeiro real do resultado fiscal.

Letra e.

059. (FCC/AL-MS/ECONOMISTA/2016) Avalie a afirmação: “Quando o déficit público é positivo, ele aumenta a dívida pública e, quando negativo, reduz a dívida pública”.

Essa afirmação é:

- a) incorreta, pois o déficit não influencia a dinâmica da dívida pública.
- b) incorreta, pois déficit e dívida representam conceito de fluxo.
- c) correta, sendo déficit um conceito de fluxo e dívida um conceito de estoque.
- d) incorreta, pois déficit é um conceito de dispêndio usado para medir o gasto agregado enquanto a dívida pública é medida pelo Tesouro Nacional.
- e) incorreta, pois ambos, déficit e dívida são conceitos de estoques e um não influencia o outro.



Sim, a afirmativa é correta, sendo o déficit é um conceito de fluxo e a dívida um conceito de estoque. Raciocine que, como um déficit positivo representa gastos maiores do que arrecadação, a sua ocorrência gera aumento da dívida pública. Também estão corretas as definições de conceitos de fluxo e de estoque.

Guarde que a dívida é um montante dado é o um “patrimônio negativo”, enquanto o déficit é o fluxo de diferença entre gastos e receitas de um período, ou seja, é o resultado.

Agora, vamos apontar os erros das demais alternativas:

- a) Errada. O resultado fiscal é que dá origem à dívida pública. Se o déficit é positivo (resultado negativo), a dívida pública aumenta.
- b) Errada. O déficit é um conceito de fluxo, mas a dívida é um conceito de estoque
- d) Errada. O déficit não é um conceito de dispêndio. É a diferença entre o gasto e a receita pública.
- e) Errada. O déficit é um conceito de fluxo e um tem influência no outro sim.

Letra c.

060. (FCC/TCE-CE/AUDITOR/2015/ADAPTADA) De acordo com a teoria das finanças públicas, julgue a assertiva abaixo:

O financiamento de um déficit público nominal pode ser feito por meio de senhoriagem, pois sinaliza que o governo perdeu o controle das contas públicas.



Senhoriagem significa ganhar com a inflação, ou seja, monetizar o déficit, o que traz consequências catastróficas para toda a sociedade.

Errado.

061. (FCC/SEFAZ-PI/ATE/2015) Considere que a condição de equilíbrio da relação Dívida Pública/PIB, seja igual a fórmula:

$$h = d \cdot [(i - y) / (1 + y)] - s$$

Onde:

h = superávit primário do setor público, expresso como proporção do PIB

d = relação Dívida Pública/PIB

y = taxa de variação nominal do PIB

i = taxa nominal de juros

s = relação de senhoriagem/PIB

Essa fórmula indica que, em termos algébricos, o superávit primário como proporção do PIB, requerido para estabilizar a relação dívida/PIB, é uma função:

- a) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função direta do crescimento nominal da economia e da senhoriagem negativa.
- b) direta da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros real e uma função inversa do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem negativa.
- c) direta da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função inversa do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem/PIB.
- d) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função direta do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem/PIB.
- e) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros real e uma função direta do crescimento nominal da economia e da senhoriagem negativa.



Vamos aplicar uma interpretação matemática da fórmula presente no enunciado para avaliar as alternativas relativas ao equilíbrio da dívida pública.

De acordo com a fórmula apresentada, a taxa de superávit primário (**h**) é diretamente relacionada à relação dívida/PIB (**d**), à taxa de juros (**i**) e inversamente relacionada à taxa de crescimento do PIB nominal (**$1+y$**) e à taxa de senhoriagem (**s**).

Note que podemos verificar estas relações de acordo com os sinais matemáticos à frente de cada variável. Assim, o sinal positivo indica relação direta, enquanto a subtração e a divisão indicam uma relação inversa.

Seguindo essas premissas, podemos ver que o superávit primário deve aumentar quando a relação dívida pública/PIB (relação direta) e a taxa de juros aumentam (relação direta), e pode diminuir quando ocorre o crescimento nominal do PIB (relação inversa) e quando os ganhos de “senhorage” aumentam (relação inversa).

Diante do exposto, verificamos que a alternativa “c” afirma que o superávit primário (h) tem relação direta com relação dívida/PIB (d) e com a taxa de juros (i) e relação inversa em relação ao crescimento da economia ($1 + y$) e da taxa de senhoriagem (s).

Letra c.

062. (CESPE/FUB/ECONOMISTA/2018) Julgue o próximo item, relativo aos principais planos de estabilização a partir da década de 80 do século XX.

O governo de João Figueiredo foi caracterizado por inflação inercial, queda da atividade econômica e pedido de apoio ao Fundo Monetário Internacional para a correção de desequilíbrios externos.



Dentre as principais medidas do Governo Figueiredo, período recessivo na economia brasileira, podemos notar a o pedido de apoio ao FMI, a restrição da demanda agregada via corte dos gastos públicos, aumento dos juros e restrição ao crédito, e o estímulo às exportações e o controle das importações, usando mecanismos como desvalorização cambial e os incentivos à exportação.

Certo.

063. (FCC/TCE-CE/AUDITOR/2015) As Necessidades de Financiamento do Setor Público – NFSP – NÃO:

- a) dependem, dentre outros fatores, do déficit fiscal do governo.
- b) podem ser financiadas por emissão de títulos públicos.
- c) denotam a variação da dívida líquida do setor público somada ao saldo líquido dos ajustes patrimoniais do setor público.
- d) representam o estoque total da dívida pública de um país.
- e) dependem da diferença entre o serviço de juros da dívida pública e o superávit primário.



Vamos analisar as alternativas e marcar a incorreta.

- a) Certa. Sim, o déficit fiscal alimenta a dívida.
- b) Certa. Sim, maneira muito usada pelo Tesouro Nacional com o famoso Tesouro Direto.

- c) Certa. Sim, vale a variação líquida entre ambos.
d) Errada. A necessidade é o fluxo para determinado período, não é estoque que reflete um momento.
e) Certa.

Letra d.

064. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Leia.

discriminação	2013		2015	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I – receita total	1.178.983	22,2%	1.247.789	21,0%
II – transferência a estados e municípios	183.395	3,4%	204.684	3,4%
III – receita líquida (I-II)	995.588	18,8%	1.043.105	17,6%
IV – despesas	918.595	17,3%	1.158.700	19,5%
V – fundo soberano do Brasil	0	0,0%	855	0,0%
VI – primário governo central	76.993	1,5%	-114.741	-1,9%
VII – ajuste metodológico 11/	858	0,0%	3.888	0,0%
VIII – discrepância estatística	-2.561	0,0%	-5.803	-0,1%
IX – resultado primário do governo central (VI + VII + VIII) 12/	75.290	1,5%	-116.656	-2,0%
X – juros nominais 12/	-185.845	-3,5%	-397.240	-6,7%
XI – resultado nominal do governo central (IX + X) 12/	-110.555	-2,0%	-513.896	-8,7%

Com base nos resultados primários do governo central nos anos de 2013 e 2015, conforme apresentado nessa tabela, cujos dados foram obtidos pelo Tesouro Nacional, julgue o item a seguir, referente a conceitos de contabilidade fiscal.

A piora do resultado primário do governo central em 2015 justifica-se, parcialmente, pelo aumento de despesas com os juros da dívida pública, devido à política monetária restritiva adotada nesse período.



Lembre-se de que o resultado primário não é afetado pelas receitas e despesas financeiras, ou seja, o valor dos juros pagos não influencia no valor do resultado primário.

Repare que a piora do resultado primário deveu-se ao aumento das despesas do governo central, que saíram de 17,3% do PIB em 2013 para 19,5% em 2015, ou seja, se não fosse esse aumento da despesa superior a 2% do PIB, não haveria déficit primário em 2015.

Errado.

065. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Considerando a estrutura orçamentária e a evolução da dívida pública brasileira, julgue o item subsequente.

O déficit da previdência oficial faz parte do cálculo do superávit primário.



Tenha em mente que o resultado primário é dado pelo resultado nominal deduzido dos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida interna e externa.

Assim, com exceção dos juros, todos os demais componentes são aqueles que também fazem parte do resultado nominal, que também chamamos de necessidade de financiamento do setor público, e esse resultado inclui o resultado da previdência social.

Veja a definição do Manual de Estatísticas Fiscais do Banco Central do Brasil:

O setor público não financeiro, base das estatísticas divulgadas, compreende a administração direta e indireta do Governo Federal (inclusive Previdência Social), a administração direta e indireta dos governos regionais (estados e municípios), o Banco Central do Brasil e as empresas estatais não-financeiras das três esferas de governo, exceto as Empresas do Grupo Petrobras e do Grupo Eletrobrás.

Certo.

066. (CESPE/TCE-PA/AUDITOR/2016) Considerando a estrutura orçamentária e a evolução da dívida pública brasileira, julgue o item subsequente.

Indicador essencial para se avaliar a trajetória da dívida pública, o resultado primário do Governo Central é apurado pelo regime de caixa.



Guarde que, para fins de resultado fiscal, as receitas e as despesas públicas (exceto juros) são calculados pelo regime de caixa, ou seja, são assim consideradas quando efetivamente arrecadadas e pagas, sendo que apenas os juros são computados pelo regime de competência, embora não façam parte do resultado primário.

Certo.

067. (IADES/MRE/DIPLOMATA/2019) No que se refere a endividamento, *superávit* e *déficit* público e a sua relação com a política fiscal, julgue o item a seguir.

As estatísticas fiscais calculadas pelo critério “acima da linha” correspondem às medidas de receitas e despesas relacionadas.



Realmente, o método acima da linha é aquele que confronta o total de receitas e despesas, enquanto o método abaixo da linha é aquele que olha para a variação da dívida líquida.

Certo.

068. (IADES/MRE/DIPLOMATA/2019) No que se refere a endividamento, *superávit* e *déficit* público e a sua relação com a política fiscal, julgue o item a seguir.

Uma política fiscal expansionista tende a reduzir as NFSP.



Na verdade, uma política fiscal expansionista representa um aumento dos gastos do governo e/ou redução da tributação, aumentando, assim, o déficit do governo e aumentando também suas necessidades de financiamento.

Errado.

069. (CESPE/FUNPRESP/ANALISTA/2016) Conforme números divulgados pelo Banco Central, nos últimos dois anos o resultado fiscal do setor público foi deficitário, o que resultou no aumento da dívida pública em termos de percentual do PIB. Julgue o item a seguir, com relação à dívida pública e à necessidade de financiamento do governo.

As necessidades de financiamento do setor público são influenciadas pelo resultado fiscal da União, dos estados e dos municípios no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada exercício.



As NFSP – Necessidades de Financiamento do Setor Público – correspondem ao valor do déficit público, ou seja, a diferença entre despesas e receitas públicas. Lembre-se de que a expressão “setor público” indica que a respectiva NFSP engloba as 3 esferas de governo.

Certo.

070. (CESPE/TCE-SC/AUDITOR/2016) Leia.



Fonte: BCB

Considerando o gráfico **Resultado primário do setor público**, em que são apresentados os resultados primários do setor público a partir de 2002, e os conceitos de contabilidade fiscal, julgue o item subsequente.

A piora nos resultados primários em 2012 e 2013 impactou o resultado fiscal e levou ao déficit primário de 2014, decorrente, entre outros aspectos, do resultado da dívida pública acumulada no passado.



No cálculo do resultado primário, não existem efeitos oriundos da dívida acumulada no passado, já que as receitas e despesas e receitas de natureza financeira são expurgados do seu cálculo, ou seja, nele não são computados os respectivos juros e encargos da dívida pública.

Nessa toada, como tivemos déficit primário em 2014, governo gastou mais do que arrecadou, mesmo tirando os efeitos da dívida.

Tenha em mente que resultado primário representa o esforço fiscal do governo no presente para que sobre recursos de modo a pagar parcial ou totalmente os juros da dívida incorridos no período e, se possível, ainda reduzir o principal dessa dívida.

Errado.

071. (FGV/CODEBA/ANALISTA/2016) Considerando os conceitos de déficit e dívida pública, assinale a opção que indica estática comparativa corretamente descrita.

- a) Uma redução do déficit público decorre da ampliação e maior efetividade do investimento público.
- b) Um aumento das transferências governamentais reduz a carga tributária líquida.
- c) O aumento da compra de títulos públicos junto ao setor privado auxilia o governo no financiamento do seu déficit.
- d) Quanto menor o estoque da dívida, maior é a diferença entre carga tributária bruta e líquida.
- e) Um aumento das receitas financeiras reduz o déficit primário.



Vamos avaliar as alternativas.

- a) Errada. Já que, normalmente quanto maior o investimento público, maior também o déficit público.
- b) Certa. Como a carga tributária líquida é dada pela bruta deduzida de transferências de assistência, previdência e subsídios, podemos dizer que um aumento das transferências do governo reduz a carga tributária líquida.

- c) Errada. Reduz-se o estoque da dívida ao se resgatar títulos públicos, mas essa medida atrapalha o financiamento do déficit, já que obriga o governo a arrumar outras fontes.
- d) Errada. já que não tem efeito algum.
- e) Errada. já que o movimento das receitas financeiras não afeta o resultado primário.

Letra b.

072. (FGV/CODEBA/ANALISTA/2016) As opções a seguir listam as condições e os fatores importantes para se ter uma dívida pública sustentável, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A taxa de crescimento real do PIB maior que a taxa real de juros.
- b) A existência de superávits primários.
- c) A menor dependência da dívida pública externa.
- d) A maior taxa de inflação de países estrangeiros.
- e) A existência de dominância fiscal.



A única alternativa que não apresenta condições e os fatores importantes para se ter uma dívida pública sustentável é a letra “e”. A chamada “**dominância fiscal**” acontece quando a situação fiscal é tão ruim que a política monetária perde eficácia no combate da inflação, visto que a elevação da taxa de juros provoca um aumento do endividamento público sem conseguir controlar a inflação. Note, portanto, que essa alternativa é única desfavorável para um país no que diz respeito ao endividamento público. Todas as outras alternativas são favoráveis.

Letra e.

073. (FGV/DPE-MT/ECONOMISTA/2015) Com relação aos conceitos de déficit e dívida pública, assinale V, para a afirmativa verdadeira, e F, para a falsa.

- () O financiamento do déficit público pode ser feito via venda de títulos públicos ao setor privado ou ao Banco Central, o que leva ao endividamento do Tesouro Nacional.
- () Quanto maior for o déficit público, maior será o gasto com juros, o que aumenta a diferença entre a carga tributária bruta e líquida.
- () O conceito operacional de déficit público inclui todos os gastos do setor público sem nenhuma correção monetária ou cambial.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V e F.
- b) V, F e V.
- c) V, F e F.
- d) F, V e V.
- e) F, F e F.



Vamos julgar e comentar as assertivas e escolher sequência a correta.

I – Verdadeira. São esses títulos que são usados pelo BACEN para alterar os juros e fazer operações no mercado, e que compõem a chamada dívida mobiliária.

II – Falsa. Começo bem, mas isso não tem nada a ver com a diferença entre carga tributária bruta e líquida.

III – Falsa. O conceito operacional do déficit público objetiva justamente descontar o efeito da inflação no déficit nominal.

Letra c.

074. (FGV/DPE-MT/ECONOMISTA/2015) Uma forma pela qual o governo pode reduzir a razão da dívida pública sobre o PIB é, *ceteris paribus*,

- a) por meio da redução da taxa de inflação.
- b) elevar a senhoriagem.
- c) com medidas que reduzam a taxa de crescimento real do PIB.
- d) por meio da rolagem da dívida pública.
- e) por meio da redução da emissão monetária.



a) Errada. Já que as vezes ele usa a inflação para corroer suas despesas, como, por exemplo, ao não reajustar os servidos públicos.

b) Certa. Pois como dito na alternativa anterior, o governo usa a inflação para corroer suas despesas, como, por exemplo, ao não reajustar os servidos públicos, elevando assim sua receita de senhoria.

c) Errada. Pois sem crescimento o aumento do denominador, fica difícil reduzir essa relação matemática.

d) Errada. Já que alongar o prazo da dívida não a diminui.

e) Errada. Já que assim vai contra a própria receita de senhoria.

Letra b.

075. (FCC/TRT-4/ANALISTA/2022) A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2022 de um ente público deve:

- a) apresentar os valores das cotas de receitas que o referido ente deva transferir para uma entidade pública pelo seu valor líquido.
- b) compreender a previsão de receita com caução a ser recebida como garantia fornecida por um contratado.

- c) conter todas as receitas e despesas orçamentárias de fundações instituídas e mantidas pelo referido ente público.
- d) dispor sobre as regras aplicáveis à avaliação dos resultados dos programas finalísticos financiados com recursos do Orçamento Fiscal.
- e) indicar os montantes obtidos com a alienação de bens móveis e imóveis nos exercícios financeiros de 2020 e 2021.



O disposto na alternativa está em conformidade com o Princípio da Universalidade, aquele que diz que deverão ser incluídos no orçamento todos os aspectos do programa de cada órgão, principalmente aqueles que envolvam qualquer transação financeira ou econômica. Vamos apontar os erros das demais alternativas.

- a) Errada. Na verdade, de acordo com o artigo 6º da Lei n. 4.320/1964, todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento **pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções (Princípio do Orçamento Bruto)**.
- b) Errada. Na verdade, a caução é um ingresso extraorçamentário (não integra a LOA).
- d) Errada. Na verdade, de acordo com a LRF, a LDO disporá sobre normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- e) Errada. Na verdade, a LOA deve conter previsão da receita de alienação de bens para o exercício de 2022.

Letra c.

076. (FCC/PGE-AM/TÉCNICO/2022) A vigência do plano plurianual:

- a) é de exatamente dois anos.
- b) é variável, de acordo com os seus próprios termos.
- c) foi definida em Lei Complementar.
- d) se dá a partir do terceiro ano do mandato em que é proposto e perdura até o segundo ano do mandato subsequente.
- e) se dá a partir do segundo ano do mandato em que é proposto e perdura até o primeiro ano do mandato subsequente.



O **PPA tem duração de quatro anos**, durante a sua vigência serão elaboradas uma LDO e uma LOA a cada ano, ou seja, quatro LDOs e quatro LOAs que precisam ser compatíveis com o respectivo PPA.

A vigência do PPA é de quatro anos, mas inicia-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, devendo ser enviado até 31 de agosto do primeiro exercício.

O tempo de vigência de um PPA não coincide com o mandato do chefe do Executivo, já que o PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entra em vigor no segundo ano, somente se encerrando no fim do primeiro ano do governo seguinte.

Letra e.

077. (FCC/DPE-AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022) A lei orçamentária anual, segundo previsão expressa da Constituição Federal, compreenderá:

- a) a reestimativa da receita e da despesa, sempre que estas possam resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal.
- b) o orçamento de investimento de empresas que não detenham a maioria do capital social com direito a voto.
- c) o orçamento fiscal referente somente ao Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta, excluindo-se as de Administração indireta.
- d) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.
- e) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.



Confira na CF/1988:

Art. 165 § 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Vamos comentar as demais alternativas.

- a) Errada. Essa alternativa não demonstrou o que a LOA deve contemplar.
- b) Errada. Apenas as empresas em que a União, direta ou indiretamente, **detenha a maioria do capital social com direito a voto**.
- c) Errada. Também a administração indireta.
- e) Errada. Sem relação com a LOA. Na verdade, correspondem às dotações orçamentárias que serão entregues na forma de duodécimos (1/12) até o dia 20 de cada mês. Confira na CF/1988:

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

Letra d.

078. (FCC/ALAP/ANALISTA/2020) De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual de um ente estadual referente ao período de 2020 a 2023 deve:

- a) estabelecer orientações para a elaboração das Leis Orçamentárias Anuais referentes aos exercícios financeiros de 2020 a 2023.
- b) ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- c) conter as metas de resultados primário e nominal, em valores correntes e constantes, para os exercícios financeiros de 2020 a 2023.
- d) estabelecer as metas, para o referido período, para as despesas relativas a programas de duração continuada.
- e) estabelecer normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos referentes aos exercícios financeiros de 2020 a 2023.



Vamos analisar as alternativas.

- a) Errada. É a LDO o instrumento que orienta a elaboração da LOA.
- b) Errada. O PLOA deve ser acompanhado de tal demonstrativo. Confira:

Art. 165 § 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

- c) Errada. Já que esse conteúdo será apresentado no Anexo de Metas Fiscais, que faz parte da LDO. Confira na LRF:

Art. 4º § 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

- d) Certa. Confirme na CF/1988:

Art. 165 § 1º A lei que instituir o plano plurianual **estabelecerá**, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e **metas** da administração pública federal para as despesas de capital e **outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada**.

- e) Errada. Já que se trata de atribuição da LDO. Confira na LRF:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: I – disporá também sobre:

- e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

Letra d.

079. (FCC/ALAP/ANALISTA/2020) De acordo com as disposições da Lei Complementar n. 101/2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 de um ente público estadual,

- a) devem constar as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração pública direta e indireta para o período de 2020 a 2023.
- b) devem constar as metas do montante da dívida pública, em valores correntes e constantes, para os exercícios financeiros de 2019, 2020 e 2021.
- c) deve constar o Anexo que discrimina as despesas orçamentárias referentes ao exercício financeiro de 2020 pelas funções segundo as categorias econômicas.
- d) deve constar o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- e) deve constar o orçamento de investimento das empresas em que o ente estadual, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.



Vamos analisar as alternativas.

- a) Errada. refere-se ao PPA, que possui vigência de 4 anos.
- b) Errada. O anexo de metas fiscais, que integra a LDO, deve apresentar as metas do montante da dívida pública, em valores correntes e constantes, para os exercícios financeiros de 2020, 2021 e 2022.
- c) Errada. Já que integra a LOA.
- d) Verdadeira. Confira na LRF:

Art. 4º § 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

- e) Errada. Na verdade, o orçamento de Investimentos integra a LOA.

Letra d.

REFERÊNCIAS

ALÉM, Ana Cláudia Duarte de; GIAMBIAGI, Fabio. **Finanças públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

NASCIMENTO, Sávio. **Finanças Públicas para Concursos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2014.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 6. ed. Editora Saraiva, 2018.

Colega,

Agora quero pedir um favor.

Avalie nossa aula, é rápido e fácil, deixe sugestões de melhoria.

Ficarei extremamente feliz com o *feedback* e trabalharei ainda mais para torná-la ainda melhor.

Tenho muito a aprender e você pode me ajudar nisso.

Pode ser?

Muito obrigado.

Acredite!

Esse é o segredo...

Tenha fé que tudo vai dar certo!

Até a próxima aula ou ao fórum de dúvidas,

Professor Manuel Piñon

manuelpinon@hotmail.com

Siga-me (profmanuelpinon) no *Instagram* e *Facebook*. Temos excelentes *cards* para revisão.

Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

